

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XVI CR\$ 200,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

CADERNOS
Especiais

**A MARÉ
RELIGIOSA**

164



CIA E KGB

**OS SERVIÇOS SECRETOS
NO PÓS-GUERRA FRIA**

CAMPOS:

A UNIVERSIDADE DO FUTURO

MONTE SUA BIBLIOTECA, INTEIRAMENTE GRÁTIS!

Apresente, todos os meses, pelo menos 3 pessoas para conhecerem "cadernos".

Podem ser seus amigos(as), alunos(as), professores(as), colegas de curso ou trabalho. O importante é que sejam pessoas que vão gostar de "ler a nossa diferença".

COMO FUNCIONA E COMO VOCÊ GANHA.

As pessoas indicadas receberão 1 exemplar (de arquivo) da revista.

Para cada uma que se tornar assinante você ganha 1 livro de sua escolha, dentre os livros brinde do mês.

BRINDES DO MÊS



INDICAÇÕES:

- 1- Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:
Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor
() aluno(a) () colega de curso
- 2- Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:
Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor
() aluno(a) () colega de curso
- 3- Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:
Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor
() aluno(a) () colega de curso

REMETENTE

Se dentro de até 2 meses algum indicado tornar-se assinante por intermédio de mala direta oriunda desta promoção, desejo como brinde, pela ordem:

Código do brinde

1º (.....) 2º (.....) 3º (.....)

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
Cep: Tel.:
Profissão:
Data: ____/____/____

Sou: ☐ leitor de banca
☐ assinante da revista
☐ indicado por leitor

Assinatura do remetente

IMPORTANTE:

1- No caso de duplicidade de indicados prevalece a primeira. Após o prazo, será considerada como indicação, a do 2º remetente

2- Com a finalidade de aumentar a probabilidade de assinatura, o remetente pode mandar mais nomes em relação anexa.

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - CEP: 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
Depto de assinaturas - fax: (021) 252-8455

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

**PROMOÇÃO
ESPECIAL**

**Desconto de 20%
para pagamento
à vista**



TIPOS DE ASSINATURA

À VISTA:
20% de desconto

**Cartão de crédito,
reembolso postal,
vale postal**

1 ANO

CR\$ 1.880,00

B 1 cheque de
CR\$ 2.350,00
para 30 dias

2 ANOS

CR\$ 3.770,00

2 cheques de
CR\$ 4.700,00
para 30/60 días

Reembolso postal e cartão de crédito não acompanha o critério a vista.

CADERNOS

Nome: _____

Endereco: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Minha opção de assinatura é: (A) (B) (C) (D)

Estou efetuando o pagamento por:

☐ Cheque(s) nominal(ais) á Editora Terceiro Mundo Ltda.☐ Por telefone☐ Reembolso Postal

☐ Vale Postal Ag. Lapa

☐ De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão

de crédito: _____, que tem validade até ____/____/____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____

Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 01/08/93

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

CADERNOS

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Enviar para **Editora Terceiro Mundo Ltda.**
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
Depto. de Assinaturas
PEÇA TAMBÉM PELOS TES (021) 252-7440/232-3372
OU PELO FAX (021) 252-8455

Após a validade cobraremos preços atualizados

POSTAL NORTE SUL



A ANISTIA INTERNACIONAL — Uma porta para o futuro
Rodolfo Konder
O drama dos desaparecidos, a fragmentação das mentes dos torturados, os tipos de violência cometidos contra os que pensam diferente dos governos totalitários. O autor ajudou a organizar a Anistia no Brasil
96pp
E-307 Cr\$ 800,00

NÃO VERÁS NENHUM PAÍS COMO ESTE
Sebastião Pereira da Costa
Relato cronológico da ascensão e queda do poder militar no Brasil desde a conspiração que depôs João Goulart em 1964 até o final do ciclo, em 1985, passando pela luta armada.
400 pp
E-310 Cr\$ 1.500,00

LIVRES ACAMPAMENTOS DA MISÉRIA

Ana Lúcia Lucas Martins
Um tema original dentro de um universo muito explorado: as várias formas de habitação de rua, desde os casebres até as instalações nas calçadas e sobre carroças.
Não só a casa é assunto, mas também os modos de vida e as relações entre as pessoas.
97pp
E-300
Cr\$ 800,00

A IMAGEM REBELDE —

A trajetória libertária de Avelino Fóscolo
Regina Horta Duarte
Biografia de um anarquista republicano e abolicionista que atuou em Minas Gerais e cuja sede de justiça o levaria a identificar-se com os ideais socialistas e, mais tarde, com o comunismo libertário.
O mérito maior do trabalho de Regina foi reconstituir os passos da relação entre o autor e sua obra.
133pp
E-308
Cr\$ 850,00

A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Moniz Bandeira
Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa a reunificação.
182 pp
E-286 Cr\$ 670,00

UMA EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE

Regina Celia Mazoni Jomini
Antes de 1930, as idéias anarquistas predominavam nas organizações operárias brasileiras.
O livro pretende contribuir para o estudo das concepções e experiências educacionais lideradas por anarquistas na República Velha que a História oficial esqueceu.
135 pp
E-297 Cr\$ 890,00

LEONOR E A MODERNIDADE —

O urbano e o agrário na experiência periférica
Luiz Ricardo Leitão
Uma análise aprofundada de duas vanguardas literárias brasileira e argentina, que se detém em autores como Elias Castelnuovo, Jorge Luis Borges, Ernesto Sábato, Lima Barreto, Mário de Andrade, José Américo de Almeida e Graciliano Ramos
219pp
E-299
Cr\$ 910,00

POR QUE CUBA?

Coordenação: Emir Sader
Textos de Darcy Ribeiro, Antônio Houaiss, Ferreira Gullar, Luis Pinguelli Rosa, Severo Gomes, Oscar Niemeyer e outros brasileiros de diversas áreas compõem uma reflexão sobre a situação atual e as perspectivas cubanas.
182 pp
E-285 Cr\$ 780,00

O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses jornalistas. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou.
Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".
José Louzeiro
464 pp
E-208 Cr\$ 650,00

LEITURA: ENSINO E PESQUISA

Angela Kleiman

Buscando reavaliar como se coloca o ato de ler na escola, o livro aborda a distância entre teoria e prática no ensino da leitura, o papel do aluno enquanto sujeito (e não mais objeto) do estudo e o do professor enquanto modelo do estudante.
213 pp
E-296 Cr\$ 990,00

URSS — ASCENSÃO E QUEDA

Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo.
270 pp
E-256 Cr\$ 850,00

DEPOIS DA QUEDA — O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo
Norberto N., Ralph M., Eric H. e outros
Onze ensaístas de diversas áreas e nacionalidades analisam a trajetória e o colapso do comunismo a partir de 1989, as razões de seu fracasso, a nova ordem que se seguiu à sua derrocada e o futuro do socialismo. Leitura imprescindível para quem está preocupado com os rumos do mundo contemporâneo.
271 pp
E-290 Cr\$ 1.300,00

POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

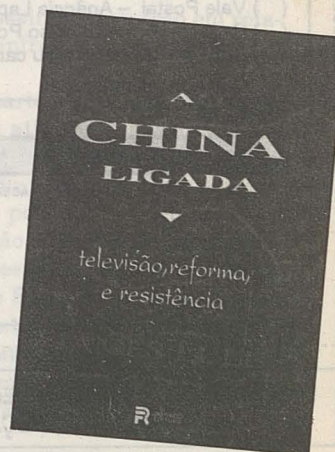
Vários autores

Reflexões sobre a política da linguagem no continente, num volume organizado por Eni Pulcinelli Orlandi e que reúne, entre outros, Alberto Escobar, Tania de Souza, Xavier Albó, Bartolomeu Meliá, Carlos Vogt, Peter Fry e Sergio Valdés Bernal.
191 pp
E-295 Cr\$ 1.300,00

A CHINA LIGADA —

Televisão, reforma e resistência

James Lull
A introdução da televisão no contexto do ambiente político e econômico da China acabou tornando-a o porta-voz oficial do Partido Comunista e a forma mais popular de entretenimento dos chineses, alargando a consciência cultural e política do povo e até fortalecendo a oposição.
170pp
E-305 Cr\$ 890,00



ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

CADERNOS

Especiais

SUMÁRIO

UMA NOVA IGREJA A CADA DIA

2 De 1990 em diante, só no Rio surgem oito registros de igrejas em média por semana, de todas as seitas. Quanto mais pobre a região, mais numerosos os templos por habitantes. O que pensam sobre isto os católicos e os pastores?

UMA FÉ EM EXPANSÃO

5 Frequentando a igreja, os irmãos ganham identidade, passam a ter vida austera, expulsam o diabo, o sexo, drogas, rock-and-roll e samba. O maior país católico do mundo está sendo desafiado pelos evangélicos.

UMA HISTÓRIA DA FÉ

12 As igrejas evangélicas desenvolveram-se efetivamente a partir da década de 30, embora tenham chegado ao Brasil em 1855. Mantiveram a roupagem anglo-saxônica e protagonizaram revoltas como a dos Mucker no Rio Grande do Sul.

Nos próximos suplementos:
A Nova Era,
Os Afro-brasileiros,
A Reação Católica

Foto: Alberto da Silva Vilar



A MARÉ RELIGIOSA

É impressionante o avanço no Brasil das igrejas evangélicas, que talvez cheguem a reunir 35 milhões de crentes. Enquanto a década de 70 caracterizou-se pelo surgimento da Teologia da Libertação, a de 90 marca o avanço da maré evangélica, fenômeno saudado por alguns setores e visto com preocupação por outros.

Uma nova igreja a cada dia

Reportagens de Tânia Coelho, Solange Bastos e Paulo Cesar
Coordenação de José Louzeiro - Edição de Elias Fajardo

Foto: Iatã Cannabrava



As religiões são, hoje, um dos maiores modificadores de mentalidade na sociedade brasileira, sobretudo nas camadas pobres



De 1990 para cá, somente no Rio de Janeiro foram criadas 991 novas organizações religiosas de todas as seitas, ou seja, 8 novos registros, em média, por semana. A estimativa é de que mais de 80% estão na região metropolitana, onde uma igreja é fundada todo dia útil.

É, igualmente, notável a atividade mediúnica, somando-se kardecistas, membros da umbanda e do candomblé. Dois novos centros são fundados por semana.

Somente nos 13 municípios do Grande Rio existem, hoje, 3.797 instituições evangélicas, das quais 3.477 (91,57%) são igrejas protestantes.

Na esfera católica, segundo o Censo Institucional Evangélico, período de 90/92, apenas uma nova paróquia foi criada.

O Brasil transformou-se no "paraíso religioso" da América Latina. O desenvolvimento místico é intenso e atinge a todas as classes sociais. Segundo o Instituto de Estudos da Religião (Iser) o fenômeno é, talvez, o mais importante movimento promotor de mudanças de

mentalidade na sociedade brasileira contemporânea, sobretudo em suas camadas urbanas mais pobres.

Em 1980 o Brasil já contava com 500 denominações religiosas diferentes e outras aparecem a cada ano. As igrejas evangélicas, por exemplo, segundo a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), reúnem comunidade de 35 milhões de crentes, distribuídos em 30 denominações.

Quanto mais pobre a região, mais numerosos são os templos por habitantes, crescendo essa densidade na medida em que se chega à Baixada Flumi-

nense, onde os *crentes* totalizam 20% da população.

As maiores igrejas de *denominações* protestantes são: Batista, Assembléia de Deus, Universal do Reino de Deus e Congregacional, com as dissidências: Batista Bíblica e Batista Independente Bett Lehem.

Em meio a tantas igrejas, surge o movimento filosófico e religioso *Nova Era*, que vem causando inquietação entre os *crentes*, especialmente naqueles que pertencem à Assembléia de Deus, uma das mais poderosas de todas as *denominações*.

Para o pastor Antonio Gilberto, AD, "o objetivo final da Nova Era é tornar-se

religião única, universal, e estabelecer uma nova ordem. É um sincretismo religioso baseado no axioma: "Deus é tudo e tudo é Deus."

Outros movimentos religiosos que ganham adeptos: Universo em Desencanto (Cultura Superior Racional) e *Nação Islã*, fundado ano passado em São Paulo, que vem juntar-se ao grupo muçulmano *xiita* (radicais), instalado em Foz do Iguaçu, Paraná. Vinculados diretamente ao islamismo, cultivam a submissão total a Alá. A tradição vê no islamismo o desdobramento final da revelação de Deus ao gênero humano, um sistema completo de fé e comportamento, cujo arquétipo

está preservado no céu com Deus. As revelações anteriores, feitas a judeus e cristãos, são consideradas imperfeitas. A lei oníabrangente do islamismo (*Shari'a*) abarca todas as facetas da atividade humana.

A seita Universo em Desencanto, de características filosóficas e origem brasileira, tem sua sede em Belford Roxo, Baixada Fluminense. Manoel Jacintho Coelho (Pai Manoel) foi seu fundador e grande líder. A doutrina pode ser sintetizada neste pensamento de Pai Manoel que consta do livro *Cavaleiro da Concórdia*, escrito e publicado pelo jornalista Jorge Elias, em 1988.

"Torna-se necessário o desencanto

Assembléia de Deus

Uma das maiores *denominações* religiosas do país. Seus adeptos andam em torno dos 15 milhões. Ano passado enfrentou uma cisão. A Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB) desligou-se da Convenção de Madureira. O pastor Jonas Santana é um dos críticos da AD. Mas a *denominação* continua forte. Seu jornal mensal, intitulado *Mensageiro da Paz*, tirava 100 mil exemplares (1988) e em maio de 1992 já havia chegado ao número 1262.

A AD cresce, também, em cima dos trabalhos sociais que desenvolve. Em 92, por exemplo, graças ao pastor José Pimentel de Carvalho, era inaugurado em Curitiba um novo templo, de traços arquitetônicos modernos. Nesse ano a Assembléia de Deus, presidida por Pimentel de Carvalho, era formada por 48 mil membros espalhados em 413 congregações.

O setor social da AD em Curitiba, a cargo da Sociedade Evangélica Betânia (SEB), estava localizada em uma área de aproximadamente 350 mil m², no município de Piraquara, próximo a Curitiba, onde estão instalados o Lar Sião, para idosos, o Desafio Jovem Betel, uma serraria, oficinas de marcenaria, serralheria e uma fábrica de blocos de concreto.

Dirigida pelo pastor José Carlos Correia, a SEB foi criada para manter as obras sociais da igreja, que abrangem serviços assistenciais a necessitados de todas as idades.

Para meninos na faixa etária de 7 a 10 anos, a igreja fundou, há mais de 20 anos, o Lar Gideão, que atende a meninos carentes ou abandonados. A SEB também promove atendimentos médico, odontológico, fisioterápico e jurídico.

A igreja de Curitiba é uma das primeiras Assembléias de Deus no Brasil a ter um *ministro da música*, cargo então ocupado pelo pastor Geraldo Barcelos. Em 92, entre corais, conjuntos e orquestras, a igreja possuía 12 grupos musicais, totalizando 500 músicos.

O Seminário Teológico da AD, em Curitiba – STADC –, oferece os seguintes cursos: Básico de Teologia, com duração de um ano, ênfase em missiologia; curso médio em Teologia, com duração de três anos, quando o aluno, além do preparo teológico, pode concluir o segundo grau através de um convênio estabelecido com o Colégio 19 de Dezembro, de Curitiba; bacharel em Teologia, duração de 4 anos. Neste curso o aluno pode optar por uma licenciatura curta em Educação Religiosa ou Exegese Bíblica.

Paralelamente a esses cursos regulares o STADC oferece vários outros, como: "Estrutura da mulher cristã", "Curso de formação de professores de evangelismo infanto-juvenil" e "Curso para líderes da juventude."

Foto: Arthur Cavaliéri



Em todos os cultos, aumenta o número de fiéis

para que voltemos à planície racional. Saibam todos que a Cultura Racional é o único caminho que orienta e imuniza a humanidade."

Os fundamentos espirituais da doutrina de Pai Manoel aproximam-se, curiosamente, dos pensamentos de Sat-hya Sai Baba, guru hindu, pouco conhecido no Ocidente:

"Só por meio do sacrifício pode-se alcançar a paz.

O sacrifício é o principal traço da pureza.

Os sofrimentos não cessarão enquanto a mente não tiver a paz em si mesma."

A respeito do *boom* religioso/místico, com reflexos imediatos no Rio de Janeiro, diz o cardeal dom Eugenio Salles que o crescimento dos evangélicos ligase à migração.

"Os migrantes – acentua ele – encontram nos templos evangélicos uma prática muito parecida com a de sua igreja rural."

O pastor Jose Bittencourt Filho, da Igreja Presbiteriana, mestre em Ciências da Religião e coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), avalia que "a questão religiosa nunca foi tratada com a devida atenção, face a dois influxos limitados: o velho positivismo e o marxismo tupiniquim, pouco ou nada dialético. Esquerdas e direitas jamais levaram a sério o problema, salvo algumas condutas do catolicismo romano, assim mesmo quando de elevado interesse para os setores dirigentes".

A estratégia dos "evangélicos" e, especificamente, dos pentecostais autônomos, não é apenas de caráter religioso. Querem o poder político, sob a alegação de que precisam proteger seus interesses religiosos. No Peru eles chegaram ao governo com a eleição do presidente Fujimori. Na Guatemala, entraram abertamente na luta política e, na Nicarágua, conseguiram formar um

partido político-evangélico, constituindo uma terceira força que, se não se identifica com a Frente Sandinista, nada tem a ver, também, com o PDC dos católicos conservadores.

"Sem vitalidade – lembra o pastor José Bittencourt –, o cristianismo histórico dá lugar a um cristianismo reinventado. O resultado, ao longo de algumas décadas, será o surgimento do protestantismo sincrético que, para os próprios protestantes, é algo ainda impensado."

Mas a Igreja Católica reage e nos primeiros dias de maio era anunciado, na 31ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaci, São Paulo, um amplo e ambicioso projeto de modernização pastoral e administrativa, colocando o catolicismo de corpo e alma na mídia. Na oportunidade anunciou-se a criação da TV-Católica, que começa a funcionar no primeiro semestre de 1994, em rede nacional. A emissora terá suas instalações em São José do Rio Preto (SP) e contará com o apoio do empresário João Monteiro de Barros Filho, dono de cinco estações de rádio e de um jornal. Ele ganhou a concessão do governo e colocou à disposição dos bispos.

Para contribuir com o processo de reanimação da fé católica, abalada pela concorrência, os bispos pretendem recorrer à tecnologia e à crença de que o catolicismo é a verdadeira doutrina de Cristo. Brevemente, as 270 dioceses espalhadas pelo Brasil devem estar integradas por uma rede *on-line* de computadores.

Nas Arquidioceses de São Paulo e do Rio a palavra de ordem é renovação. O último plano pastoral sugeriu mudanças nas liturgias dos cultos, reforma dos projetos de comunicação e atendimento imediato e personalizado aos fiéis, com o programa que dom Paulo Evaristo Arns chama de "pastoral urbana".

Para o secretário-geral da CNBB, dom Antonio Celso Queiroz, é hora de mudar, de adaptar para não perder. E acentua:

"É importante que se vá à igreja para viver a fé em comunidade, não como uma obrigação, mas como prazer. A idéia do pecado imposta aos que faltam à missa só prevalece na cabeça de algumas velhas professoras de catecismo", lembrou.

Novo catecismo

Os bispos da CNBB anunciam para breve o novo *Catecismo da Igreja Católica*, cuja tradução brasileira aparecerá em uma edição bem cuidada, com 744 páginas e deverá custar US\$ 17. Só depende da aprovação final do Vaticano para chegar às livrarias.

Responsável pelo setor de catequese, dom Albano Cavallin, arcebispo de Londrina, voltou recentemente de Roma com recomendações do Papa e da Congregação para a Doutrina da Fé. A primeira delas é que os bispos estudem bem o texto, antes de adaptá-lo às suas dioceses. As versões locais não podem fugir das normas universais, mas devem ser interpretadas conforme a realidade de cada região.



Bispos têm nova orientação

Dom Albano diz que a obra incorpora as inovações do Concílio Vaticano II e trata dos problemas atuais em linguagem moderna, sem trair a tradição da Igreja. Isso se reflete nos artigos que falam do aborto e do divórcio, que são proibidos. A pena de morte e o emprego da violência são permitidos em tese, quando falharem outros meios na defesa da vida e dos direitos do homem.

"A imprensa disse na Europa que o catecismo era uma nova lista de pecados, mas isso é falta de informação", acentuou dom Albano, para concluir: "Com referência ao homossexualismo, por exemplo, a Igreja evitou falar em pecado, preferindo considerá-lo uma desordem moral."

Uma fé em expansão



Um país com perfil bem diferente do que estamos habituados a conviver vem crescendo nos últimos anos, nos bairros periféricos, nas favelas, ruas, praças, na mídia, nas prisões e, principalmente, no coração de um povo que passou a vislumbrar, com certo grau de certeza, um possível caminho de salvação. Povo miserável, mas com surpreendente capacidade de doar o que não tem, procura, através da fé, alcançar um mínimo de dignidade.

Freqüentando a Igreja irmão e irmã ganham identidade, passam a ter uma vida austera, economizam para o *dízimo* e, assim, expulsam do seu convívio, além do Diabo, as tentações do sexo, ál-

cool, drogas, carnaval, *rock-and-roll* e até o samba.

Fechando portas e janelas para o mal, descobrem a música evangélica e soltam as vozes nos cultos, cantando alto e em bom som os hinos que repetem em casa e no trabalho. Hinos de louvor a Deus.

Até o sistema penitenciário brasileiro registra em suas galerias as "falanges da fé". Na Casa de Detenção, em São Paulo, Hildebrando dos Santos, condenado a 92 anos de prisão por dez homicídios, virou o "pastor Hildebrando", que dirige um rebanho de centenas de presos.

No Rio, no presídio de segurança máxima Bangu-1, o maior ladrão de carros do país - Carlos Gregório, o *Gor-*

do -, membro do Comando Vermelho, tem hoje a Bíblia como seu livro de cabeceira e é o responsável pela conversão de um grupo de delinquentes, cujas penas somadas ultrapassam a alguns séculos.

De outra parte, crescem os casos de conversões de chefes de quadrilhas que, nas favelas do Rio, têm deixado claro que a política com as Igrejas Evangélicas é a da boa vizinhança.

Não é exagero dizer que este outro Brasil desafia o maior país católico do mundo e incomoda os mais diversos setores da inteligência nacional que resistem à análise sem preconceitos do crescimento do movimento evangélico. Vistos constantemente como frutos do charlatanismo, do fanatismo e da igno-

TEMPLOS EVANGÉLICOS POR HABITANTE NO GRANDE RIO

Templos/10.000 habitantes

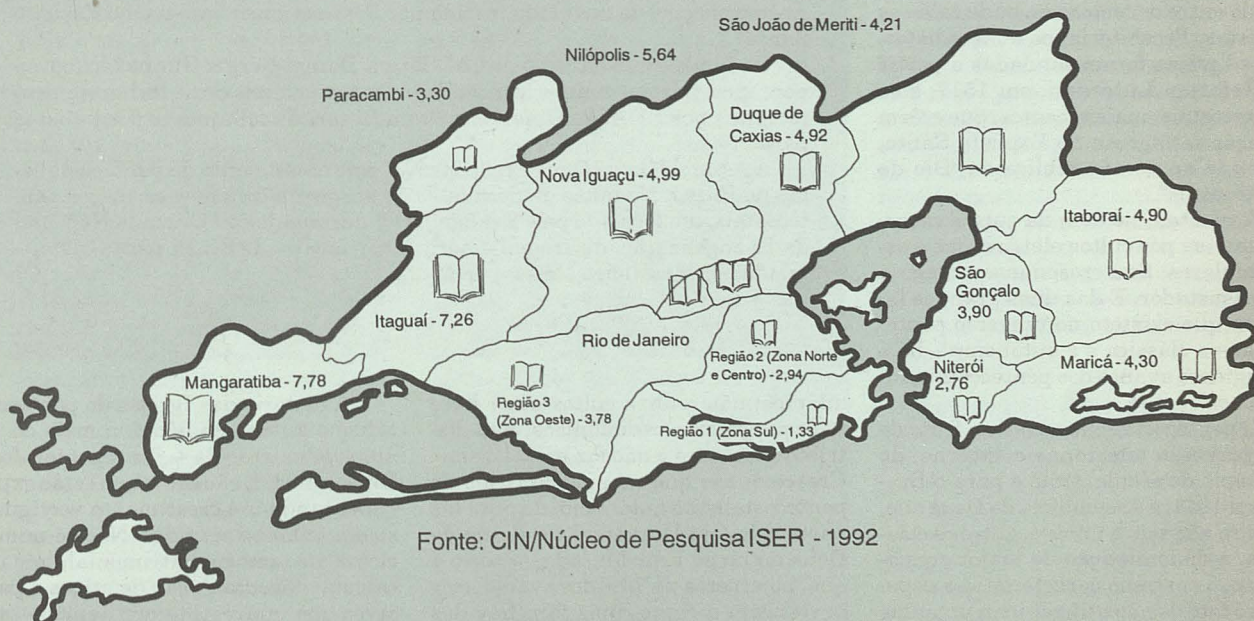


Foto: Iatã Cannabrava



rância, os *crentes* já invadiram até as praias, pois o desafio é competir em todas as áreas. Da salvação das almas ao mundo dos negócios, passando pela relação direta com o poder institucional, eles dominam, dos púlpitos nos templos, um mercado milionário e revelam – queira nossa intelectualidade ou não – um lado extremamente vivo da cultura brasileira.

Nascimento do protestantismo

– Originário de um cisma da Igreja Católica, o mundo protestante pode ser dividido entre os *históricos*, onde estão os Batistas, Presbiterianos e Metodistas, cujas Igrejas foram fundadas a partir da Reforma Luterana, em 1517, e os Pentecostais, mais recentes, que crêem na ação milagrosa do Espírito Santo, baseada na versão bíblica do “Dia de Pentecostes”.

Acreditam no dom da cura e caracterizam-se por cultos eletrizantes e espetaculares. Seu crescimento chega a ser assustador. E das duas grandes famílias que existem no universo pentecostal – a clássica e a autônoma – há o vertiginoso avanço dos pentecostais autônomos.

O pentecostalismo clássico, fruto de um processo missionário externo, do princípio do século, trouxe para o Brasil, em 1911, a Assembléia de Deus que, embora não seja a única é, entre os clássicos, a denominação de maior crescimento. Tem como características especiais o fato de não utilizar instrumentos públicos para aumentar o número de

Os primeiros pentecostais

No seu livro *Pentecostais no Brasil*, Francisco Cartaxo Rolim, professor de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), assinala os anos de 1910/11 como sendo o período em que surgiram no país as duas mais antigas igrejas pentecostais: a Congregação Cristã do Brasil e a Assembléia de Deus.

A primeira foi fundada em 1910, no bairro do Brás, São Paulo, por Luigi Francescon, que viveu algum tempo nos Estados Unidos, foi presbiteriano, convertendo-se por fim à Igreja Pentecostal.

A primeira igreja da Assembléia de Deus surgiu em Belém, Pará, de uma dissidência de batistas, a Congregação e os presbiterianos. A raiz da cisão emergira da novidade trazida por Francescon: o batismo no Espírito Santo.

Os fundadores da primeira AD foram Daniel Berg e Gunnar Vingren, pentecostais norte-americanos. Eram batistas antes de se tornarem pentecostais nos EUA. Por isso, receberam fraterno acolhimento dos batistas paraenses.

A Assembléia de Deus é responsável pelo crescimento do pentecostalismo no Brasil. No início da década de 50 surgiram dois novos espaços pentecostais, um formado pelo Evangelho Quadrangular ou Cruzada Nacional da Evangelização, de origem americana, e outro – O Brasil para Cristo, – criado pelo brasileiro Manuel de Melo.

adeptos; não realiza cultos ao ar livre nem programas radiofônicos; não distribui literatura e não faz proselitismo. Cresce quase que no mesmo ritmo do pentecostalismo autônomo, do qual faz parte a Igreja Universal do Reino de Deus do bispo Edir Macedo. O certo é que, hoje, cerca de 70% dos evangélicos pertencem a estas duas famílias dos pentecostais.

“A maioria das Igrejas do pentecostalismo autônomo não tem mais de 15 anos de existência – diz o pastor José Bittencourt. E são estas que estão experimentando um crescimento vertiginoso em todos os sentidos. Não só numérico como também patrimonial, com incalculável acumulação de ativos e passivos aos quais ninguém tem acesso. Qualquer tentativa de levantamento do

montante desse patrimônio poderia representar um atentado à liberdade religiosa, e é exatamente por esta razão que a prisão do bispo Edir Macedo foi resultado de uma tentativa, através do Imposto de Renda, para que o Estado tivesse acesso ao volume patrimonial do grupo, o que não deu em nada.

Protestantismo decadente – É fácil perceber que as relações do movimento evangélico com o pentecostalismo clássico, que já foram tensas, estão

mais tranquilas. Com representantes em organismos e instâncias que sempre pertenceram aos protestantes, a convivência com os pentecostais clássicos é pacífica e diplomática, enquanto a relação com os autônomos continua a ser de rejeição.

Não são só os intelectuais, a Igreja católica e as religiões afro que vêm com preocupação o grande avanço dos pentecostais. Também os evangélicos os encaram com desconfiança.

“O problema – esclarece o pastor Bitten-

court – é que as Igrejas históricas protestantes, como todas as propostas tradicionais, estão em franca decadência. Pararam de crescer e tendem a diminuir seu universo de participantes. Atribuo isso às profundas mudanças culturais dos últimos 50 anos. Vivemos em um mundo onde uma das moedas mais desvalorizadas é a moeda da tradição. Quanto mais se individualiza a questão religiosa, mais se empobrece a tradição, que só vinga quando vinculada a uma comunidade. No momento em que a comunidade deixa de ter um papel relevante, como no pentecostalismo autônomo, onde o investimento é em massa, nada vale a tradição, embora eles se sintam à vontade para colher e pescar símbolos da tradição, desde que sejam convenientes às suas estratégias.”

O pastor Bittencourt cita um exemplo: “É absolutamente inexplicável o fato de Edir Macedo precisar usar o título de bispo, um dos símbolos mais tradicionais do cristianismo, pescado do inconsciente religioso brasileiro, da matriz religiosa, para valorizar o cidadão e conferir-lhe uma liderança simbólica.”

Sem força, o cristianismo histórico dá lugar a um cristianismo reinventado. É esta a conclusão a que chega Bittencourt:

“O que estamos vendo são as camadas pobres e médias reinventando a religião no Brasil. Nossa matriz religiosa está muito presente nesses novos movimentos e em cima dessa matriz recria-se a religião. O pentecostalismo autônomo é uma espécie de sincretismo com recorte protestante, totalmente reinventado pelo povo. Não há sequer tempo hábil para que se possa fazer uma análise rigorosa do que acontece, tantas são as novidades, as tendências e os símbolos que vão se agregando ao processo.”

Agressividade e desafio – Uma das grandes contradições apontadas no pentecostalismo autônomo é a declaração de guerra pública e notória contra as religiões afro e ao mesmo tempo a incorporação simbólica de alguns de seus elementos na práxis protestante.

Numa igreja em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, cartazes às sextas-feiras anunciam a “Noite do Pai Maior, Sal

De ‘hippie’ a pastor

como não dormia há quatro anos, e nunca mais parei de falar nisso. Mas, o que ocorreu comigo, descobriria depois, é muito comum na Igreja Evangélica. A maioria fala em algo que mudou sua vida.”

Em seguida à “explosão interior”, Caio Fábio passou a frequentar o “fórum da maluquice”, na praça central da cidade (Manaus), caminho de todos os que seguiam para a Venezuela, Panamá e Estados Unidos. A partir daí lançou-se a um intenso programa de peregrinação falando de Jesus.

“Dois anos depois – recorda ele – a lucidez do louco foi admitida como incontestável e comecei a ser ouvido.”

Daí em diante Caio Fábio entra em um período de “formação”, que vai das universidades à Rede Amazônica de Televisão, para todo o Brasil, via satélite, com 1 milhão e 600 mil livros vendidos e uma estrutura que conta, hoje, com estúdio de Tv e rádio, centros de processamento, marketing e divulgação. Isso tudo aconteceu na vida desse pastor em menos de 20 anos.

À frente da Visão Nacional de Evangelização (Vinde) Caio Fábio prioriza o trabalho de amadurecimento dos pastores evangélicos.



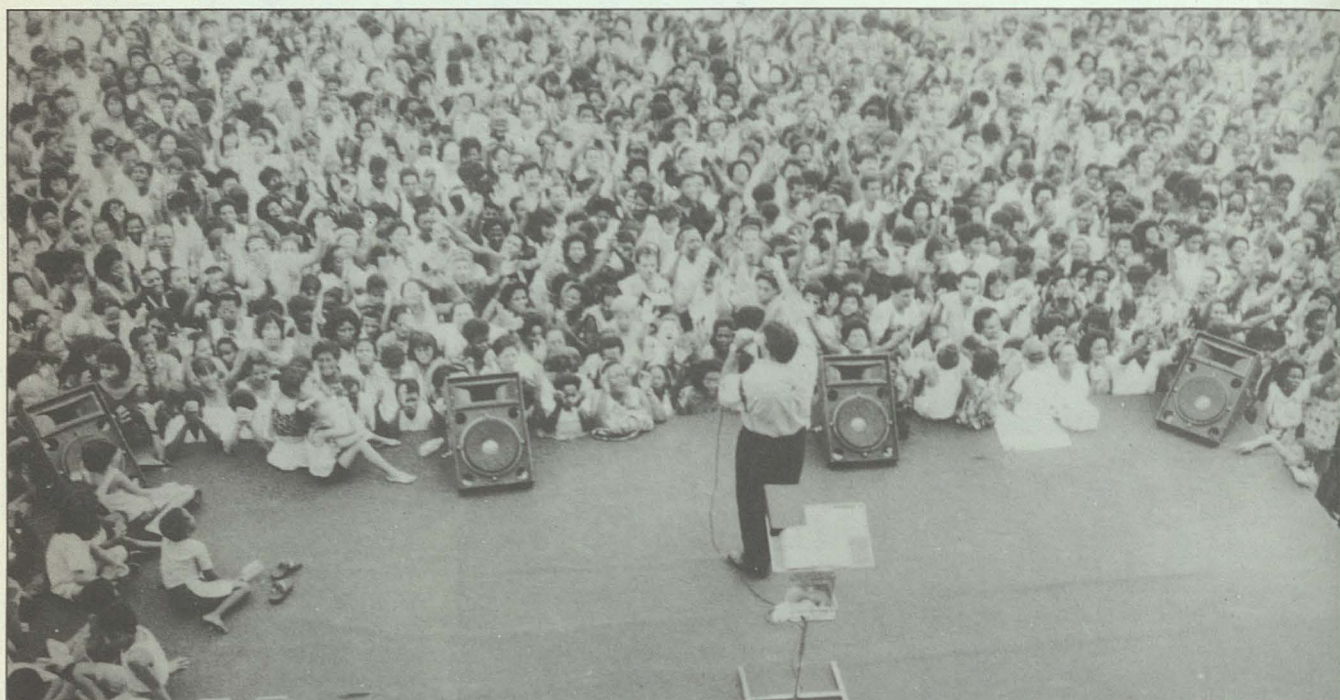
Caio Fábio saiu do “fórum da maluquice” em 70 para a Igreja em 90

Qualquer irmão pode candidatar-se a pastor nas igrejas evangélicas. Nas históricas, há seminários teológicos e treinamentos obrigatórios, mas a maioria destas denominações mais recentes permite a atuação do pastor sem treinamento. Vale registrar, por exemplo, a história do pastor Caio Fábio, presidente da Associação Evangélica Brasileira (AEVB).

Hipie em Manaus, década de 70, lutador de jiu-jitsu e amante da vida mundana e das viagens “odas”, da maconha e do rock, Caio Fábio entrou por acaso em um culto evangélico e ouviu uma mensagem muito simples.

“Do ponto de vista filosófico – conta – a mensagem não me atraiu em nada. Sou de uma família de classe média, que sempre pensou filosoficamente, com determinada sofisticação, mas havia ali muita genuidade e algo explodiu em mim como uma bomba. Chorei como criança, dormi

Foto: Alberto da Silva Vilar



Todas as formas de comunicação são usadas para ganhar adeptos, desde shows até televisão

Grosso e Arruda". Isso é uma novidade total e funciona como aparente contradição porque na verdade é pura e simples estratégia. Vale, todavia, como ensaio para um futuro *protestantismo sincrético*, coisa que os próprios crentes, hoje, não conseguem admitir.

Questionados, os pastores das Igrejas pentecostais autônomos argumentam estarem seguindo os mandamentos do Senhor e, com ou sem o dom da oratória, falam aos "irmãos" em "fonte de água viva jorrando", da "salvação em Cristo Jesus" e "de saltar muralhas com Deus", embora reconheçam a existência de segmentos oportunistas e de outros que utilizam a fé como inesgotável fonte de lucro.

O presidente da Associação Brasileira de Igrejas Evangélicas (EVB), pastor Caio Fábio, que se dirige a milhares de fiéis de todo o Brasil através de seus livros, e do programa semanal na TV Manchete em rede nacional, considera, no mínimo, "impiedoso" reduzir o movimento evangélico a estas segmentações que, "desgraçadamente, tornaram-se o estereótipo em função do qual, a mídia por exemplo, julga toda a comunidade".

"Quando dizem que a Igreja Evangélica é uma Igreja de gente pobre, sim-

ples, preconceituosa e conservadora, com pouca educação – insiste Caio Fábio –, temos que reconhecer que realmente ela é tudo isso. Mas dizer que, em geral, os líderes evangélicos estão aí para fazer charlatanismo é inaceitável. A verdade é que a Igreja Evangélica é hoje o grupo religioso mais denso de todo o país no que se refere à visibilidade, cultos e presença. E as razões são muitas. De um lado negativo, as razões vão desde o caos e a miséria em que vivemos, passando pelo grande vazio gerado pela experiência religiosa brasileira, até a mensagem positiva que a Igreja Evangélica prega de um Cristo vivo que é para ser vivido na cozinha da nossa casa e não de um Cristo distante, de dois mil anos."

A referência ao Cristo de 2 mil anos é dirigida à Igreja Católica cuja liturgia é vista como européia, romana, latina e antiga, onde o padre assume a postura de um ser que não é igual ao do homem da esquina, com uma articulação de comunicação profundamente teológica sem possibilidade de entendimento fácil, e com celebrações de dias específicos "que não atingem o nervo exposto do coração de dona Maria".

"A Igreja Evangélica – continua

Caio Fábio –, ao contrário, é profundamente brasileira, apresenta respostas a problemas que têm nome. Está interessada e preocupada com sua insônia, com seu casamento, com as grandes questões de frustração existencial, com a paz, a prosperidade e a tranquilidade da alma. É a intermediária de um Deus que se torna parceiro. A Igreja católica só se abrandou no sentido de ter uma teologia para os pobres. Manteve seu posicionamento político e social e a sua capacidade de solidarizar-se nunca esteve tão bem. Mas, enquanto Igreja sacerdotal, que ministra para as almas, para o coração, para a família, não conseguiu construir uma liturgia brasileira. A ênfase à questão política e social, via Teologia da Libertação, não lhe permitiu perceber que o povo, do ponto de vista espiritual, quer a Igreja intermediando conflitos da alma humana em relação a Deus, e não os conflitos de terra, em relação ao Estado."

Refúgio dos desesperados – A comparação do fenômeno religioso que vivemos, com o que representou, nos anos 70, a Teologia da Libertação, é inevitável.

O antropólogo Rubem César Fernandes, diretor do Instituto de Estudos

da Religião e coordenador do Centro Institucional Evangélico (CIE 1992), "mesmo correndo risco de afirmações grandilônquias", não hesita ao avaliar que "o movimento evangélico, hoje, tem peso simbólico equivalente ao da Teologia da Libertação (e suas expressões eclesiais), nos anos 70. Se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Pastorais Populares atraíram o interesse dos cientistas sociais, devem eles, nos anos 90, aprender alguma coisa sobre os *crentes*."

Para Rubem César não há dúvida do desafio implícito no crescimento do movimento evangélico. A dificuldade de entendê-lo está no fato de não falarem a linguagem do mundo acadêmico, do mundo da cidadania ou da política.

"Eles falam uma linguagem religiosa e estão dizendo: É preciso mudar, sua vida como está, não dá, você precisa se achar e se salvar. Esta mudança não tem definição política ou sociológica. Passa por uma conversão religiosa que implica a renúncia às suas tradições: catolicismo, umbanda, candomblé, espiritismo. O discurso funciona e a atração que exerce demonstra que de alguma maneira o caminho e a proposta que apresentam faz sentido."

As diferenças marcam a distância dos anos 70 para os anos 90. E ninguém melhor para desenhar este percurso que o teólogo Leonardo Boff, um dos formuladores da Teologia da Libertação, 56 livros editados e a consciência de que hoje, ao contrário dos anos 70, o confronto não é mais com o subdesenvolvimento e a dependência e, sim, com a miséria e a fome.

Ao contrário dos setores conservadores da Igreja Católica que atribuem a perda de seus fiéis e o crescimento do movimento evangélico à politização da instituição, Leonardo Boff – que renunciou à condição de frei da Ordem dos Franciscanos –, vê como um sintoma de "saúde" da espiritualidade popular e como um fenômeno positivo o crescimento dos pentecostais no Brasil, registrando inclusive que eles crescem em proporção maior nas regiões onde as Comunidades Eclesiais de Base e a Igreja progressista foram mais perseguidas. Exemplo disso é o Rio de Janeiro.

"Nossas perspectivas – afirma – não se colocam mais como subdesenvolvi-

dos e sim como excluídos. Éramos oprimidos mas tínhamos esperança. Agora, não. Vivemos um sistema altamente excludente. São 40 milhões que sequer têm o 'privilégio' de conviver com a exploração do sistema. No confronto com a morte, a religião surge como o refúgio dos desesperados. A nível simbólico, é a esperança possível aos condenados. São religiões libertadoras que fazem o discurso do oprimido e dão um sentido mínimo à vida de quem não conta. Mas, politicamente, elegem o presidente, os deputados e senadores, são sensíveis ao discurso do grande pai. Num sentido estritamente antropológico a religião é a libertação face à morte. A sobrevida garantida."

Segurança Nacional – Ao contrário das Comunidades Eclesiais de Base, a tendência entre os evangélicos, como já foi dito, é reduzir ainda mais a já tão baixa taxa de participação civil. E o fato de utilizarem a linguagem religiosa não significa que não tenham um projeto político.

Em nenhum momento de nossa História a implantação do protestantismo ou o avanço de qualquer outra proposta religiosa esteve distante de uma proposta política. Para exemplificar, já que não seria razoável, aqui e agora, voltarmos ao século XVI e de lá virmos acompanhando a História do protestantismo no Brasil, vale o relato do pastor José Bittencourt Filho, vinculado às Igrejas protestantes ecumênicas, segundo definição do próprio, "grupo das Igrejas históricas, minoritário e menos expressivo em termos de impacto na sociedade, mas com peso continental e internacional e sólidas relações com todo o movimento ecumênico internacional".

"A visão de política que os grupos pentecostais autônomos em ascensão têm é a da participação do poder constituído com representantes seus, de sua confiança – diz o pastor Bittencourt –, comprometidos com seus interesses para enfrentar a influência da Igreja Católica no campo dela, defendendo interesses setoriais e corporativos. Este fenômeno não é só brasileiro. No Peru, a eleição de Fujimori deve-se aos evangélicos. Na Guatemala, tomaram o poder. Na Nicarágua também tiveram um papel estratégico, tanto na revolução

Dilemas da formação católica

Não há qualquer possibilidade do ingresso no sacerdócio, na Igreja Católica, sem o curso de Teologia (quatro anos) e dois, no mínimo, de Filosofia, em universidades reconhecidas pelo Vaticano.

Em algumas dioceses menos rígidas é possível a substituição dos estudos de Filosofia por outra formação, sempre na área de Ciências Humanas. Do ponto de vista acadêmico, estes são requisitos inquestionáveis. A grande discussão acontece no plano espiritual, em torno do processo de formação que sempre se desenvolveu em seminários, com o isolamento e a série de distorções que o internato apresenta.

Em seguida às críticas e a crise resultante do esvaziamento dos seminários, surgiram caminhos alternativos apresentados por diversas ordens religiosas no sentido de inserir os estudantes e futuros padres junto às comunidades, morando em favelas e convivendo com a população, vivenciando seus problemas do dia-a-dia, como um homem comum. Mesmo assim não deixam de ter a orientação de um mestre.

Estas e outras propostas vêm sofrendo sérias restrições por parte do Vaticano que insiste na volta à formação tradicional, enquanto as ordens religiosas defendem a formação de padres sem uma visão clerical e burguesa, que os aproxime do povo e dos seus problemas, a fim de melhor exercerem o ministério.



quanto nas eleições, quando formaram um partido evangélico distinto do PDC onde estão os católicos conservadores, organizando ideologicamente uma terceira força que nem é de extrema-direita nem se identifica com a Frente Sandinista. Em comparação com o Brasil, o crescimento dos pentecostais é talvez maior nestes países. Na Guatemala, com certeza.

É aí que surge o debate sobre o papel que tiveram neste processo os regimes de *segurança nacional*, não só no Cone Sul, mas em diversos países da América Latina, quando se deu a "abertura" por parte do Estado, das autodenominadas "missões de fé", diz o pastor José Bittencourt.

"Eram organizações evangélicas, absolutamente autônomas, com algumas tradições doutrinárias, mas sem qualquer vínculo com Igrejas históricas e não-históricas. A Teologia da Libertação, considerada uma ameaça aos interesses norte-americanos, precisava ser combatida. Para isso, uniram-se em

presários, militares e políticos. Criaram-se institutos de estudos religiosos, a fim de que fosse produzida a justificativa teológica e bíblica de que o capitalismo necessitava.

"Na era Reagan – acentua o pastor – foi exportada em massa, para todos os países da América Latina, a versão mais conservadora, fanática e obscurantista do protestantismo. A outra parte, que não é fanática nem de direita, acabou impedida de chegar. Assim sendo, nosso povo conhece o que há de pior do protestantismo norte-americano. Sabe tudo sobre Jimmy Swaggart mas foi impedido, por exemplo, de conhecer Jesse Jackson, pastor batista tradicional, político notório, ex-candidato à Presidência da República que participou de todos os movimentos por direitos civis com Martin Luther King e que, fora essa face política, tem um forte lado religioso. Mas, em função da brutal censura, seu sermão jamais foi ouvido por aqui.

"Não faço parte dos que acreditam no que se chamou, nos anos 70, de 'teoria do complô', que identificava o avanço destas seitas apenas uma estratégia norte-americana financiada pela CIA – esclarece o pastor Bittencourt – mas estou certo de que os anos 70 foram decisivos em dois sentidos: no avanço de tantas propostas religiosas e na decadência e declínio das Igrejas históricas."

ONGs na encruzilhada – "O ponto de partida desta parte da história – segundo o pastor Bittencourt – está no percurso inverso trilhado pelas Igrejas protestantes, liberais ou socialistas, que formaram entidades de apoio internacional conhecidas como Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Como grandes instituições, com relação estreita com os governos locais, estas Igrejas transformaram-se em canais de transmissão de cooperação internacional. Em geral, são minorias intelectualizadas que mantêm uma rel

Foto: Alberto da Silva Vilar

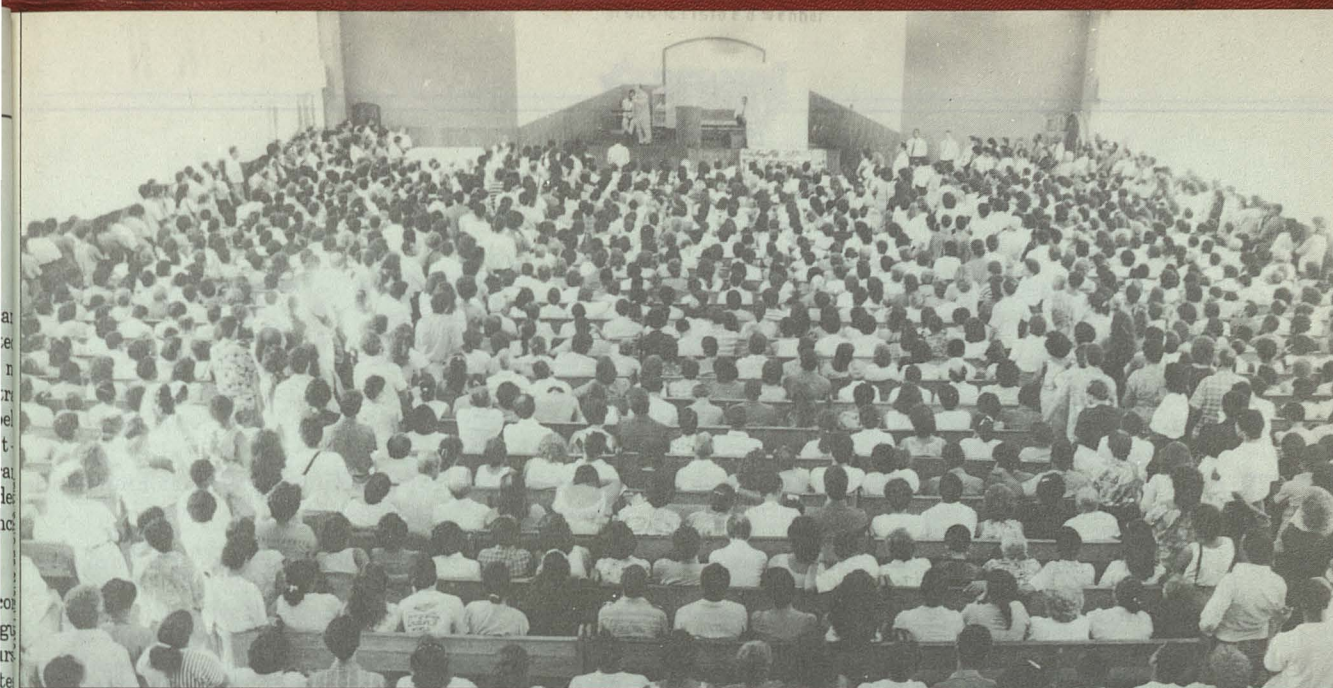
Embora muito presentes na igreja, elas não têm destaque oficial



Mulheres evangélicas

A posição das mulheres no movimento evangélico é bastante diversificada de Igreja para Igreja. Nas históricas, estão no corpo de direção mas não ministram, oficialmente, como pastoras ou presbíteras. Em outras, servem no corpo diaconal. São diaconisas. Cuidam dos serviços. No geral, obras de assistência e misericórdia.

São poucas as Igrejas que têm a mulher no papel oficial de liderança, como a Igreja Evangélica Quadrangular – pentecostal – que há muitos anos realiza a ordenação feminina. Questionados sobre o papel da mulher, os pastores são unânimes em afirmar que, na prática, elas são as principais líderes evangélicas e as maiores responsáveis pelo crescimento das Igrejas, embora não oficialmente.



O fenômeno das igrejas provocou, entre outras coisas, uma grande discussão sobre luta ideológica e cooperação internacional

ção privilegiada com esse esquema internacional ecumênico. Falam a mesma linguagem e desde os anos 70 tornaram-se fortes aliados da Teologia da Libertação, exercendo um papel supletivo no processo de mobilização da sociedade civil. Num primeiro momento, de resistência à ditadura e, em seguida, na organização dos movimentos sociais.

Temos, então, de um lado, o mandato das organizações não-governamentais que é social e não religioso. Uma elite protestante, com unidade ecumênica, com lastro cultural e social forte em seus países mas que não gerou nem base social nem movimentos de Igreja significativos no Terceiro Mundo. Ela convive hoje com os reflexos das mudanças no Leste europeu, a redemocratização na América Latina, o neoliberalismo – esta nova face do capitalismo – e ainda com o crescimento dos pentecostais, que não passa pelo ecumenismo, pela tradição liberal da teologia ou da política, nem pela visão progressista e, sim, pelo evangelismo”, finaliza o pastor.

Guerra Santa – Este quadro e suas consequências também provocam, de maneira velada ou não, uma ampla discussão no campo da cooperação internacional, como reflexo de tudo o que ocorre em nosso país e nos demais países do Terceiro Mundo. Mas cedo ou mais tarde esta será uma questão que não mais estará restrita ao fórum de debate das ONGs que, nacional e internacionalmente, discutem sua atuação no espaço da luta política, na luta ideológica, numa ação mais efetiva no campo religioso e cultural ou, ainda, como protagonistas, no plano nacional e interna-

cional, no papel de mediadoras da sociedade civil. E, sem dúvida, um nó que muitos pretendem que seja desfeito num amplo processo de reformulação das ONGs, com a demarcação de fronteiras mais nítidas entre o científico, o religioso, o espiritual e o litúrgico.

São discussões da maior importância para a sociedade brasileira que assiste, perplexa, ao crescimento de uma *guerra santa*, o refluxo dos movimentos sociais, e o forte grau de mobilização das Igrejas pentecostais que cultivam como estratégia o acesso ao poder, como ocorreu com a criação da bancada evangélica na Assembléia Nacional Constituinte.

Na época, o então deputado pedetista Lysâneas Maciel, advogado e líder evangélico, foi incansável na tentativa de separar o joio do trigo em meio às denúncias do *lobby da fé*.

“Chamei a atenção para a complexidade do fenômeno protestante – diz Lysâneas – em função da grande quantidade de seitas e de suas diferenças, tanto teológicas quanto litúrgicas, já que a imprensa de uma maneira geral insistia no vício de considerar a todos como massa coesa, de comportamento senão idêntico, pelo menos semelhante.

Ainda hoje Lysâneas Maciel continua mantendo postura de combate ao espantoso crescimento das Igrejas pentecostais e batendo-se, também, contra o conservadorismo que apresentam em quase tudo que fazem, principalmente no plano político.

Até por ossos do ofício, como advogado, Lysâneas sabe que a legislação brasileira sobre liberdade religiosa é extremamente genérica e, ainda, que o pro-

cesso de refazê-la fere tantos interesses que dificilmente seria possível avançar, com qualquer projeto de mudança, no campo do legislativo. Por enquanto, as denúncias contra Edir Macedo e a Igreja Universal do Reino de Deus deram em nada. As últimas notícias que se tem é que além de rádios, televisão e banco, Edir Macedo abriu uma igreja em Nova Iorque, outra em Moscou e faz investimentos imobiliários em Lisboa.

Religião e transformação – No plano da sociedade civil há razoável expectativa na atuação do pastor Caio Fábio à frente da Associação Brasileira de Evangélicos e do movimento Visão Nacional de Evangelização, como articulador, e como instrumento de unidade entre as Igrejas históricas e não-históricas.

A previsão do próprio Caio Fábio, se a Igreja Evangélica continuar crescendo, mas mantendo-se pobre a nível de consciência ética e social, é a de que, embora os *crentes* tornem-se maioria, em 15 ou 20 anos terão contribuído muito pouco para a mudança do país.

“É preciso que, no geral, os evangélicos amadureçam”, conclui Caio Fábio. Os pastores, porque são eles que ensinam o povo e os políticos, porque são eles que dão a fisionomia da comunidade. É necessário, ainda, fazer emergir uma outra geração, mais lúcida e consciente e provocar mudanças éticas na sociedade, transformando o movimento evangélico numa das forças mais significativas na impulsão do país para outra direção. Caso contrário, continuaremos crescendo mas não seremos em nada diferentes do que somos hoje: uma Igreja grande num país miserável.”

A história da fé



As igrejas evangélicas começaram efetivamente a desenvolver-se a partir da década de 30. Hoje, segundo informações da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), registra-se no país uma das maiores taxas de crescimento evangélico do mundo.

A comunidade de crentes, ainda segundo a AEVB, representa aproximadamente 35 milhões de pessoas distribuídas em 30 diferentes denominações principais, além de numerosos grupos menores, independentes, surgidos de cismas. Em 1980 o registro era de aproximadamente 500 denominações evangélicas no Brasil.

Em paralelo à multiplicação confessional, surgiram nestes últimos 15 anos esforços de cooperação entre as denominações para que se desenvolvesse um trabalho integrado. Encontros, congressos, seminários e consultas reuniram e aproximaram pastores dos mais variados grupos, criando consciência e

prática de unidade, respeitadas a identidade e estratégias de cada grupo.

Obra missionária – Foi em 1855 que começou, com Robert Reid Kakkey, a obra missionária, sistemática, no Brasil. Até o fim do século XIX as principais denominações históricas estavam estabelecidas em território brasileiro. Apesar dos protestos dos nacionalistas, mantiveram roupagem anglo-saxônia. A participação no culto e na administração eclesiástica impunha o estabelecimento de uma consciência social voltada, principalmente, para a defesa da liberdade religiosa e a educação.

Em 1910, o movimento pentecostal, com a Assembléia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil, começa seus trabalhos. Uma das marcas dos missionários pentecostais foi a aculturação a partir da identificação com o povo e suas necessidades, além da transmissão do evangelho de forma simples. Em 1938, o Brasil recebeu 561 missionários e, em 1970, passa a ser o país do Tercei-

ro Mundo que recebe o maior número de missionários estrangeiros.

Fenômeno religioso – Para o Núcleo de Pesquisas do Instituto de Estudos da Religião (Iser) este fenômeno é, talvez, o mais importante movimento promotor de mudanças de mentalidade na sociedade brasileira contemporânea, sobretudo em suas camadas urbanas mais pobres.

Uma história que começa no Brasil Colonial, quando a cataquese romana era parte da estratégia colonizadora portuguesa. Grupos protestantes que tentaram implantar-se fracassaram.

No final do século XIX, a oportunidade de trabalho atraiu colonos em busca de melhores condições de vida. Colonos protestantes, em sua grande maioria alemães, instalaram-se no Sul do país. Tiveram pouca influência religiosa, mas a preocupação sócio-política aproximou-os da luta por mais justiça social.

Sua manifestação de maior expressão passou para a História como *Revolta dos Mucker*, termo usado para designar beato ou fanático. Ocorreu em São Leopoldo, primeira colônia alemã fundada no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1868 e 1874. Acreditavam-se eleitos por Deus para criar uma nova era e começaram a trabalhar nesse sentido, como hoje fazem os pentecostais autônomos.

A *Revolta dos Mucker* foi liderada por uma mulher – Jacobina Maurer – que lia a Bíblia para seus seguidores e estes acreditavam que Deus falava por sua boca. Os *mucker* consideravam-se portadores do progresso, tinham uma mensagem para o mundo novo que desejavam criar, tinham uma luz e uma missão divina a cumprir. Os opositores estavam nas trevas, eram ignorantes, não acreditavam no caminho novo.

Foto: Alberto da Silva Vilar



O Brasil é o país do Terceiro Mundo que recebe o maior número de missionários estrangeiros

Os grupos principais

1. Igreja Batista

1.a) Convenção Batista Brasileira (CBB)

Fundada em 1882, na Bahia. País de origem: EUA.

Possui pastores e diáconos. Igrejas com autonomia regidas por estatuto próprio. A Convenção Batista Brasileira é o órgão máximo. Princípios comuns ao protestantismo histórico com destaque para o batismo por imersão. Dedicar-se à área educacional e assistencial. Possui seminários, colégios, orfanatos e asilos. Utiliza os meios de comunicação.

1.b) Convenção Batista Nacional (CBN)

Fundada em 1965. Oriunda da Convenção Batista Brasileira: divergências em relação à doutrina do Espírito Santo.

Pastores e diáconos. Tem como presidente-geral da *denominação* – que se reúne bienalmente – seu fundador. Estatutos próprios com estruturas idênticas às igrejas da CBB. Independentes. Pentecostal. Enfatiza a contemporaneidade de todos os dons do Espírito Santo. Possui seminários teológicos e utiliza os meios de comunicação.

1.c) Igreja Batista Bíblica

Fundada em novembro de 1968, Rio de Janeiro.

Liturgia e estrutura administrativa do culto batista. Utiliza-se de publicações da editora da Convenção Batista Brasileira. Fundamentalista. Destaque para a inerrância bíblica e a inspiração divina das escrituras.

1.d) Igreja Batista Independente Bett Lehem

Fundada em 1990, Rio de Janeiro.

Única de sua denominação, sem filiação a qualquer convenção brasileira. Possui um Ministério voltado para a evangelização dos judeus. Estrutura litúrgica e administrativa congregacional.

2. Assembléia de Deus

Fundada em 1911, no Pará. Instalou-se no Rio de Janeiro, em 1923. País de origem: EUA.

Um Ministério em cada igreja formado pelo pastor-presidente, pastores, presbíteros, evangelistas, diáconos e auxiliares. Formada por representantes dos Ministérios, a Convenção-Geral é o órgão máximo. Igrejas locais com autonomia em relação à Convenção. Pentecostal. Enfatiza a contemporaneidade dos dons espirituais. Rigorosa quanto aos usos e costumes. Atividades de assistência social. Utiliza os meios de comunicação.

3. Universal do Reino de Deus

Fundada em 1977, no Rio de Janeiro. Origem: brasileira.

Compõe-se de bispos, pastores e obreiros. Cada Estado possui várias Regiões, que agrupam diversas igrejas locais. Cada Região conta com um pastor responsável que é subordinado ao pastor do Estado. Um conjunto de Estados está sob a responsabilidade de um dos bispos. Pentecostal. Enfatiza a contemporaneidade e todos os dons do Espírito Santo. Trabalhos de libertação (curas e expulsão do

demônio). Tem redes de rádio, televisão, um jornal e uma gravadora de disco.

4. Congregacional

Fundada em 1855, no Rio de Janeiro. País de origem: EUA.

Igrejas reunidas em Regiões, organizadas administrativamente em Juntas Regionais, que formam a Junta-Geral da União. A Assembléia-Geral é o órgão máximo, com representantes de todas as igrejas da *denominação* histórica. Prática da democracia direta e autonomia das igrejas locais. Possui seminários teológicos. Atividades de assistência social. Utiliza meios de comunicação.

5. Adventistas do 7º Dia

Para os componentes desta *denominação*, sábado é o dia de descanso, o "Dia do Senhor". São vegetarianos, não tomam chá preto, café e mate.

"Não tomamos por entender que são elementos que não nutrem nosso corpo. São estimulantes do sistema nervoso", diz Ana Claudia Pegorim, 28 anos, Diretora do Departamento Missionário da Igreja Adventista do 7º Dia, no Centro de Niterói.

Com relação aos sábados, há sérios problemas para os adventistas que não trabalham, assim como sua disposição é a de não prestar serviço militar. Consideram-se predestinados.

Na interpretação dos adventistas, 1844 foi o ano da revelação da verdade evangélica. Identificam-se

com a Reforma Protestante e com a mensagem angelical contida no Apocalipse – Cap.14;19-12 –, também chamada "tríplice mensagem angelical", temas abordados no livro de Ellen G. White – *Great Controversy* – escritora pioneira do adventismo.

6. Testemunhas de Jeová

O que mais caracteriza esta *denominação* é o fato de seus adeptos não doarem sangue. Acreditam que a vida está no sangue. Negam toda e qualquer transcendência do ser humano. São radicais: não trabalham aos sábados e não prestam serviço militar.

Seu fundador foi Charles Taze Russell (1852-1916), presbítero convertido ao adventismo e fundador da Associação Internacional dos Estudiosos da Bíblia que deu origem à seita das Testemunhas de Jeová. Baseado nos livros bíblicos de Daniel e do Apocalipse, Russell estabeleceu o ano de 1874 como do fim do mundo. Como não se deu, foi marcada uma nova data: 1914. Uma terceira data terminou sendo marcada: 1925. Ao morrer Russell foi substituído por Joseph R. R. R. O ano de 1884 é, para eles, muito importante, pois foi quando deu-se a fundação do *russelismo*. Utilizam-se da comunicação escrita para propagar suas idéias. Editam três revistas: *Despertai*, *Sentinel* e *Atalaia*.

Não possuem igrejas. Reúnem-se nos "Salões do Reino."

Aspectos da ideologia religiosa

A formação do pastor

Não há rigidez teológica, embora existam os seminários, com seus cursos regulares de quatro anos, como na Igreja Católica. Mas, no geral, os melhores pastores saem da "experiência empírica". São os chamados leigos. Começam pregando nas ruas e, aos poucos, vão tendo oportunidade nos púlpitos. Na Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, esse é um fato comum. Muitos desses *pregadores* terminam fazendo o caminho inverso, isto é, procuram formação universitária depois de conhecidos divulgadores do evangelho. Foi o caso do pastor Caio Fábio, presidente da Associação Evangélica Brasileira (AEVB).

Conceito de pecado

São muitas as divergências e estratégias entre as inúmeras *denominações* religiosas existentes no país. Quase todas, no entanto, são coerentes ao conceituar o *pecado*, ato humano que contradiz a lei de Deus, expressa de forma mais concreta em o Novo Testamento. Pode ser, também, desobediência aos ensinamentos divinos. Embora a moralidade e a cultura se modifiquem com o passar dos tempos, há pecados que são considerados eternos, como adultério, homicídio e homossexualismo. Há duas classes de pecadores: os penitentes e os presunçosos, como

ensina o pastor Paulo César Lima da Silva, da Igreja Nova Vida, do Fonseca, em Niterói que, este ano, estará lançando um livro que é uma reflexão teológica sobre o pecado. Os penitentes são aqueles que pecam porque sucumbem a um desejo ou paixão; são arrastados por uma força irresistível. Pecam odiando seu próprio pecado. Arrependem-se. Têm plena consciência do erro, envergonham-se de si mesmos. Presunçosos são os que pecam, deliberadamente, com plena consciência e sem qualquer arrependimento. São os que se regozijam dos seus erros. Que não demonstram remorsos pelos erros praticados. Pecado é tudo aquilo que se caracteriza como o oposto da conduta de Cristo.

A morte e a toga

A celebração da morte, na Igreja Presbiteriana (Tijuca), conforme o pastor Carlos Alberto Chaves Fernandes, 34 anos, faz-se por meio de um ofício fúnebre normal, sem a queima de velas. "Temos a fé bíblica na ressurreição e não oramos pela alma do morto", diz o pastor. Ao contrário de outras igrejas evangélicas em que o pastor dirige o culto de terno ou com o colarinho clerical, na Presbiteriana o pastor usa a toga (tradição calvinista). Os evangélicos referem-se aos companheiros tratando-os como irmãos. "É um referencial tirado da versão bíblica. Deus é Pai, Jesus é filho e irmão. Por isso, congrega-nos nessa paternidade. Não é genérico nem obrigatório", explica Carlos Alberto Chaves.

A morte entre os batistas

Na Igreja Batista o ritual da morte inclui um culto de gratidão a Deus pela vida que o irmão teve. São feitas orações pela alma. "Vemos o momento da morte como oportunidade para celebrar a vida. Fazemos acompanhamento espiritual da família enlutada", esclarece o pastor Elias Pinheiro Beloni, 27 anos, I Igreja Batista do Rio. Elias explica a diferença básica da Igreja Batista para as demais. "Doutrinariamente, a I Igreja Batista assemelha-se a outras *denominações*, mas difere em alguns pontos. Vejo como diferença básica o fator eclesiológico da autonomia da igreja local. Embora filiadas à Convenção Batista Brasileira, cada igreja local possui sua independência em todos os sentidos, sendo requerida apenas a fidelidade ao corpo doutrinário e a cooperação com as demais igrejas da Convenção. Sobre a questão da vestimenta dos pastores disse Elias que os batistas não usam nada em especial. "Normalmente, lembra ele, pastores e diáconos usam terno e gravata durante os trabalhos na igreja. Alguns, no entanto, utilizam-se de togas especiais, durante a celebração da Ceia. Mas isso tudo é opcional."

Celebração do batismo

Há três tipos de batismo nas igrejas evangélicas: por imersão, derramamento e aspersão. A partir daí o novo convertido está

Proporção entre católicos e protestantes

MUNICÍPIO	BAIRRO	TEMPLOS CATÓLICOS	TEMPLOS EVANGÉLICOS
Duque de Caxias	158	327	
	Centro	18	49
	25 de Agosto	6	25
	Vila São Luiz	12	14
	Parque Lafaiete	9	21
	Gramacho	20	55
	Campos Elíseos	28	68
	Imbariê	14	35
	Xerém	51	68
São João de Meriti	79	179	
	Centro	17	25
	Praça da Bandeira	4	5
	Vilar dos Teles	24	48
	Jardim Meriti	6	10
	Vila Rosali	3	7
	Agostinho Porto	5	8
	Coelho da Rocha	4	19
	São Mateus	9	10
	Éden	7	47
TOTAL	237	506	

Fontes: Censo Institucional (CIN) 1992 e Anuário Católico do Brasil 1989/Ceris. Dados fornecidos pela Diocese de Caxias e Meriti. Tabelas elaboradas pelo Núcleo de Pesquisa do Iser

Fé e salvação

No conceito católico, a *salvação* depende da *graça*, que é o favor divino e o poder sobrenatural conferidos livremente por Deus, mostrados sobretudo na "expição" de Jesus Cristo. É o pecado, e somente este, que impede o homem de aproximar-se de Deus. A reconciliação surge com o sacrifício do Cristo. A partir daí, muitas são as teorias a respeito da *expição*, mas nenhuma definida como *dogma*.

As teses sobre a morte de Cristo como "resgate" pago a Satanás já não encontram ressonância. Perderam-se como tantas outras lendas ligadas aos processos religiosos.

Para Santo Anselmo, somente Cristo tinha condições de *purgar*, até o último instante, a punição do pecado determinada por Deus. Esse fato tem levado os protestantes a concluir que, a partir do momento em que Deus fez do seu Filho um homem, já estava permitindo a divinização da humanidade. O sofrimento de Jesus, segundo os protestantes, foi bastante para que os homens obtivessem o perdão de Deus. Em função disso, acreditam, a salvação acontece pelo processo da fé, como Jesus Cristo pregava. ■

apto a participar da Santa Ceia do Senhor. O batismo é gratuito. A partir da sua realização, "ocorre mudança de hábitos e ações. Se alguém está em Cristo, nova criatura é. As velhas ocorrências já passaram. Tudo se fez novo" (II Coríntios, Cap. 5, Versículo 170).

Preparação para o casamento

A cerimônia é gratuita nas igrejas evangélicas. Deve ocorrer entre irmãos na fé, isto é, pessoas convertidas a Cristo. Mas, em algumas igrejas, admite-se que um

dos cônjuges não seja crente. A Bíblia adverte para o *julgo desigual*, que normalmente acarreta dificuldades no relacionamento. O pastor metodista Nelson Magalhães Furtado, 41 anos, cuja igreja fica no Lote XV, em Belford Roxo, Baixada Fluminense, explica: "Aconselhamos que o casamento seja feito ao Senhor. Procuro explicar ao casal que deve estar preparado para a vida em comum. Os pastores, na sua maioria, procedem desta forma e de acordo com o nível cultural e social das pessoas que freqüentam a igreja. No meu caso específico, pastor num lugar pobre e sofrido, falo de forma clara e objetiva, para que entendam minha mensagem."

*Próximo
suplemento
Grandes Temas:*

**A MARÉ
RELIGIOSA 2**

- * *A Nova Era*
- * *Os Afro-brasileiros*
- * *A resposta católica*

Em Agosto LANÇAMENTO

ALMANAQUE

B · R · A · S · I · L



1993

1994

FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE • HISTÓRIA DOS ESTADOS
DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS • CRONOLOGIA HISTÓRICA
OBRAS CLÁSSICAS • O ESPAÇO NACIONAL • AS INSTITUIÇÕES
AS ATIVIDADES PRODUTIVAS • ROTEIRO DA CIDADANIA
QUADROS E TABELAS

Faça sua reserva pelos telefones 252-7440 e 232-3370



Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

*Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.*

MERCANTIL

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:
Alameda Santos, 880 - Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:
Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

CAPA

O novo contexto criado com a desintegração da União Soviética e o fim da Guerra Fria está provocando profundas mudanças nos serviços de informação dos Estados Unidos e da Rússia. Já sem o charme de outrora, os atuais espões se dedicam a novas funções, como o recolhimento de informação econômica, a repressão às drogas e o combate à venda clandestina de material nuclear

2 CARTAS

ESPECIAL:

4 A Universidade do futuro

ECONOMIA

13 Procura-se um vilão

MÍDIA

16 Violência na telinha

18 Rede imaginária

ENTREVISTA

20 Dom Paulo Evaristo Arns:

"O exercício da cidadania é um fator de esperança"

23 PANORAMA INTERNACIONAL

AMÉRICA LATINA

26 Haiti: Contagem regressiva

29 Honduras: Etnias pedem ajuda

ORIENTE MÉDIO

30 Israel: A guerra econômica

ÁFRICA

33 Libéria: Uma luz no fim do túnel

ÁSIA

34 Japão: O fantasma da bomba

CAPA

Espionagem em crise

37 EUA: Os novos rumos da inteligência

41 Rússia: KGB, um final inesperado

OPINIÃO

44 A experiência neoliberal argentina

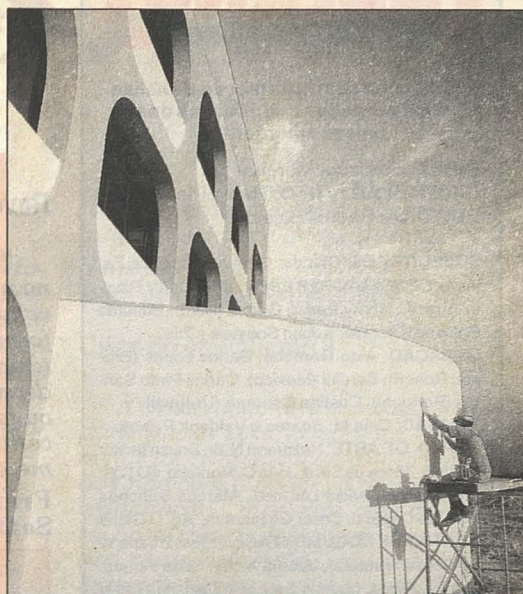
SUPLEMENTO

CADERNOS
Especiais

apresenta:
A maré religiosa

SUMÁRIO

➤ A Universidade do Terceiro Milênio, como costuma chamá-la seu idealizador, o antropólogo e senador Darcy Ribeiro, está nascendo em Campos, no norte-fluminense, com a proposta de ajudar a transformar a região



4

➤ Passados 48 anos, o lançamento da bomba atômica pelos EUA permanece uma cicatriz aberta na sociedade japonesa, que se mobiliza para que uma tragédia como aquela não volte a ocorrer



34

➤ A seção Grandes Temas aparecerá sempre que houver a necessidade jornalística de aprofundar assuntos de interesse do leitor. Neste suplemento, analisamos o crescimento das religiões evangélicas no Brasil e suas repercussões



Suplemento

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise
das realidades e aspirações dos
países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile). REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai). REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto. DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa), Zaney da Silva, João C. Monteiro. FOTOS: France Press, André Louzeiro, Marcus Sanches. Foto de Capa: J. Cesar Guimarães, Ag. O Globo. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda, Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e Rosângela Vicente Ferreira. EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique. ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes. PUBLICIDADE E MARKETING: Denise Menezes Antunes.

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎ (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: Africa News (EUA), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia), Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current (EUA). Fotos: Agence France Press (AFP). Foto de capa: A. C. Junior.

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
☎ (021) 242-1957/222-1370 - Redação
☎ 232-1759 / 232-3372 - Administração
☎ (021) 507-2203 - Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (0442) 224182, Recife - (081) 224-4486 / 224-1421, BH - (031) 271-3757, Brasília - (061) 226-2202, Alagoas - (082) 223-2420, Aracaju - (079) 211-1912, Rio - (021) 252-7440 / 232-3372, SP - (011) 573-8562 / 571-9871, Porto Alegre - (051) 228-8636, Fortaleza - (085) 252-4858, Curitiba - (041) 264-9969, Belém - (091) 235-2146, Uberaba - (034) 333-1635, Campina Grande - (083) 222-7536, Macapá - (096) 222-0855, Salvador - (071) 242-2077
Impresso: Gráfica MEC

CARTAS

Revolução Verde

Tendo em vista o artigo publicado no nº 158, cujo título era "A nova revolução verde", gostaria de obter informações mais detalhadas sobre o tema assinado por Walter Truett Anderson, bem como seu endereço, telex ou fax para contatos. As informações contidas no texto são instigantes e merecem maior aprofundamento.

Francisco Roberto Caporal
Santa Maria - RS

No momento, não temos como entrar em contato com o autor do artigo. Porém, se o leitor quiser mais informações, o Centro de Documentação da Editora Terceiro Mundo possui material sobre o assunto.

Você sabia que...

...o Brasil caiu de 59º para 70º lugar, de 1992 para 1993, na classificação mundial das condições de vida, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 1993, lançado no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento? Este documento comprova o que o povo brasileiro sente no bolso, nas filas de hospitais, etc.: estamos entre as 12 maiores economias do mundo, mas, em termos sociais, ficamos atrás de todos os países desenvolvidos e de muitos do Terceiro Mundo, como a Argentina (46º) e o Suriname (65º). Neste informe, a ONU dá diversas recomendações para melhorar a qualidade de vida das pessoas, como o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento humano sustentado. Nem de longe o Brasil segue essas recomendações, seja qual for o ministro da Fazenda. A prova disso está na manutenção dos compromissos de pagamento da dívida externa.

Tão logo confirmado no cargo, Fernando Henrique Cardoso tranquilizou os credores internacionais, afirmando que nada vai mudar em relação à política de seu antecessor. "Não vamos mudar nada. Vamos implementar o que o Senado man-

dou fazer e o que o negociador da dívida (Pedro Malan, colocado por Collor) está fazendo". Além de confirmar Malan no cargo, deu-lhe ainda o posto de assessor especial.

Railda Herrero
Programa Educativo Dívida Externa
São Paulo - SP

Intercâmbio

Sou assinante de cadernos do terceiro mundo e me interessa muito a seção de Cartas, pois estudo e trabalho na área de História. Gostaria de me corresponder com todas as pessoas que quiserem trocar textos, livros e idéias sobre essa ciência maravilhosa.

Adriana Lemos S. Reis
Campo Grande - RJ

Assinatura

Fiquei conhecendo, por meio de um colega, a revista cadernos do terceiro mundo. Gostei muito, e como procuro sempre me informar dos assuntos mais importantes da atualidade, me interessei pela publicação. Gostaria de receber informações a respeito de sua assinatura.

Vicente Simão de Vasconcelos
Simonésia - MG

Todos os meses, a revista traz um encarte contendo dados sobre as assinaturas, seus preços e modos de pagamento. O leitor pode também pedir maiores informações pelo telefone (021) 252-7440 / 242-1957 e 232-3372.

Índios

A situação trágica dos povos indígenas e a postura omissa do governo brasileiro em relação à demarcação das terras que pertencem a eles motivam o lançamento de uma campanha de abaixo-assinados no intuito de sensibilizar a opinião pública e pressionar o governo para garantir os direitos constitu-

cionais dos índios. As Nações Unidas reconheceram a importância de tais direitos ao declarar 1993 como o Ano Internacional dos Povos Indígenas.

Para que este reconhecimento vigore também no Brasil, solicitamos em caráter de urgência a colaboração e a solidariedade de pessoas, estudantes, entidades, movimentos populares, associações de classe, grupos diversos para, juntos, manifestarmos o nosso repúdio à política indigenista oficial e exigir pronta demarcação de todas as áreas indígenas localizadas em território nacional.

Para isso, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e o Fórum Permanente da Amazônia (Foram) estão lançando, dentro da campanha pela demarcação das terras indígenas da Amazônia, um abaixo-assinado, que tenciona reunir um milhão de assinaturas que serão entregues na ocasião do ato público a ser realizado em Brasília em outubro deste ano.

A data limite para o envio dos abaixo-assinados, com nome, município e identidade das pessoas, é 15 de setembro, para o endereço da Coiab: Av. Ayrão, 235, Matinha - Caixa Postal 3264, CEP 60025-290, Manaus - AM. Maiores informações pelos telefones (092) 233-0548/0937, ou fax: (092) 233-0289.

Fórum Permanente de Debates da Amazônia
Manaus - AM

Integração

Gostaria de congratular a editora pela matéria "Perspectivas da Integração Latino-Americana", publicada no nº 161. Ela nos conduz a uma tomada de consciência principalmente daqueles que acreditam ser a integração a panaceia dos problemas gerados pelo imperialismo dos séculos anteriores.

A América Latina deve repensar a postura a ser tomada diante do principal "cliente credor" e de outras potências mundiais. No entanto, jamais deverá perder a ousadia "bolivariana".

Rosemere Araújo da Silva
Jaguaré - ES

Caatinga

Gostaria de receber mais detalhes sobre o trabalho realizado pelo Centro Caatinga, que foi tema de matéria publicada no Suplemento de cadernos do terceiro mundo nº 16, escrita por Maria Luiza Borges. Para isso, gostaria de obter o endereço do referido Centro.

Urbano Lopes da Silva
Campinas - SP

O endereço do CTA (Centro de Tecnologia Alternativa) ou Centro Caatinga, é Sítio Lagoa do Urubu, Ouricuri, PE. Contatos podem ser feitos por fax: (081) 933-1258, com Telma Castelo Branco ou Maurício Aroucha.

Crise do socialismo I

Há mais de sete anos, tive a felicidade de conhecer esta ótima publicação. Desde então, tenho recomendado **cadernos do terceiro mundo** sempre que posso. Gostei muito da matéria "China: os rumos da nova potência", publicada no nº 159, e gostaria de sugerir uma reportagem esclarecedora sobre os acontecimentos na ex-URSS e na atual CEI, para que possamos en-



tender melhor o momento com informações isentas e de qualidade.

Volnei Alves

Bom Jesus do Galho - MG

Crise do socialismo II

A construção de uma nova sociedade passa pela existência real de meios de comunicação comprometidos não com o poder, a demagogia, a alienação... mas, sim, com a veiculação de informações (jornais, revistas, rádio, televisão) repassadas ao leitor de forma transparente, "isentas", sem vínculos partidários que, muitas vezes, aliena. Aí reside a importância de **cadernos do terceiro mundo**: ajudar o leitor (sem impor) a compreender a complexidade do mundo atual, seus desafios e problemas, pois é através das idéias que se construirá uma nova sociedade.

Sugiro que se escreva algo sobre a Rússia e os ex-países socialistas, pois trata-se de um tema atual, indispensável aos leitores, professores e estudantes.

José Dinaldo da Luz Costa
Macapá - AP

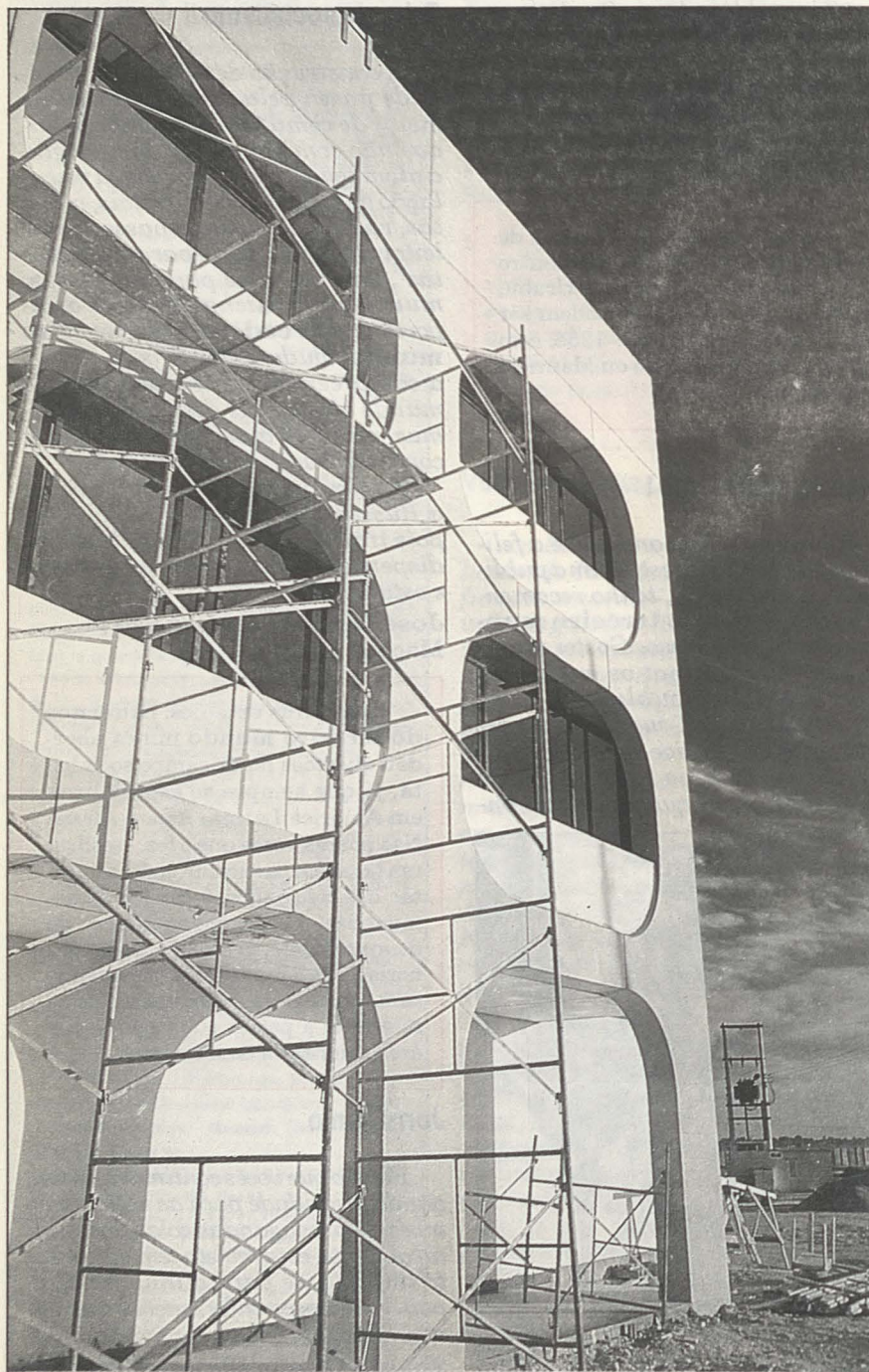
Com raras exceções, **cadernos do terceiro mundo** nunca abordou questões do ex-campo socialista, já que sempre se especializou em América Latina, Ásia e África. Nas poucas vezes que o fez, escolheu um tema em particular, como a questão dos refugiados, a corrida armamentista, o racismo, a situação do meio ambiente, os problemas das minorias, etc. São assuntos que interessam também ao leitor, apesar de se referirem a países que fogem à sua área prioritária de interesses.

Jornalismo

Espero que vocês continuem assim, dando prioridade para as notícias, ao invés de propagandas coloridas. Culturalmente, esta revista tem sido muito importante para minha família, pois recebemos informações que em nenhuma outra fonte conseguiríamos.

Zoenio Garcia Siqueira
Guarujá - SP

A universidade do futuro



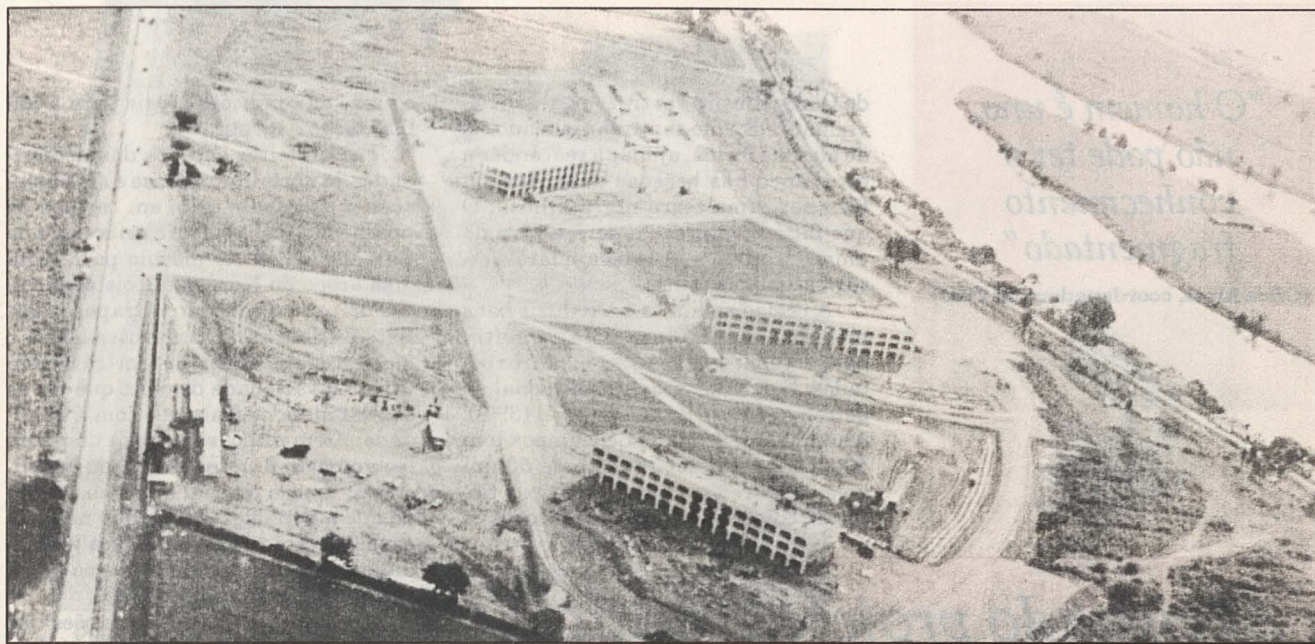
Patrícia Costa

Em agosto, começa a funcionar a Universidade Estadual do Norte-Fluminense (Uenf), em Campos, no Rio de Janeiro.

Primeira universidade pública a ser fundada no estado nos últimos 25 anos, concebida pelo antropólogo e senador Darcy Ribeiro, ela nasce com a intenção de atualizar o país no conhecimento contemporâneo, com laboratórios e centros de pesquisa, nos quais as técnicas mais avançadas serão ensinadas e praticadas.

Sendo Campos responsável hoje por cerca de 70% da produção petrolífera nacional, a instituição vem comprometida com esse setor: formará engenheiros de petróleo e de gás e produzirá equipamentos para melhorar sua produção. A modernização da indústria canavieira da região é outro objetivo, por ser um dos setores de mais baixa produtividade do país.

As instituições de ensino brasileiras têm crescido independentes de uma indústria de tecnologia de ponta. A ciência básica era distante da realidade e a pesquisa tecnológica voltada para a substituição das importações, a fim de atender a uma camada privilegiada que podia consumir tais produtos. Com a Uenf, chamada de Universidade do Terceiro Milênio, o sonho de acabar com a dependência em relação à tecnologia estrangeira está mais próximo de ser realizado.



O 'campus' abrigará não só os quatro centros como também a Faculdade de Educação idealizada por Darcy Ribeiro

Já este mês, mais de 100 estudantes vão estar ocupando as salas de aula da Universidade Estadual do Norte-Fluminense, em Campos.

Para seus idealizadores, a Uenf é diferente de tudo o que existe atualmente no país: além de gerar conhecimento, está inserida no contexto social e econômico e vem comprometida com a solução dos problemas da região. Outro fator importante é a tentativa de interiorizar o ensino superior no Rio de Janeiro, onde o desequilíbrio na distribuição de estabelecimentos gratuitos é muito grande. Enquanto existem seis universidades públicas na capital, não há nenhuma no interior do estado.

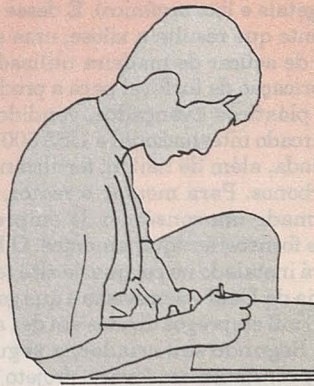
Segundo a presidente da Fundação Estadual Norte-Fluminense e coordenadora da Comissão para Implantação da Uenf, Gilca Alves Weinstein, sua criação é, primeiramente, uma exigência da Constituição Estadual do Rio de Janeiro. E mostra o artigo 49: "Exigir do estado a criação da Uenf, sediada em Campos dos Goytacazes com unidades em Itaperuna, Itaocara e Santo Antônio de Pádua." Para ela, o mais significativo nesse processo foi o fato de a comunidade local, através de movimentos populares endossados por políticos, ter conseguido incluir na Constituição a necessidade dessa universidade.

Mário Lopes, professor da Escola Técnica Federal de Campos, foi o autor da emenda popular que reivindicou a Uenf. Ele lembra que, em 1988, após a Constituinte, os estados começaram a remodelar suas constituições para se adequarem à Constituição federal. Como esta permitiu emendas populares, as estaduais seguiram o modelo. "No norte-fluminense, aproveitamos para pedir uma universidade pública, pois a mais próxima ficava a 300 quilômetros", conta ele.

Foi o professor quem liderou o movimento de assinaturas populares. A Prefeitura colocou chamadas institucionais na televisão e, no fim, 7 mil assinaturas haviam sido recolhidas, das quais 4.141 estavam completas, mesmo sendo "Campos uma cidade extremamente conservadora, onde é difícil organizar as pessoas para movimentar ou defender alguma questão". Segundo Mário, muita gente não tinha idéia da real importância da criação da Uenf, mas apoiava a idéia. A emenda teve o apoio da Prefeitura, Associação de Docentes da Faculdade de Filosofia (Adofic), União dos Acadêmicos (Udac), do Sindicato dos Professores de Campos e Macaé (Simprocam), e Centro Norte-Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN).

Mário Lopes acredita que a chamada Universidade do Terceiro Milênio

O objetivo da universidade deve ser a melhor distribuição de renda, geração de emprego e absorção da mão-de-obra local



*"O homem é uno,
não pode ter o
conhecimento
fragmentado"*

(Gilca Alves, coordenadora da Uenf)



Abrigando projetos inéditos

Um dos projetos em andamento e que serão realizados com a participação da Uenf é o Biomassa Energia Materiais (BEM), que visa a produção de substâncias químicas e de ração animal a partir dos vegetais da região de Campos. O autor é o engenheiro Daltro Garcia Pinatti, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em Física de Materiais.

A primeira fase, prevista para ser realizada em um ano, gastará cerca de US\$ 300 mil, financiados pela Uenf, pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e por empresas japonesas. Ele prevê a construção de um reator revestido de titânio para cozinhar a biomassa (composta por madeiras, aguapés, palhas, resíduos vegetais e lixo orgânico). É desse cozimento que resulta a xilose, uma espécie de açúcar de madeira utilizado na fabricação de furfural para a produção de plásticos avançados, vendidos no mercado internacional a US\$ 500 a tonelada, além de náilon, fertilizantes e carbonos. Para montar o reator, será formado um consórcio de empresas, que fornecerão equipamentos. O BEM será instalado no parque de alta tecnologia da Uenf e a previsão é que gerará 200 mil empregos diretos em dez anos.

Segundo seu criador, a segunda fase consistirá em levar o projeto para

de Darcy Ribeiro vai trazer o desenvolvimento: "Eu me sentirei realizado se, de alguma forma, ajudar a reacender a esperança nas pessoas de morar em Campos, uma terra maravilhosa. O que falta é emprego e perspectiva de uma vida melhor. A Uenf ajudará a resolver esse problema."

A região se limita a produzir bens primários (petróleo, cana, tomate) para serem beneficiados em outros estados. É o maior produtor nacional de petróleo (69%) e de gás natural (39%). Atualmente, a cidade de Campos tem 400 mil habitantes, e cerca de 50 mil vivem na área rural do município. Segundo Gilca Wainstein, é um local que

oferece as condições ideais para a implantação da Uenf.

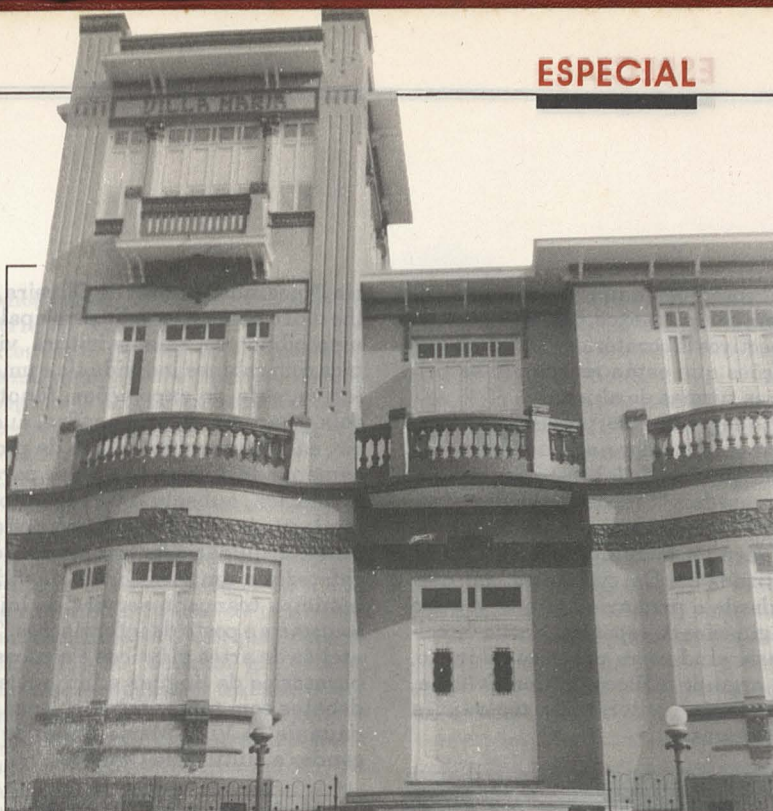
Foram feitos estudos das necessidades do norte-fluminense e as conclusões mostraram que, em termos de produtividade, a cultura canavieira de Campos perde até mesmo para algumas áreas do Nordeste, pois as técnicas de produção estão ultrapassadas. Estes sinais estão presentes desde o manejo do solo (queima sem tratamento) até a variedade de cana que vai se contaminando, acabando com a qualidade. Além disso, a chegada do petróleo ao norte-fluminense acaba beneficiando mais o pessoal que vem de fora do que a população local, que não tem especialização suficiente para se candidatar aos melhores empregos que a exploração petrolífera oferece.

Por isso, para buscar soluções que visem a melhoria da qualidade de vida, é preciso que a universidade tenha o melhor nível de pesquisa e um ótimo *staff* de pesquisadores. O mundo está vivendo uma revolução em que a tecnologia passou a ser um bem econômico. O avanço da ciência e da pesquisa, somado ao capital, é responsável pela maior parte da produção.

A intenção é desenvolver uma região que há décadas vem empobrecendo, criando uma nova geração de profissionais voltados para a busca de soluções de crescimento da economia através do produto industrial. Esse processo exige grandes laboratórios, modernos e bem equipados, para fazer frente às necessidades do mercado, que é muito competitivo.

O professor Pedricto Rocha, coordenador do Centro de Ciências das Engenharias e Tecnologia da Uenf, ressalta a necessidade de harmonizar vários setores para conseguir o progresso: "O cabedal da pesquisa depende de uma universidade bem equipada, uma indústria e um instituto avançado. A integração desses três setores beneficia diretamente a comunidade."

Estrutura – A Uenf possui quatro centros: o de Ciências das Engenharias e Tecnologia, com seis laboratórios; o de Biotecnologia e Biotecnologia, com nove; o de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, com dez; e o de Ciências Humanas, Letras e Artes, com quatro. Este último só iniciará suas atividades no ano que vem.



O casarão da Villa Maria foi totalmente reformado para abrigar um centro que promete reacender a cultura da região de Campos

A proposta da Universidade do Terceiro Milênio é diferente até na aplicação de seus cursos: ao invés de o aluno cursar primeiro a graduação para depois entrar no mestrado, poderá optar por fazer os dois simultaneamente. Os cursos regulares têm duração de quatro anos em horário integral e, ao ingressar, o estudante recebe automaticamente uma bolsa de iniciação científica. Cada aluno terá um orientador e, através de um ensino integrado, poderá acompanhar todo o processo, desde o início da pesquisa, passando pelo parque de alta tecnologia, onde o material é trabalhado, e ver sua difusão para as áreas de produção.

Optou-se por um corpo docente de alta qualidade, tendo, no mínimo, a titulação de doutor *strictu sensu*. Serão trazidos também professores da Rússia, França, das repúblicas Tcheco e Eslováquia, dos Estados Unidos e de Cuba. Todo professor será um pesquisador, atuando ao lado do aluno nos laboratórios. Esse método visa suprir a falta da aplicação prática. O amadurecimento do aluno é mais rápido, pois vai receber um grande número de informações e suas dúvidas serão tiradas ali mesmo, no laboratório. Com essa bagagem — pesquisa forte em laboratório, o aluno trabalhando junto com o corpo docente —, ele, ao se formar, estará mais preparado para o mercado de trabalho.

O Centro de Humanidades vai estudar o homem como indivíduo, ser social, trabalhador e como animal político, com laboratórios de psicologia, sociologia, administração e antropologia. É um modo de aproximar a área de humanas da ciência. "O homem é uno, não pode ter o conhecimento fragmentado", declara Gilca, afirmando que o objetivo é "formar um indivíduo com competência e sensibilidade ao meio em que vive; que possa caminhar por várias profissões, sem ficar preso a uma única visão." É a era da multidisciplinaridade.

Essa metodologia inovadora necessitava de uma estrutura especial. Um terreno foi desapropriado e doado pela Prefeitura. O projeto de Ciep (prédios semelhantes aos das escolas públicas integradas do Rio, de três andares, que abrigarão as salas de aula) e de implantação do *campus*, bem como a definição arquitetônica, são de Oscar Niemeyer. O projeto paisagístico é de Carlos Fernandes. O engenheiro Carlos Augusto Siqueira, coordenador da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro (Emop) e responsável pelas obras de implantação da Uenf, afirma que elas estão dentro do calendário previsto.

A primeira fase das obras começou em março e está sendo entregue neste mês de agosto, com três prédios Cieps (um para cada centro) e três "minho-



"A Uenf surge num contexto de colaboração e não de competição com as outras universidades"

(Hésio Cordeiro)

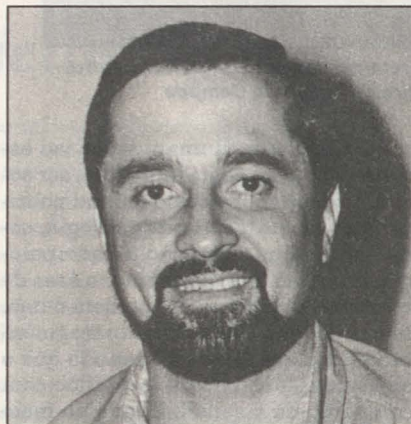




Hésio Cordeiro, reitor da Uerj: cooperação

cões" (prédios de um andar construídos em curva) anexos, que abrigarão os respectivos laboratórios. São estas instalações que estão recebendo as primeiras turmas de alunos.

Na segunda fase, prevista para terminar em dezembro, serão construídos os sete prédios de laboratórios restantes, mais dois "Ciepões" (prédios cerca de 80% maiores do que os normais) que abrigarão a Faculdade de Educação idealizada por Darcy Ribeiro, com cursos desde o primário até o 2º grau, e dois ginásios de esportes. Numa terceira fase, ainda sem previsão de início, será erguido o Bloco de Convivência, onde ficarão a reitoria e um teatro para 700 pessoas.



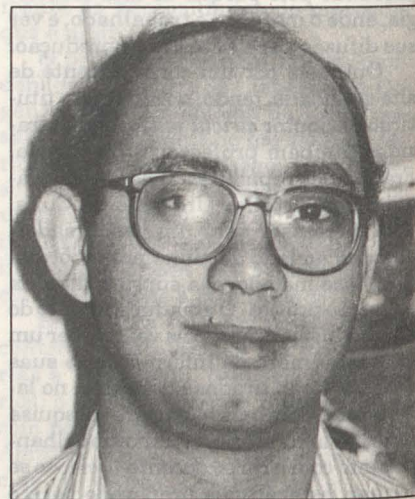
O prefeito de Campos, Sérgio Mendes: mudança de mentalidade

A Fundação Estadual do Norte-Fluminense tem dois órgãos: um é a Uenf, e o outro é o Parque de Alta Tecnologia, que abrigará oficinas de trabalho onde serão colocadas em prática as pesquisas realizadas nos laboratórios. Serão criados ainda o *campus* de Agronomia, em Itaocara; o de Engenharia, em Itaperuna; e o de Veterinária, em Santo Antônio de Pádua.

A parte cultural não foi deixada de lado. O Casarão da Villa Maria, localizado no centro histórico de Campos, foi totalmente restaurado para abrigar o centro cultural da universidade. Deixado sob a guarda da Prefeitura por sua dona em testamento, há muitos anos, para a futura universidade que seria criada em Campos, a Villa Maria é um conjunto arquitetônico construído de 1912 a 1918, sendo legado a Ma-

ria Finazinha Queirós de Oliveira, que lhe deu o nome. O prédio principal tem uma biblioteca, sala de leitura, videoteca com cabines individuais e uma coletiva, sala de exposições, fonoteca, sala de acervo de som e vídeo, auditório, sala de reunião, centro de processamento de dados e três salas para informática, subsolo e terraço. Possui ainda um jardim de 3.000 m², onde um antigo orquidário foi transformado em cafeteria e um minicoreto de vidro e madeira trançada servirá de loja de *souvenirs* e posto de informações. Terá ateliês de artes plásticas e cênicas, laboratórios de línguas e um núcleo de debates com temas sobre cultura e cidadania. A Villa Maria pretende reatender a cultura de Campos.

Modernização – O coordenador do Centro de Biociências e Biotecnologias, professor Wanderley de Souza, acredita que a Uenf veio para ficar, principalmente em relação à economia local: "Modernizando e desenvolvendo os processos de irrigação, plantio, colheita e beneficiamento da cana, será possível reduzir o espaço que ela ocupa para diversificar as culturas como a do caju, que é nativo, mas não foi explorado, do coco e da goiaba." A biotecnologia é a última palavra nesse setor. Existem hoje bactérias que, colocadas na planta, ajudam a defendê-la de pragas e doenças, sem precisar de agrotóxicos e grandes gastos. A Uenf está procurando atrair pesquisadores



Prof. Wanderley de Souza: modernização

"A pesquisa depende de uma universidade bem equipada, uma indústria e um instituto avançado"

(Prof. Pedricto Rocha)



cubanos por causa de sua avançada indústria de cana-de-açúcar. "Atualmente, Cuba produz 43 subprodutos da cana, como papel e plástico, e nós só conseguimos extrair da cana o açúcar, o álcool e o bagaço para adubo", lamenta Wanderley.

O coordenador do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, professor Nilton Leal, considera a produção de tecnologia de ponta um fator decisivo para o desenvolvimento. E cita como exemplo a criação de um banco de germoplasma na Uenf, que ficará no laboratório de recursos genéticos: "Esse banco assegura os trabalhos com biotecnologia e melhoramentos genéticos. É a chance de dominarmos esse setor e racionalizarmos nossos processos de cultivo e de criação de animais. No Brasil, só a Embrapa tem outro banco de germoplasma, a Cenagem."

A implantação da Uenf, para o prefeito de Campos, Sérgio Mendes, mudará a mentalidade social, econômica, política e científica da região: "Não tenho a menor dúvida de que vai ser um dos fatores mais importantes na reversão do processo de desenvolvimento econômico do estado." Ele acredita também em maiores oportunidades de emprego para o município. Só na construção, foram criados 1.200 empregos diretos. Há uma preocupação com o crescimento urbano desordenado que poderá ocorrer, o que o levou a formar uma comissão para estudar o seu impacto. O objetivo é identificar as necessidades de investimento nas áreas atingidas diretamente por esse processo.

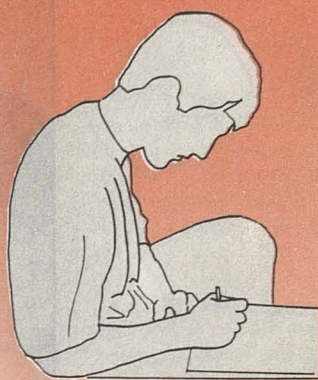
O prefeito conta que o deputado Fernando Leite (PDT) está tentando incluir um dispositivo na Constituição

Estadual para que os 6% do orçamento público destinados à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) sejam divididos igualmente com a Uenf. A Dra. Gilca garante que não houve ciúmes por parte da Uerj: "Pelo contrário, os reitores nos deram muito apoio, fazendo consultorias e até indicando professores."

Hésio Cordeiro, reitor da Uerj, confirma: "A proposta da Uenf, de suprir a carência brasileira no setor da tecnologia de ponta, ao mesmo tempo desenvolvendo o norte-fluminense, contribui para o crescimento do país. Ela surge num contexto de colaboração e não de competição com as outras universidades." Existem áreas onde os estudos são totalmente complementares: "Enquanto a Uerj possui um laboratório de pesquisa oceanográfica, onde se estudam formas de combater a poluição marinha provocada por vazamentos durante a exploração de petróleo, a Uenf vai desenvolver tecnologias que visam a modernização da produção petrolífera."

Quanto à tentativa de dividir a porcentagem das verbas públicas com a Uenf, ele é bem claro: "O Superior Tribunal Federal considerou inconstitucional o estabelecimento de percentuais para a distribuição de recursos para instituições de ensino público e isso, portanto, não pode ser aplicado. A questão não é repartir 6%, mas sim aportar os recursos necessários para que as duas universidades possam se desenvolver de acordo com seus trabalhos."

Desenvolvimento – Campos não será mais a mesma depois da Uenf. Pelo menos assim pensa Antônio Eral-

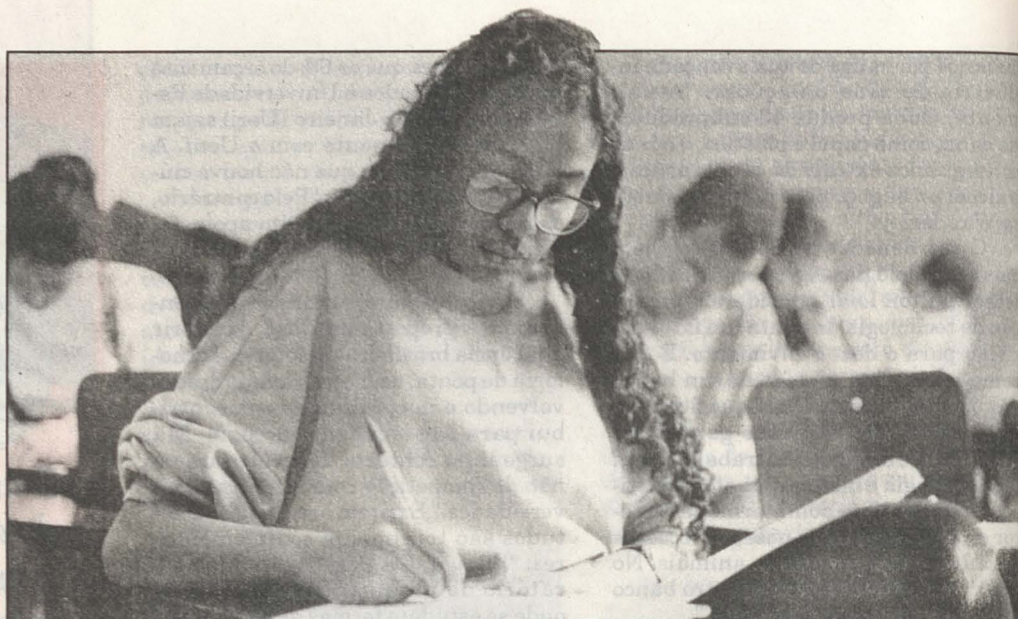


O amadurecimento do aluno será mais rápido, devido ao grande número de informações que vai receber

A região

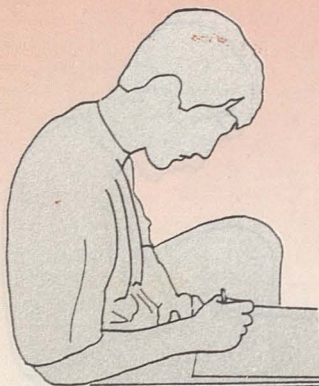
O município de Campos dos Goytacazes ocupa o norte do estado do Rio, sendo banhado pelo rio Paraíba do Sul. A região foi descoberta no início do século XVI. A pecuária foi sua primeira atividade econômica. No século XVII – mais precisamente, em 1650 – surgiu o primeiro engenho de cana, produzindo açúcar e aguardente. Campos transformou-se em vila em 1677, e em cidade em 1835. Em 1750 já haviam 50 engenhos; em 1828, eram mais de 700. O ciclo do açúcar domina totalmente a economia da região até hoje. Campos foi o primeiro município do país a possuir luz elétrica, isso em 1883.

Beatriz Amorim:
"O estudante vai
ficar mais no
laboratório,
trabalhando ao lado
do professor"



*"Nossos filhos eram
obrigados a sair para
estudar fora. Agora
terão oportunidade de
se formar por aqui
mesmo"*

(Antônio Eraldo Riscado,
comerciante)



do Riscado, comerciante, industrial e hoteleiro da cidade: "Nós, que vivemos do comércio, teremos um avanço muito grande, não só economicamente, mas na divulgação da região, cuja nova imagem será mostrada nacional e internacionalmente." Ele acha que a universidade trará benefícios em todos os setores. E explica: "Campos sempre viveu da monocultura e, agora, outras culturas poderão ser desenvolvidas. Meus doces, por exemplo, são feitos com produtos trazidos de outros estados. Aqui, há uma carência muito grande de goiaba, caju e outras frutas."

Quanto ao problema de moradia para o contingente de pessoas que está chegando, o comerciante afirma que a Prefeitura "tem que preparar uma infra-estrutura agora para que nada venha a dificultar a vida da cidade e daqueles que virão".

Um dos maiores benefícios, segundo o comerciante, serão as oportunidades de emprego: "Nossos filhos eram obrigados a sair para estudar fora. Agora, não, terão oportunidade de se formar por aqui mesmo." Antônio Eraldo destaca: "Acredito que, em torno de três anos, a universidade estará totalmente integrada à sociedade e à vida campista."

Mas nem todos ficaram felizes com a chegada da Uenf. Um pequeno grupo de professores tem suas restrições.

José Luiz Vieira da Cruz, sociólogo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) faz mestrado sobre planejamento urbano e sua temática é o desenvolvimento regional. Aí reside suas ressalvas. Campos tem quatro faculdades particulares correndo o risco de fechar pois não há alunos com renda para bancar um ensino pago. Ele conta que, quando surgiu a reivindicação de uma universidade pública para Campos, foi uma luz no fim do túnel: "A idéia era encampar e otimizar os recursos das faculdades particulares para criar um universidade pública." No entanto isso não ocorreu.

Ele acha que a criação de uma universidade não é suficiente para promover o desenvolvimento regional. E deixa bem claro que não deseja que a Uenf fracasse. Mas diz que o objetivo dela deve ser, prioritariamente, a melhor distribuição de renda, geração de emprego e absorção da mão-de-obra local.

Atraídos pela diferença – O primeiro vestibular da Uenf ocorreu em julho passado, em Campos, Macaé, Rio de Janeiro, Itaperuna, Itaocara e Pádua, e ofereceu 104 vagas de graduação: 32 para ciências exatas; 32 para a área biotecnológica; e 40 para as ciências agrônômicas. A pós-graduação ofereceu 200 vagas.

Cerca de 700 estudantes se inscreveram e o índice de ausência foi de

16%. Os candidatos disputaram as vagas por área e não por curso. Segundo o professor Wanderley de Souza, essa é uma das maneiras de se evitar a "crueldade de forçar uma pessoa de 17 anos a escolher uma opção que vai seguir pelo resto da vida". Pela concepção da Uenf, sendo a opção por área, o aluno terá a oportunidade de conhecer outros ramos e escolher melhor.

Beatriz Amorim tem 18 anos e fez o vestibular para a área de Agropecuária. Ela conta que o que mais a atraiu foi a inovação na metodologia de ensino: "A aula não vai ser o aluno sentado e o professor falando. Você vai ficar mais no laboratório, trabalhando ao lado do professor." Leandro Azevedo, de 17 anos, concorreu na área de Biotecnologia. Ele acredita que a universidade tem tudo para dar certo: "Os convênios que vão pintar com as empresas de Campos serão grandes oportunidades para as turmas a se formarem." Para ele, o que anda acontecendo com outras instituições, como a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Uerj, não se repetirá na Uenf: "Os alunos estão só se formando, as universidades não oferecem uma continuidade. Numa turma de 60, só 20 conseguem trabalhar em suas áreas." Seu amigo, Bruno Cruxen Marques, de 18 anos, destaca que o que mais lhe agradou na Uenf foi a prática: "Ela vem com uma boa estrutura de informática, e é totalmente voltada para

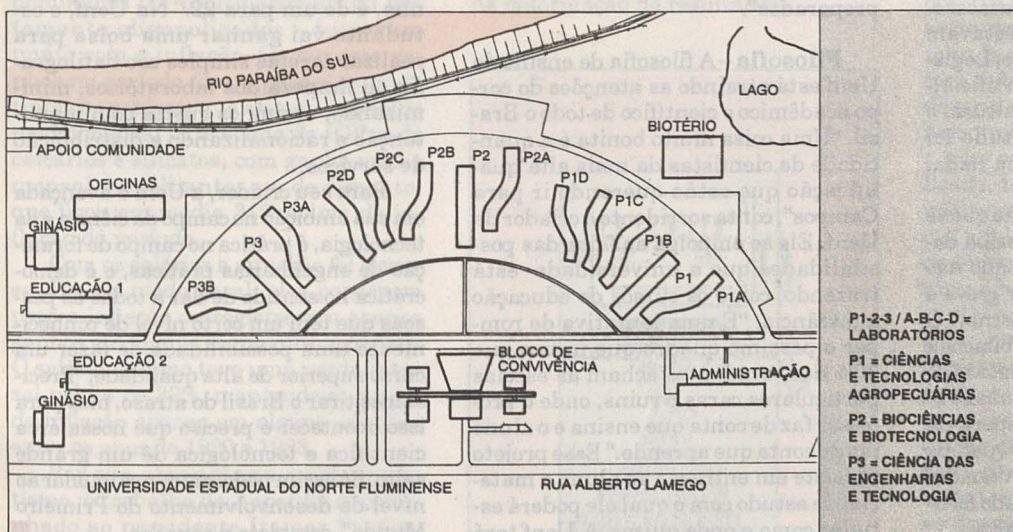
uma pesquisa que vai ser aplicada ali mesmo, na região."

Todos eles acharam os testes razoáveis, "talvez porque essa seja a primeira turma da Uenf", sugere Leandro. As provas discursivas, no entanto, são geralmente cansativas, quando se amontoam em várias universidades. "A Uenf, por ser no meio do ano, não cansou tanto. Mas, no fim do ano, vai ser mais uma bateria de testes que o aluno vai ter que enfrentar", diz o rapaz. Ele reivindica o retorno do vestibular unificado, pois, atualmente, um estudante é obrigado a responder a mais de três mil perguntas nos vários vestibulares do Rio de Janeiro.

O professor Pedricto Rocha, por sua vez, não se abala ao falar da qualidade do ensino. Para ele, o governo federal deixou há anos de investir em educação e uma das maiores consequências é a queda no nível de preparo do aluno: "É por isso que a Uenf oferece um curso pré-universitário, para que o estudante tenha chance de se qualificar em algumas matérias em que não teve bom rendimento nas provas do vestibular." O professor considera que a proposta da Uenf vai forçar o ensino de 2º grau a melhorar. "O Santo Inácio (colégio particular da Zona Sul do Rio), por exemplo, já possui laboratórios de ensino de física e de informática no 2º grau", destaca Pedricto, mostrando que tentativas para melhorar esse quadro já estão sendo esboçadas.



A Uenf vai se dedicar a gerar conhecimento nas áreas de exploração do petróleo e da indústria canavieira



Em terreno doado pela Prefeitura, a Uenf construiu os três primeiros centros com laboratórios de alta tecnologia

Da UnB à Uenf

Assim que assumiu o governo do estado, Leonel Brizola chamou o senador Darcy Ribeiro para organizar a criação de uma universidade no norte-fluminense, pois era uma determinação constitucional cujo prazo de três anos estava se expirando. Começando a trabalhar, Darcy verificou que o governo anterior de Moreira Franco tinha previsto que, ao invés de criar uma nova universidade, as faculdades particulares existentes em Campos seriam encampadas e convertidas em uma universidade pública, incorporada à Uerj.

Devido principalmente às condições econômicas da região, o senador propôs que seria melhor fazer o que São Paulo fez em Campinas ao criar uma universidade de ciência e tecnologia, que ajudasse o interior do Rio de Janeiro a se desenvolver e a se recuperar, estimulando, conseqüentemente, o desenvolvimento do país. Brizola aprovou a idéia e Darcy arregaçou as mangas: criou uma comissão com cientistas para discutir o projeto da Uenf, durante dois anos, trabalhou muito para colocar em prática sua idéia.

Assim aconteceu em Brasília, há 30 anos, quando o senador fez o projeto da Universidade de Brasília (UnB), que respondia à problemática daquela época de criar uma nova universidade capaz de ativar e conviver com outros centros de cultura do país, e de desenvolver um núcleo capaz de dar assessoramento aos poderes que ali estavam sendo implantados – Judiciário, Legislativo e Executivo –, levando artificialmente para a nova capital a cultura, o saber e a ciência, “tal como tudo foi transferido, já que lá não tinha nada, só cerrado goiano”.

O senador conta: “Havia gente que se opunha a isso, achando que Brasília deveria ser uma cidade desolada, que não tivesse nem operário para fazer greve e nem estudante para fazer baderna.” O então presidente Juscelino Kubitschek nomeou Darcy para chefiar a comissão de planejamento da universidade, mas só liberou o projeto da UnB na véspera da inauguração de Brasília. “Jânio Quadros me confirmou na posição de coordenador e, com João Goulart, a universidade foi finalmente criada”, lembra o senador.

Necessidade – Com a Uenf, a semelhança está na necessidade. A UnB foi criada pela necessidade de se desenvolver um núcleo cultural na nova capital, que suprisse as demandas de profissionais para os três poderes ali implantados; a Uenf nasce para preencher a necessidade de o Brasil ter uma universidade que domine a fronteira da ciência e os setores em que a tecnologia está avançando mais rapidamente, ajudando a desenvolver uma das regiões mais atrasadas do país. “Nas ciências biológicas, por exemplo, houve transformações tão grandes nos últimos anos que se pode dizer que há toda uma nova biologia, que permite ao homem criar novos animais, plantas e vírus. É uma possibilidade imensa de tocar na fonte da vida”, afirma Darcy Ribeiro. Tais transformações devem ser dominadas em sua base científica para que o país possa se integrar na futura civilização.

“É a chance de pegarmos o trem da História outra vez. Perdemos a primeira chance, na Revolução Industrial, na qual entramos mal e tardiamente. O Brasil era muito mais rico do que os Estados Unidos no período colonial mas, enquanto eles foram para a frente, nós nos atrasamos.” Para ele, há um desafio dessas novas ciências e tecnologias que se abrem para o Terceiro Milênio, “que chegará daqui a sete anos e para o qual nós temos que estar preparados”.

Filosofia – A filosofia de ensino da Uenf está atraindo as atenções do corpo acadêmico e científico de todo o Brasil. “Uma coisa muito bonita é a quantidade de cientistas da mais alta qualificação que estão querendo ir para Campos”, conta sorridente o criador da Uenf. Ele se empolga ao falar das possibilidades que a universidade está trazendo, como os cursos de educação a distância: “É uma tentativa de romper o péssimo quadro que indica que 70% dos estudantes acham as escolas particulares caras e ruins, onde o professor faz de conta que ensina e o aluno faz de conta que aprende.” Esse projeto consiste em entregar ao aluno o material de estudo com o qual ele poderá estudar como e onde quiser. A Uenf terá



Darcy Ribeiro, Gilca Alves e Oscar Niemeyer unidos pelo mesmo sonho

um sistema de exames que cobrará o conhecimento do material, e dará um período de prática, nas férias dos alunos regulares da universidade. Um outro aspecto importante é que a Uenf propõe criar um novo modelo de Faculdade de Educação, já que, para o senador, “uma das maiores necessidades brasileiras é renovar a formação do magistério”.

Uma das idéias mais originais do projeto de Darcy Ribeiro são as bolsas de trabalho que os alunos receberão. Segundo ele, as universidades brasileiras têm o maior número de funcionários, herança do clientelismo que ainda impera no país: “Isso deformou e encheu as universidades de gente. A proporção é de um funcionário para cada quatro estudantes. Na Alemanha, é de um para 22.” Na Uenf, o estudante vai ganhar uma bolsa para realizar tarefas simples como datilografia ou limpeza dos laboratórios, minimizando, assim, os custos com manutenção e racionalizando a distribuição de serviços.

Para seu criador, a Uenf é avançada em sua ambição no campo da ciência e da tecnologia, é prática no campo de formação de engenharias práticas, e é democrática no sentido de dar a todas as pessoas que têm um certo nível de conhecimento uma possibilidade de fazer um curso superior de alta qualidade. “Precisamos tirar o Brasil do atraso, mas para isso acontecer é preciso que nossa área científica e tecnológica dê um grande salto. Só assim poderemos nos igualar ao nível de desenvolvimento do Primeiro Mundo”, completa o senador.

Procura-se um vilão

O acompanhamento dos índices mensais nos últimos 13 anos desmente a tese de que o setor público é o principal responsável pelas elevadas taxas da inflação. Um estudo sem precedentes, realizado pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) e divulgado com exclusividade por cadernos do terceiro mundo, aponta uma forte compressão nos preços da empresa estatal, achatamento salarial e pouco investimento no setor

Celeste Cintra

A taxa de inflação de janeiro de 1980 a março de 1993 foi de 88,9 bilhões por cento, de acordo com a Associação dos Engenheiros da Petrobrás, que reconstituiu uma série histórica da inflação medida pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas. No estudo foram considerados todos os planos econômicos aplicados no período – Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Maílson, Plano Collor I e II –, para que fosse dada uma visão real do comportamento da inflação e de vários segmentos da produção.

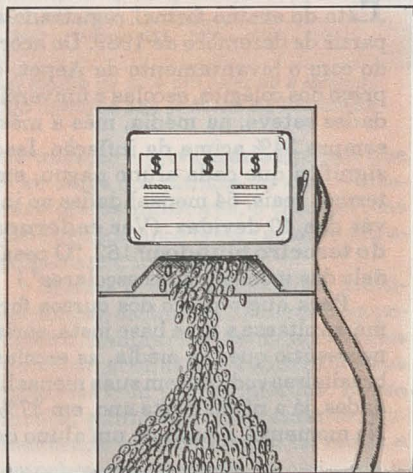
Nestes 13 anos, alguns setores – dominados por multinacionais ou fortemente oligopolizados – lucraram muito com a inflação. Os maiores ganhos no período foram para o setor de tintas e vernizes, que atingiu um saldo médio mensal 51% acima do IGP; o de calcários e silicatos, com ganho médio mensal semelhante; e o de cimento, que ficou em média 31% acima da inflação do período.

Com os salários a situação foi inversa. De um modo geral, eles perderam para a inflação ou registraram apenas ganhos em alguns segmentos especiais. O salário mínimo teve uma perda mensal média de 32%, mantendo-se acima da inflação apenas em alguns períodos entre os anos de 1980 e 1983.

Por sua abrangência e pelo ineditismo, o trabalho da Aepet foi encaminhado ao presidente Itamar Franco,

aos ministros da área econômica e à direção do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC).

O estudo analisou a evolução dos preços de alguns dos principais segmentos produtivos com a finalidade de compará-los com a evolução da inflação no país. A intenção foi resgatar parte importante da história dos preços no Brasil, hoje desconhecida pela grande maioria da sociedade. Para ter uma visão da variação de preços praticados pelos principais segmentos da economia, a Aepet fez o levantamento num período que pudesse ser representativo e que permitisse uma avaliação global, de modo a revelar uma fotografia da última década sem incorrer na deformação de resultados.



As várias mudanças de bases de índices econômicos, em razão da alta da inflação, os consequentes planos econômicos e a quantidade de segmentos analisados levou à realização de inúmeros cálculos, que podem ser comprovados com os respectivos índices da Fundação Getúlio Vargas. Numa primeira etapa, o trabalho abrangeu a gasolina e vários outros produtos, passando posteriormente a considerar os salários e novos segmentos, como por exemplo o ensino.

Gasolina – A Petrobrás acumulou, nos últimos 13 anos, um prejuízo de US\$ 25 bilhões com a venda de seus produtos, que tiveram uma perda mensal média de 29% em relação à inflação do mesmo período. Durante o Plano Cruzado houve uma recuperação nos preços da gasolina, que empataram com a inflação da época. Em 1989, na gestão de Maílson da Nóbrega na Fazenda, os preços caíram de forma acentuada, voltando a se recuperar um pouco na época do Plano Collor.

Mas essa pequena recuperação não se manteve, e os preços voltaram a cair acentuadamente ainda no governo Collor, quando Márcio Marques Moreira era ministro. Segundo a Associação dos Engenheiros da Petrobrás, para se entender a política de preços de combustíveis é preciso conhecer um pouco da história da estatal. A Aepet observa que, nos últimos oito anos, vem se processando um esvaziamento econômico da empresa a pretexto de se combater a inflação. O fato é que a inflação, que deveria ser reduzida, está se tornando incontrolável. Uma das explicações para a crise seria que a Petrobrás, descapitalizada, teria ficado impedida de desenvolver os próprios projetos. Isso provocou a falência de empresas prestadoras de serviços, estimulando, assim, a inflação e a recessão.

De acordo com o estudo da Aepet, a crise cresceu quando foram mudados os percentuais de participação dos segmentos que atuam na formação do preço ao consumidor, provocando uma redução no percentual da Petrobrás. Esse processo de descapitalização é visto também como produto do interesse dos grupos multinacionais, que lu-

crariam com o descrédito da empresa junto à opinião pública e com sua privatização. Isso já vem ocorrendo no setor petroquímico, considerado o "filé mignon" da indústria petrolífera.

Os preços dos derivados do petróleo foram utilizados como instrumento de combate à inflação sem qualquer resultado. Outros segmentos industriais consumidores de combustíveis se beneficiaram dessa política, e ainda elevaram os preços dos seus produtos acima do IGP do período. Dos preços dos derivados do petróleo, o refinador teve sua margem reduzida, com uma grande elevação de impostos. A Petrobrás vem tendo um prejuízo anual de Cr\$ 500 milhões.

Os combustíveis também registraram, nos últimos anos, reajustes de preços abaixo da inflação. No sistema Petrobrás, essa perda é significativa, pois o Governo (através de impostos) e os distribuidores ainda vêm aumentando consideravelmente sua parcela no preço final ao consumidor.

Outros produtos - Dominado por multinacionais, o setor de fumo se manteve acima da inflação no período analisado, com um ganho mensal médio de 27%. O setor, que inclui produtos como cigarros, cigarrilhas e charutos, está no momento com 49 pontos percentuais acima da inflação.

O leite é um outro produto com preços sempre majorados, mantendo um ganho médio mensal de 12% acima da inflação. Hoje, o preço do leite e derivados encontra-se em torno de 19% acima do Índice Geral de Preços.

Refrigerantes e águas minerais também apresentaram reajustes acima da inflação nos últimos 13 anos. O ganho médio mensal desse setor ficou em torno de 8%. No momento, os preços dos refrigerantes e águas minerais estão cerca de 58 pontos percentuais mais altos que a inflação.

As bebidas alcoólicas, incluindo a cerveja, o chope e a aguardente, tiveram um ganho mensal médio de 19% no período. Depois de variações nas diferentes gestões ministeriais, o preço dessas bebidas vem subindo desde 1991, estando agora em torno de 69 pontos percentuais acima do índice medido pela Fundação Getúlio Vargas.

O setor de máquinas e equipamentos industriais teve, de 1980 a 1993,

Os oligopólios

Os ganhadores com a alta taxa de inflação são os oligopólios, que acumularam riquezas ao longo dos últimos 13 anos. O cimento, principal matéria-prima na indústria da construção, foi um dos setores oligopolizados que mais ganhou. A cada mês, o preço do cimento esteve em média 31% acima do Índice Geral de Preços. A indústria cimenteira repassou linearmente para os preços do produto os aumentos de tarifas públicas e o salário mínimo.

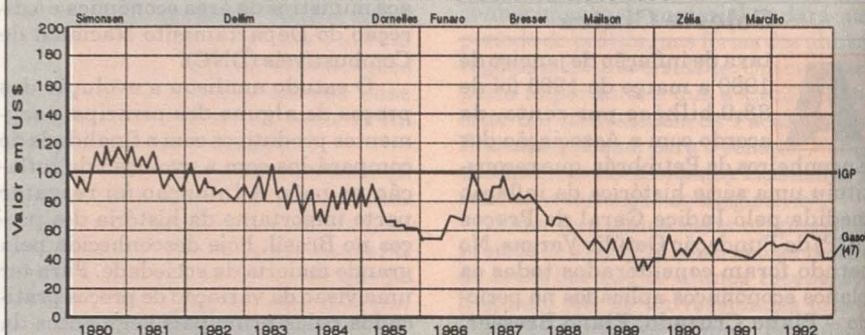
Outro setor fortemente oligopolizado, o de calcários e silicatos, apresentou um ganho real de 51%. O setor

compreende azulejos, cal, tubos e manilhas de cimento, chapas e telhas de fibrocimento, ladrilhos, vasos sanitários, pias de louça, vidros planos e de segurança. Hoje, esses produtos estão em média 89% acima da inflação.

Dominado por multinacionais alemãs, norte-americanas e argentinas, o setor de tintas e vernizes também ganhou muito com a inflação. De 1980 para cá, apresentou um ganho real médio 51% acima do índice da Fundação Getúlio Vargas. Nas gestões dos ministros Mailson da Nóbrega e Marcílio Marques Moreira, os preços desses produtos atingiram o índice máximo. No momento, encontram-se 115% acima da inflação.

Evolução do preço da Gasolina X Índice Geral de Preços

Período de Janeiro de 1980 até Fevereiro 1993



A gasolina teve uma perda mensal média de 29% em relação à inflação medida pelo IGP, o que representa uma perda total de US\$ 25 bilhões no período, segundo a Petrobrás

O ensino

É surpreendente o aumento do custo do ensino formal registrado a partir de dezembro de 1989. De acordo com o levantamento da Aepet, o preço dos colégios, escolas e universidades esteve, na média, mês a mês, sempre 34% acima da inflação. Isso significa que cada aluno pagou, em termos reais, 54 mensalidades ao invés das 40 devidas. (Ver cadernos do terceiro mundo nº 162, "O peso das mensalidades escolares".)

Para que o preço dos cursos formais voltasse a uma base justa, seria necessário que, na média, as escolas brasileiras reduzissem suas mensalidades, já a níveis deste ano, em 37%. No momento, o custo de um aluno do

ensino formal está 60 pontos percentuais acima da inflação.

Os cursos não-formais (ensino de línguas, música e outros não-obrigatórios) apresentaram preços oscilantes, mas sempre em torno da inflação. Isso se explica pelo fato de que, em época de pouco dinheiro e de altos preços, esse tipo de curso é o primeiro a ser cortado do orçamento familiar. Assim, seus preços não podem subir muito, como acontece no ensino obrigatório.

O aumento de preços de materiais escolares também vem se mostrando oscilante. Durante o ano de 1991, o preço do material escolar ficou abaixo da inflação, mas hoje está seis pontos percentuais acima do IGP do período. Os livros (didáticos ou não) estiveram, nos últimos três anos, sempre 32% acima da inflação.

Salários

De acordo com o estudo da Associação dos Engenheiros da Petrobrás os salários estiveram longe de acompanhar a inflação durante os últimos 13 anos. De janeiro de 1980 até março deste ano, eles, em geral, perderam. Na melhor das hipóteses, registraram pequenos ganhos, em períodos específicos.

O salário mínimo teve uma perda média mensal de 32%. Somente no período de 1980 a 1983 o mínimo teve alguns momentos de ganho sobre a inflação. Mas, a partir desse ano, a queda foi permanente.

Um empregado da Petrobrás, como um engenheiro nível 754 (15 anos de carreira), teve uma perda mensal de 33%. O estudo indica que as perdas salariais na Petrobrás foram mais acentuadas nas gestões dos ministros Delfim Neto e Francisco Dornelles, ocorrendo uma pequena recuperação no poder de compra quando Dilson Funaro esteve à frente do Ministério da Fazenda. No período do ministro Francisco Bresser, os salários da Petrobrás voltaram a cair acentuadamente, queda que se repetiu no governo Collor. Atualmente, o salário de um engenheiro com 15 anos de carreira está 49 pontos percentuais abaixo da inflação.

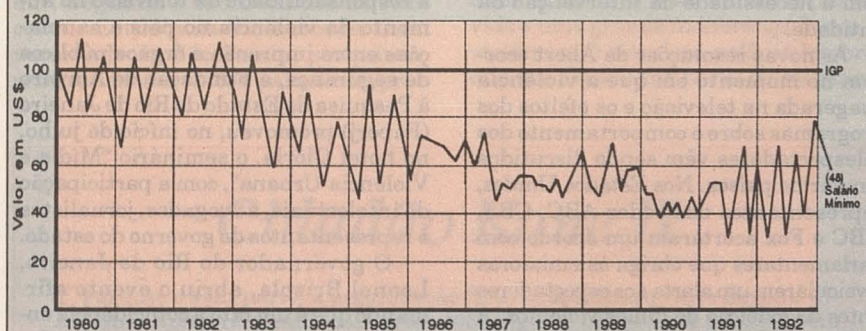
um ganho real mensal médio de 14% acima da inflação, e hoje leva uma vantagem sobre o índice de 9 pontos percentuais. Os principais produtos desse setor são bombas centrífugas e rotativas, caldeiras a vapor, compressores de ar, máquinas de costura industriais, motores a diesel estacionários, teares e fornos.

neiros da Petrobrás, os salários na empresa apresentam uma perda real de 33% ao mês, enquanto os salários do setor privado ligado às indústrias de bem de capital tiveram uma evolução bem próxima da inflação.

O estudo conclui que tão incoerente quanto acusar o setor público de vilão

Evolução do Salário Mínimo X Índice Geral de Preços

Período de Janeiro de 1980 até Fevereiro 1993



O salário mínimo teve uma perda real mensal média de 32% em relação à inflação medida pelo IGP, ou seja, um comportamento idêntico aos salários da Petrobrás

Já o setor de máquinas agrícolas teve um ganho médio mensal de 35%. Compreendendo arados mecânicos, colhedoras, tratores, trilhadeiras, semeadoras e plantadeiras, esse segmento se encontra, em média, com 65 pontos percentuais acima da inflação.

Por outro lado, o setor público (siderurgia, mineração e petróleo), cujos investimentos requerem, em geral, um longo prazo de maturação, teve uma evolução negativa que em média foi de 50%. Segundo a Associação de Enge-

da inflação é privatizar empresas que – ao longo dos últimos 13 anos – tiveram preços inferiores, e transferi-las para grupos cujos preços sempre ultrapassaram a inflação.

Muitos grupos nacionais e multinacionais, assim como setores oligopolizados, compraram insumos aviltados no setor primário e venderam seus produtos com preços inflados. Dessa forma, ganharam duplamente, aumentando a concentração de renda e empobrecendo a nação.

GRANDE CARTADA. TRÊS CHANCES PARA VOCÊ GANHAR.

Cr\$ 25.000,00

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

CARTA DA BANCA

SUA CARTA

10956887306-08

3 CHANCE 2 CHANCE 1 CHANCE

SE SUA CARTA FOR MAIOR QUE A DA BANCA, NA MESMA CHANCE, GANHOU!

GRANDE CARTADA

RASPADINHAS DO RIO

Loterj

NULO SE REMOVIDO

Violência na telinha

Especialistas debatem no Rio a influência dos programas violentos de TV no comportamento social

As emissoras de televisão do país que transmitirem programas com cenas de sexo e violência em excesso poderão ser punidas pelo Conselho de Ética da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). As sanções seriam advertência à direção da emissora, veiculação obrigatória de mensagens educativas e até mesmo a suspensão das transmissões. As medidas deverão entrar em vigor ainda este mês, após a indicação dos membros do conselho.

A diretoria da Abert decidiu que os programas de televisão passarão a receber um selo classificatório com o horário indicado para a exibição. Filmes considerados pelo conselho de ética como violentos terão a veiculação recomendada somente para depois da



'Rambo', de Sylvester Stallone, é responsável por algumas das 196 cenas violentas que a TV Globo exibe diariamente

meia-noite. O presidente da Abert, Joaquim Mendonça, acredita que as próprias emissoras poderão classificar seus programas "usando o bom senso", sem a necessidade da intervenção da entidade.

As novas resoluções da Abert ocorrem no momento em que a violência exagerada na televisão e os efeitos dos programas sobre o comportamento dos telespectadores vêm sendo discutidos em vários países. Nos Estados Unidos, representantes das redes ABC, CBS, NBC e Fox acertaram um acordo com parlamentares que obriga as emissoras a veicularem um alerta aos espectadores antes da exibição de filmes violentos. A decisão foi tomada após pressão intensa de parlamentares e de associações de telespectadores contra o excesso de violência e sexo na TV. O Congresso norte-americano ameaçava elaborar um código de censura para a televisão.

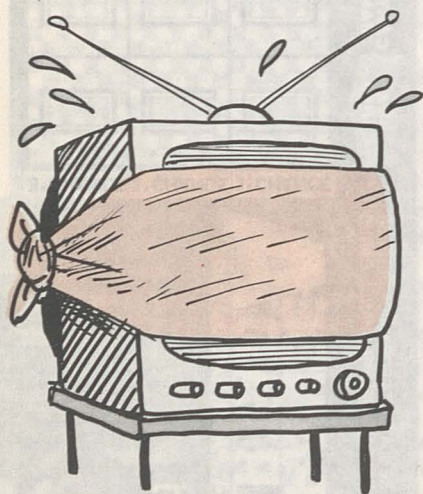
No Brasil, a campanha contra os exageros na programação televisiva ganhou nova dimensão com a série de artigos do cardeal-primaz do Brasil, dom Lucas Moreira Neves, publicados em janeiro no *Jornal do Brasil*. Dom Lucas acusou a televisão brasileira de instigar a violência na sociedade em vez de educar, informar e divertir os espectadores, fatores que deveriam ser seus objetivos principais. (Ver cader-

nos do terceiro mundo, nº160, "Os novos rumos da TV".)

Violência e mídia – Para discutir a responsabilidade da televisão no aumento da violência no país e as relações entre imprensa e órgãos públicos de segurança, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) promoveu, no início de julho, no hotel Glória, o seminário "Mídia e Violência Urbana", com a participação de intelectuais, advogados, jornalistas e representantes do governo do estado.

O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, abriu o evento afirmando que é um fato a coincidência entre o aumento da violência nos grandes centros urbanos e a consolidação da televisão no país. Para Brizola, os programas de televisão atuam sobre a mente de crianças com formação educacional deficiente induzindo normas de conduta impróprias. "A televisão altera a conduta dos telespectadores."

Brizola cita os números da pesquisa realizada pela vice-governadoria do estado do Rio sobre a violência mostrada na programação da Rede Globo de Televisão. De 5 a 11 de janeiro de 1992, a emissora exibiu 1.165 cenas violentas em sua programação (166 por dia), excluindo os telejornais e os programas esportivos. As cenas de violência



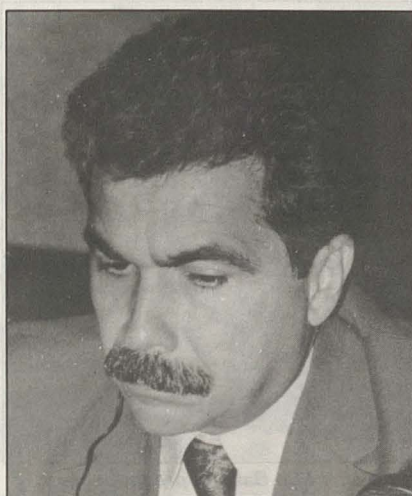
Rede imaginária

em programas infantis representaram 34,9% do total. As novelas reservaram aos seus espectadores 150 cenas de crimes em uma semana (21,4% do total).

Na pesquisa realizada entre 16 e 22 de janeiro deste ano, a média diária de cenas de violência cresceu de 166 para 196. Foram exibidas 1.377 cenas violentas, sendo 709 nos programas infantis. Em uma semana, a emissora apresentou 94 homicídios, 386 agressões físicas, 31 seqüestros, 241 ameaças de morte, 194 tentativas de homicídio e sete cenas de tráfico ou uso de drogas.

Para o governador do Rio, a influência negativa da televisão sobre os espectadores precisa ser reduzida "com uma decisão do governo federal que discipline esse instrumento tão poderoso". Brizola defende também a proibição do monopólio dos meios, como ocorre nos Estados Unidos. Lá, um mesmo grupo de comunicação está proibido de ter jornais, emissoras de rádio e de TV numa mesma região.

O cientista político Paulo Sérgio Pinheiro discorda da tese de que a violência mostrada na televisão pode alterar o comportamento do espectador. Segundo o coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, pesquisas realizadas em vários países compro-



O vice-governador Nilo Batista coordenou o levantamento de dados sobre a violência na TV brasileira

varam que não existe qualquer relação "entre assistir cenas violentas na TV e se tornar violento".

Para Pinheiro, existe hoje na sociedade brasileira uma banalização da vida e uma grande indiferença frente à violência. O cientista político lembra que a violência faz parte do cotidiano

da maioria da população pobre, que acaba identificando traços de sua realidade nos programas que apresentam cenas violentas, o que explicaria a audiência do sensacionalista *Aqui e Agora*, exibido diariamente pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

O secretário de Polícia Militar do Rio, coronel Carlos Nazareth Cerqueira, concorda que vem aumentando o número de pessoas que aceita com passividade os casos de violência. Cerqueira cita o caso da mãe de um rapaz morto em confronto com policiais, que alegava que a morte do filho era injusta porque "ele não era um criminoso". O coronel lembra que mesmo que o suspeito tivesse cometido um crime, a sua morte não poderia ser justificada.

Cerqueira afirma que a divulgação constante de crimes e ocorrências policiais na televisão desperta angústia e medo nas pessoas, que podem reagir com violência em situações em que se sentem ameaçadas. Para o coronel, o sentimento generalizado de insegurança favorece também às empresas e aos agentes que oferecem serviços de segurança particular, o que pode aumentar os índices de violência nas cidades.

Fascínio coletivo - Os sentimentos de medo e até de pânico coletivo causados pela exibição de violência exagerada na televisão são comuns hoje na França e em outros países da Europa. A constatação é do filósofo e jornalista francês Henri-Pierre Jeudy, autor de diversos estudos sobre publicidade e sobre as relações da mídia com o medo, pânico e a insegurança da população.

Segundo Jeudy, o telespectador se sente uma vítima em potencial da violência que vê na televisão e passa a exigir do Estado medidas que reforcem a segurança. As autoridades respondem ao sentimento generalizado de insegurança com medidas ostensivas, como a melhor aparelhagem das forças policiais, com o objetivo de acalmar a sociedade, deixando em segundo plano atitudes que poderiam ser mais eficazes mas não tão visíveis, como projetos sociais e de integração cultural. "A televisão moderna tem a capacidade de causar a alucinação do público. Ela provoca uma espécie de fascinação coletiva e contamina a platéia."

Cidadão Kane II

Durante o seminário, a organização do evento exibiu o vídeo *Beyond Citizen Kane*, realizado pela produtora inglesa Large Door e exibido em maio na Inglaterra pelo canal 4. O vídeo mostra o domínio das Organizações Globo sobre o mercado de comunicação do país, com o quase monopólio da audiência da TV Globo e o predomínio sobre as verbas publicitárias.

São apontadas as relações da Globo com o grupo Time-Life para a aquisição de equipamentos e o bom relacionamento entre a emissora e o regime militar. O ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, revela que os responsáveis pela censura à imprensa não enfrentaram qualquer problema ou resistência na emissora e nos demais veículos das Organizações Globo.

O vídeo mostra também o comportamento da televisão no caso Procon-sult, com a tentativa de alteração do resultado das eleições para o governo do estado do Rio em 1982; na campanha das Diretas Já, quando durante o *Jornal Nacional* relacionou a presença de milhares de pessoas num comício de São Paulo às comemorações pelo aniversário da cidade; e na edição do debate final entre Collor e Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1989.



David Gascon, Luís Eduardo Soares, Lolita Anyar e Nilo Batista: preocupações com a violência exagerada na TV

O filósofo francês acredita que hoje nos programas de televisão as imagens são mais importantes do que o próprio evento, aumentando o poder de influência sobre o telespectador. "A televisão não é mais um espelho da sociedade, tendo agora autonomia." Os possíveis efeitos negativos da TV não ficam restritos aos que vêem os programas e podem atingir também os que participam das emissões. Jeudy cita o exemplo do programa *Reality Show*, exibido na França pelo canal TF1 após as 22h. No programa, casais decidem voluntariamente mostrar suas vidas amorosas, chegando inclusive a demonstrarem como dormem e como se beijam.

Uma pesquisa feita com casais que participaram do *Reality Show* mostrou que eles apresentavam um quadro de angústia profunda após a ida ao programa, como se tivessem sofrido "tortura psicológica". Os protagonistas do programa não recebem dinheiro pela participação e, segundo Henri Jeudy, se dispõem a revelar suas intimidades apenas pelo prazer de aparecer na televisão. "São os 15 minutos de fama de que Andy Warhol falava. Quinze minutos na TV são minutos de glória e de reconhecimento público, mesmo que seja para passar por uma situação extremamente constrangedora."

Para o psicanalista Jurandir Freire Costa, o comportamento do brasileiro médio vem sendo regulado por normas impostas como corretas pelos

meios de comunicação, especialmente a televisão. Costa considera que a absorção desses valores está tornando a sociedade brasileira uma das mais egocêntricas e mal-educadas do mundo. O psicanalista conclui que a cultura televisiva baseada nas leis de mercado, no consumo e na obtenção imediata de retorno publicitário tornou o espectador em um consumidor acima de tudo. "A TV transforma a pessoa em objeto vendável, destruindo sua dignidade e sua moral."

O autor do livro *Psicanálise e contexto social* defende a existência de formas de controle para deter a "expansão da cultura da crueldade" e os preconceitos difundidos hoje pela televisão. Jurandir Costa pede a todos que



Lolita Anyar acusa os oligopólios de impedirem a democratização da mídia

são contrários ao "excesso de obscenidade, corrupção generalizada e inexistência de moral na TV" que se manifestem sem medo de serem taxados de conservadores ou de defensores da volta da censura. "Precisamos intervir moralmente sem receio de sermos rotulados de moralistas."

A interação absoluta entre os espectadores e a emissora é uma das medidas que poderiam reduzir a influência dos programas de televisão sobre o público, na opinião de Henri Jeudy. O estudioso dos meios de comunicação é favorável aos programas que apresentam perguntas e fornecem números de telefone para a resposta do público, mas ressalva que a participação do espectador nesse tipo de programa é muito reduzida. "É uma forma da emissora mostrar que permite que o público participe, mas na realidade o espectador praticamente não pode intervir. A participação deveria ser mais significativa."

A reação dos espectadores também é defendida pelo jornalista Argemiro Ferreira, correspondente da TV Educativa (TVE) em Nova Iorque. O repórter defende que as entidades civis tenham maior poder de influência na definição da programação televisiva. Para Ferreira, a distribuição baseada em critérios políticos de concessões de canais de TV e emissoras de rádio nos governos Sarney e Collor desarticulou o movimento das entidades pela democratização da informação no país.

Os oligopólios que dominam a comunicação na maioria dos países da América Latina e a relação íntima de grupos de comunicação com os governos estão impedindo a democratização da informação nos países latino-americanos, segundo a senadora venezuelana Lolita Anyar de Castro, provável candidata às eleições presidenciais em dezembro.

Na Colômbia, cinco dos presidentes que governaram o país nos últimos 50 anos pertenciam a um dos seis grupos familiares que dominam 75% da circulação de jornais e revistas no país. Na Venezuela, a maioria dos senadores e deputados são ligados a grupos de comunicação, segundo Lolita Anyar, e o atual presidente da República, Ramon Velasquez, foi diretor do jornal *El Nacional*.

Rede imaginária

Filósofos, jornalistas e professores da área de Comunicação analisam a mídia brasileira



O curso "Rede imaginária, televisão e democracia", realizado na Casa da Gávea, na Zona Sul do Rio de Janeiro, trouxe importantes contribuições à reflexão sobre a mídia no Brasil, desde o papel das nossas novelas até a total falta de um canal de discussão entre as emissoras e o povo. Tratou também do desenraizamento de nossa cultura e da defasagem cada vez maior entre avanço tecnológico e pobreza.

A jornalista e ensaísta Regina Festa fez uma palestra sobre a Terceira Idade da TV, e defendeu que o melhor a fazer é aproveitar todas as brechas oferecidas pela segmentação, isto é, a criação de cada vez mais canais por assinatura. Na sua apresentação, o professor de literatura na Universidade de São Paulo (USP), compositor e ensaísta José Miguel Wisnik, comparou a mídia a um olho sem pálpebras, permanentemente ligado, como são os olhos dos tubarões, que jamais dormem e têm uma capacidade predatória impressionante.

A ex-secretária de Cultura da cidade de São Paulo, Marilena Chauí, cri-

ticou a mídia por transformar tudo em entretenimento. Maria Rita Kehl, por sua vez, analisou a relação da criança com a televisão, sugerindo que a TV passa a responder pelos desejos infantis mais primordiais e a comandá-los. Para ela, no entanto, há muito preconceito contra a televisão, que não teria um papel tão assustador se a educação no país não estivesse permanentemente em crise.

Também a professora Olgária Mattos acha que a escola pode reverter essa situação. Ela chamou a atenção para o papel antidemocrático da mídia, onde os únicos valores que ocupam lugar de destaque são os empresariais. A cultura, segundo a professora, é mastigada por essa máquina de lucros.

Outro que não poupou críticas à mídia televisiva foi o filósofo e ensaísta Nelson Brissac, segundo quem a TV ocupa o ponto capital no agenciamento de todas as artes. "Ela tem a capacidade de criar uma vacuidade, uma opacidade rica, que na contramão de seu maior mentor, o cinema, agora o influencia provocando imagens detalhadas que resumem toda a ação. Esta-

mos diante de algo insuportável, de algo muito forte ou belo que nos tira toda a capacidade de ação", disse.

Mas para o jornalista Eugenio Bucci, a mídia tem um papel reprocessador do preconceito que havia no Brasil (leia-se Rio- São Paulo) contra o jornalismo popular, que hoje é disputado conceitualmente pelas emissoras. O apogeu desse tipo de jornalismo se deu com o programa diário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), *Aqui e Agora*, um tipo de jornalismo- verdade misturado à dramatização radiofônica, que vem alcançando índices elevados no Ibope. Ele não deixou de considerar a exploração da violência nesse programa, bem como em praticamente todos os programas de auditório da TV brasileira, mas afirmou que a pior violência é a negação ao direito da informação, cujo lugar de destaque ninguém tira da Globo.

O professor Muniz Sodré mergulhou no imaginário da TV, fazendo uma análise quase antropológica da novela brasileira. Segundo Muniz Sodré, a televisão continua seguindo à risca a estratégia engendrada pelo infante Dom Pedro, no século XVIII, para o Brasil: "Dar à plebe a ilusão de que vai partilhar dos lucros." As novelas e seus imperativos publicitários teriam como estratégia disseminar a ilusão de que estamos na modernidade. "Ajudam a criar a ilusão de que tudo está mudando para 80% dos miseráveis, quando só 20% participam do PIB." Ele lembrou Nelson Rodrigues, que sempre falou da família e, no entanto, escandalizou porque tocou fundo no avesso, nos tabus familiares. A novela, ao contrário, fala de tudo pela metade, e com isso ainda cria dispositivos neuróticos, que acabam por resultar até em tragédia na chamada vida real. "Na novela *Mandala*, todo mundo sabe que o incesto de Édipo e Jocasta se consumou na vida real", lembrou com humor, referindo-se ao casamento da atriz Vera Fisher com o ator Felipe Camargo, que interpretaram esses personagens. Por fim, ele chamou a atenção para o poder fictício da TV: "O poder de Collor, como se viu, era o poder de uma imagem, assim como o poder de Roberto Marinho é um poder vazio, porque é o poder de uma concepção." E as coisas mudam. ■

"O exercício da cidadania é um fator de esperança"

Depois de um longo período de recuperação, em função de um acidente sofrido em outubro passado na República Dominicana, o líder da Igreja de São Paulo mostra vigor e lucidez no trato das questões políticas e sociais da vida brasileira



Eva Spitz

Em seus 23 anos como cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns – 72 anos, autor de 49 livros – nunca negou solidariedade e apoio à sociedade civil, sobretudo quando faltou respeito a ela por parte do poder político e sobrou preconceito e arbítrio contra pobres e minorias. Doentes de Aids, desaparecidos durante a ditadura militar, agressões ao meio ambiente, monopólio das comunicações, nada que diga respeito à sociedade brasileira lhe passa despercebido.

Apesar dos obstáculos, nos anos 70 chegou até os generais-presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel para interceder em favor de presos políticos. O cardeal é também lembrado pelas cobranças que efetuou junto aos militares para localizar o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho, ambos presos e encontrados mortos nos porões da ditadura. E foi ainda a arquidiocese de São Paulo, sob sua coordenação, que liderou a elaboração do dossiê *Tortura nunca mais*, o mais completo levantamento das vítimas e algôzes da violência política durante os anos negros do autoritarismo.

Recém-recuperado de um acidente de carro sofrido na República Dominicana, no final de outubro passado, em função do qual ficou quatro meses em repouso absoluto, dom Paulo já voltou à ativa. Ele despacha diariamente com representantes das regiões episcopais de São

Paulo e reúne-se com frequência com padres jovens, preocupado com a formação de um clero capaz de influir na sociedade. Além disso, está organizando um livro autobiográfico, que só deverá ser publicado depois de sua morte. Nessa entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, dom Paulo Evaristo Arns fala sobre as questões mais importantes que envolvem a sociedade com a mesma vitalidade que o notabilizou à frente da Igreja de São Paulo.

■ *Como a arquidiocese continua empenhada na luta para o reconhecimento, por parte do governo, do desaparecimento de presos durante o regime militar?*

PA – Nós não desistimos da idéia de que o governo reconheça oficialmente a morte dos desaparecidos e indenize as famílias com uma pensão especial. A nossa arquidiocese está nessa luta em estreita colaboração com o grupo Tortura Nunca Mais e o Comitê dos Desaparecidos, através da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz.

No final de maio, uma comissão com integrantes dessas três frentes esteve em Brasília com o presidente da República, com o ministro da Justiça e com membros do Congresso Nacional. Eles foram porta-vozes das famílias dos desaparecidos que querem o reconhecimento da morte de seus parentes nas mãos dos servidores federais, como vítimas da violência política, exigindo mais reparação moral e compensação financeira por esse crime contra os direitos humanos.

A postura da Arquidiocese de São Paulo é de que os arquivos sejam abertos, os corpos sejam localizados e os culpados punidos. Há 380 desaparecidos, que são vítimas do governo militar. Desde que foram encontradas as ossadas em São Paulo, tenho celebrado uma missa, no Dia de Finados, junto à vala onde estavam. Depois da identificação das pessoas, os ossos foram levados até a Catedral da Sé, onde celebramos uma solene missa funeral. Em junho, outra comissão foi ao Chile denunciar o desaparecimento de três brasileiros durante a repressão militar naquele país e exigir pensão para as suas famílias.

■ *O senhor considera que as eleições de 1994 passarão efetivamente o Brasil a limpo?*

PA – Estamos nesse processo de passar o Brasil a limpo. As eleições do próximo ano serão mais uma etapa dessa limpeza ética na dimensão individual e social de nosso país. Creio, no entanto, que ainda haverá muita falta de ética nas próximas eleições. Mas o nosso crescimento no exercício da cidadania e na prática da democracia está sendo um fator de esperança, que estimula o desenvolvimento geral da nação. Isso porque o principal problema para se atingir um estágio de prática da cidadania com ética é a organização do povo – seja em associação, sindicato ou partido –, para que ele possa refletir o momento nacional e atuar com a força da união organizada. Por isso, não basta olhar para o voto de 1994, mas é necessário sobretudo o controle do voto que o povo fará pela sua organização nos anos próximos até 1998. Importa controlar a atuação de sua representação no Congresso, na Câmara e no Executivo.

■ *Na sua opinião, o que deve ser preservado e o que deve ser negociado na reforma constitucional?*

PA – Essa reforma está prevista na Constituição de 1988 para cinco anos após sua promulgação. Vem num momento inoportuno de final do mandato do Congresso Nacional. Está faltando definir o objetivo dessa revisão constitucional. Mas creio que importa preservar as conquistas que existem na nova Carta com relação aos direitos humanos, aos direitos do trabalhador, aos direitos do meio ambiente, aos direitos da mulher, à participação popular e ao bem comum em geral. Setores retrógrados do Congresso estão querendo eliminar os avanços populares da nova Constituição, e isso será fácil nesse final de mandato dos congressistas. Importante agora é mobilizar a opinião pública para uma nova participação popular, como aconteceu na Constituinte, para que se neutralize essa ação dos agentes do atraso.

Há também muito o que negociar, para que se empenhe, com a participação de emendas populares, essa

revisão constitucional sempre a serviço da maioria da população brasileira.

■ *A arquidiocese tem algum projeto para a erradicação da fome, a exemplo da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza?*

PA – O problema da fome merece a atenção da arquidiocese há muitos anos. Todos os moradores de rua conhecem o pão dos franciscanos, distribuído pela manhã no largo de São Francisco, e a sopa suculenta das irmãs de Santa Zita, servida no almoço em Higienópolis. No jantar, a população de rua recebe sopa nos viadutos do Glicério, Bresser, Pedroso e Ponte Pequena.

A Pastoral do Povo da Rua tem centros de convivência, abrigos e centros comunitários. Mais de 30 mil crianças e adolescentes de rua, favela, cortiços, do centro e da periferia são atendidos pela Pastoral do Menor, em centenas de entidades, além das organizações de paróquias e congregações religiosas. Os vicentinos (sociedade de São

Vicente de Paula) são conhecidos pelas suas visitas domiciliares e seu serviço no combate à fome dos nossos irmãos pobres. Muitos serviços paroquiais de promoção humana participam do domingo da caridade, em que a comunidade faz o ofertório de mantimentos na hora das oferendas, na celebração da missa.

Atualmente, o Vicariato dos Construtores da Sociedade está se articulando na arquidiocese para assumir o “mapa da fome” da nossa cidade, em consonância com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). O importante é que a fome, como a problemática social em geral, sempre foi a

prioridade da ação de nossa arquidiocese. A Igreja em São Paulo quer salvar o homem todo, no seu corpo e na sua alma, a partir de seus clamores. A fome é o pano de fundo de todos os seus clamores.

■ *Qual tem sido a posição da arquidiocese com relação ao uso de preservativos pelos doentes de Aids, e como vem se conduzindo a Pastoral dos Aidedidos?*

PA – A educação da sexualidade faz parte do compromisso cristão com a vida e com o respeito ao outro. A sexualidade tem exigências éticas, evangélicas e humanas para a plena realização da vida pessoal e da vida social. O uso e a abstinência da sexualidade fazem parte do verdadeiro amor, e estão integrados na realização da felicidade humana. Por isso, a educação para o amor está relacionada com a educação da consciência e da afetividade. Esse tema está em muitos projetos da arquidiocese, como a preparação dos noivos para o casamento, os mo-

“O principal problema para se atingir um estágio de prática da cidadania com ética é a organização do povo, para que ele possa refletir o momento nacional e atuar com a força da união”

vimentos de casais, a pastoral familiar, da educação, da juventude e a pastoral dos aidéticos. Essa educação da sexualidade é ação continuada, não é projeto episódico de campanhas. Os 16 novos casos de Aids por dia em São Paulo preocupam a nossa ação pastoral. Os agentes da pastoral dos aidéticos fazem palestras nas escolas de segundo grau e nas comunidades eclesiais, falando concretamente sobre as causas da Aids, evitando moralismo e preconceitos, criando solidariedade aos doentes e trabalhando pela prevenção da doença. A questão dos preservativos entra nessa educação da sexualidade, que se relaciona com a consciência e com os sentimentos. Pior que morrer de Aids é morrer por ignorância.

Como a Igreja enfrenta o pluralismo religioso e a massificação crescente de seitas religiosas?

PA – A Igreja não se abala com o avanço dos novos movimentos religiosos, porque ela sente que não é mais a única religião dos brasileiros. Ela procura se incutir nesse pluralismo religioso que caracteriza a cultura urbana hoje. E, depois, a Igreja fica feliz por saber que continua sendo a instituição de maior credibilidade dos brasileiros, conforme as últimas pesquisas de opinião divulgadas. Essa credibilidade existe por causa do compromisso da Igreja com os empobrecidos, em defesa dos direitos humanos e educação do povo para a cidadania. O avanço das seitas se deve em grande parte à situação de miséria do povo, que procura o milagreiro da esquina, que cura em nome de Jesus, pois falta assistência médica e falta política de saúde. A Igreja alerta e conscientiza o brasileiro para que exija do Estado serviços eficientes de saúde, como fizemos recentemente na greve dos servidores da saúde em São Paulo. Por isso a Igreja em São Paulo não é o ópio do povo e nem se preocupa com a quantidade.

Como o senhor vê o problema do racismo?

PA – O racismo é crime inafiançável na nova Constituição. Penso que o Estado deve ser mais firme, mais exigente e mais constitucional diante dos crimes racistas de grupos jovens e de estrutura trabalhista. A discriminação racial no trabalho deve ser denunciada e punida. O que nos preocupa não é tanto o crime do racismo, mas o crescimento do espírito racista, separatista, guetista em nosso país. Tanto o racismo como o separatismo aparecem num momento em que o mapa da fome assombra todos os brasileiros. Por isso, vejo nesse *apartheid* racista e separatista um reflexo do *apartheid* social, que é imoral e criminoso em nosso país. Poucos com tudo e a maioria sem nada. Já existe a divisão social. Partir para uma divisão racista ou geográfica é apenas projeção social.

Cresce no país o debate sobre o monopólio das comunicações. Como o senhor vê a questão?

PA – Vejo o monopólio das comunicações como um meio de dominação, porque o monopólio cria a opinião “publicada”. Hoje, a opinião pública é a opinião publicada. O monopólio faz com que se publique apenas o que interessa aos que têm o poder. A omissão de informação é tão grave quanto a informação distorcida, feita de acordo com os interesses de quem está no poder. Por isso, através de nosso Vicariato da Comunicação, estamos apoiando o movimento nacional pela democratização da comunicação e também a lei da informação democrática.

Somos a favor de que se cumpra o direito à informação. Todos têm o direito de receber informações verdadeiras, e todos têm o direito de informar. Por isso, somos a favor da responsabilidade social da informação e somos contra a censura política.

Como é que o senhor vê toda essa discussão em torno de uma legislação sobre patentes de medicamentos, com uma clara pressão internacional?

PA – O Brasil não pode se fechar à indústria estrangeira. A abertura é sempre enriquecimento. O que preocupa na lei de patentes é a referência aos seres humanos. O que se refere a microorganismos e biotecnologias deve merecer enorme aprofundamento, porque implica o aspecto ético e a necessidade de salvaguardar nossa riqueza de biodiversidade. Claro que estou de acordo com os avanços tecnológicos. Claro que sou a favor da proteção do inventor. Mas o importante é colocar a invenção a serviço da comunidade, uma vez que a propriedade intelectual tem sempre função social. As sementes também devem ser consideradas patrimônio alimentar do nosso povo; elas são microorganismos.

Também nesta questão das patentes, vejo a pressa de se aprovar, de crescer, sem o necessário aprofundamento que o assunto requer. A nossa crise se caracteriza por essa pressa, onde decisões sérias se tomam sob pressão.

Qual o objetivo da pastoral ecológica e como o senhor vê a questão atômica ligada à Angra II?

PA – Com essa pastoral, visamos participar da construção de uma cidade sadia, solidária e humana. Esta ação visa servir à vida de todas as criaturas de Deus: plantas, flores, rios, animais, ambientes e pessoas. Damos especial atenção à vida de todos os ambientes e de todas as pessoas. Com relação à Angra II e toda a questão atômica, vejo a síndrome do Primeiro Mundo rondando a vaidade do governo brasileiro. Vejo a corrida para Angra II como desnecessária e apressada no contexto de miséria nacional.

“O monopólio das comunicações faz com que se publique apenas o que interessa aos que têm o poder. A omissão de informação é tão grave quanto a informação distorcida”

SOMÁLIA

Não à guerra

O questionamento das ações militares das Nações Unidas na Somália – que começou pela Itália, foi endossado pela Alemanha e se ampliou a vários países, direta ou indiretamente envolvidos no conflito – se transformou no detonador de um debate mais amplo sobre o papel que a ONU deve cumprir no pós-Guerra Fria.

A Itália foi um aliado fiel dos EUA e da aliança ocidental, mas a guerra na Somália levou o governo de Roma a criticar severamente o papel predominante exercido por Washington após o colapso da União Soviética e o uso da ONU como fachada para operações militares norte-americanas.

De fato, a atuação dos *capacetes azuis* (as forças de paz da ONU) nessa nação

africana – cujo objetivo era proteger a distribuição de ajuda humanitária e reconciliar as facções em luta – se tornou cada vez mais violenta, até desembocar no bombardeio dos redutos de uma das milícias, com a consequente morte de numerosos civis somalianos.

A reação popular a essa intervenção armada da ONU foi imediata: alguns jornalistas que cobriam a guerra para meios de comunicação ocidentais foram linchados e milhares de somalianos ocuparam as ruas com a palavra de ordem “A ONU está contra a paz; sim à ajuda, não à guerra”.

Os somalianos se referem ao chefe militar da missão das Nações Unidas, o almirante norte-americano Jonathan Howe, como o “se-



EUA: presença questionada

nhor da guerra da ONU”. Na Somália, são chamados “senhores da guerra” os dirigentes das facções armadas que lutam para ocupar o vazio criado com a queda do general Siad Barre em 1991, depois de mais de 20 anos de governo autoritário.

A posição dos Estados Unidos na Somália ficou ainda mais delicada quando dois analistas suíços divulgaram, em meados de julho,

documentos reservados revelando que a obstinada perseguição de Washington contra o general Aidid responde a interesses de um grupo de empresas petrolíferas. Os analistas – um de Zurique e outro de Genebra, que também é assessor do partido governante – afirmaram estar em condições de provar que os líderes das facções inimigas de Aidid, Ali Mahdi Mohamed e Hersi Morgan (genro de Siad Barre), tinham garantido a Washington o respeito aos contratos petrolíferos firmados pelo general deposto.

Aidid se posicionou contra os contratos, o que explicaria a decisão norte-americana de persegui-lo. Os especialistas suíços garantem que o interesse das empresas petrolíferas norte-americanas no óleo cru somaliano se deve ao seu baixo teor de enxofre, o que o torna menos poluente. O próprio Banco Mundial reconhece que a Somália tem um grande potencial petrolífero.

IRAQUE

Os erros do Ocidente

Em fins de julho, um alto funcionário da ONU confirmou em Bagdá que o governo do presidente Saddam Hussein havia aceito o controle internacional de duas instalações de provas de mísseis, afastando por ora os temores de um novo confronto.

Mas essa pequena vitória da diplomacia não acalmou os ânimos de analistas independentes, que questionam a política de Washington – e, por exten-

são, a da ONU – em relação ao Iraque, temerosos de que ela sirva não só para favorecer o presidente Saddam Hussein e os grupos fundamentalistas, como também para acabar de destruir a credibilidade das Nações Unidas.

Habib Show, do Centro Nacional de Pesquisa Científica, com sede em Paris, afirma que ataques como o

ordenado pelo presidente Bill Clinton contra um centro dos serviços secretos em Bagdá, que causou a morte de civis iraquianos, criam solidariedade em torno de

Saddam Hussein e frustração em relação à ONU, enfraquecendo o direito internacional.

Por sua parte, dirigentes muçulmanos vêem na atitude de Washington e da ONU uma prova de que o Ocidente aplica uma dupla moral. Nem os EUA nem outras potências ocidentais se mostraram tão impacientes com Israel, que nunca respeitou as resoluções do Conselho de Segurança, nem com os sérvios e croatas da Bósnia-Herzegovina, por sua campanha de “limpeza étnica” contra a maioria muçulmana da república, recordam esses líderes.

Bagdá: enterro de civis mortos durante o ataque dos EUA ao serviço secreto iraquiano





Assassinato de Jorge Carpio: uma advertência da direita?

GUATEMALA

Superar a estagnação

Com um pacote que propõe 414 iniciativas destinadas a reativar o país em 100 dias – incluindo novas nomeações na área da Defesa e o reinício do diálogo com a guerrilha –, o presidente Ramiro de León Carpio tenta tirar a Guatemala da crise política e da incerteza econômica em que mergulhou após o *autogolpe* protagonizado pelo ex-mandatário Jorge Serrano, em maio passado.

A estratégia anunciada pelo governo prevê uma série de medidas que tendem a garantir a austeridade, honestidade e transparência do governo no uso das verbas públicas, segundo afirmou o secretário geral do Planejamento Econômico, Fernando Fuentes Mohr.

A complicada situação que vive o país se agravou em 3 de julho com o assassinato – provavelmente por forças de extrema-direita – do dirigente político Jorge Carpio, secretário geral da União do Centro Nacional (UCN), primo do presidente De León.

O governo afirmou que não se tratava de um crime político, mas analistas independentes consideram que Carpio foi assassinado pela extrema-direita como advertência, num momento em que o presidente enfrentava um conflito sindical com os 30 mil trabalhadores do Ministério dos Transportes e havia designado um militar *moderado*, o general Mario Enriquez, como novo ministro da Defesa em substituição ao general Perucina, considerado de *linha dura*.

Para a guerrilha, o assassinato de Carpio teria sido executado “por setores recalcitrantes que pretendem dificultar a pacificação da Guatemala”, segundo assinalou um comunicado do comando geral da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

De fato, o governo de De León já havia expressado suas intenções de retomar o diálogo com a guerrilha, interrompido por Serrano quando deu o autogolpe em maio. Em meados de julho, monsenhor Antonio Quezada Toruno, mediador do diálogo, anunciou que as negociações com a URNG seriam oficialmente retomadas. O governo contemplou, inclusive, a possibilidade de conceder imunidade aos líderes guerrilheiros durante as conversações, se estas se desenvolverem na Guatemala.

TIMOR LESTE

Depois de seis meses de prisão, o líder guerrilheiro Xanana Gusmão foi condenado à prisão perpétua pela justiça indonésia, em um julgamento marcado por irregularidades e acusações de parcialidade.

José Alexandre Xanana Gusmão, poeta e jornalista de 45 anos, é presidente do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM) e comandante da guerrilha que luta contra a ocupação do seu país pela Indonésia. Timor Leste foi invadida em 1975 e anexada no ano seguinte como a 27ª província indonésia, apesar dos protestos da comunidade inter-

nacional. Desde então, quase um terço da população morreu devido à guerra, fome e doenças.

Ao tomar conhecimento do fato, Mário Soares, presidente de Portugal – anti-



Xanana Gusmão (à direita)

ga metrópole colonial – qualificou a decisão como “uma caricatura de justiça”. Por seu lado, o presidente da Plataforma Internacional de Juristas, José Manuel Pureza, declarou-se profundamente “chocado com essa decisão grotesca”.



Khan (esq.) e Sharif: renúncia conjunta

PAQUISTÃO

Após meses travando uma dura queda de braço, chegou ao fim, momentaneamente, a disputa entre o primeiro-ministro, Nawaz Sharif, e o presidente do Paquistão, Ghulam Ishaq Khan.

Os dois decidiram, em meados de julho, renunciar a seus cargos após seis meses de disputas políticas que não

só paralisaram o governo, como imobilizaram as atividades econômicas e levaram as Forças Armadas a intervir no processo.

O conflito começou em fevereiro, quando o primeiro-ministro ameaçou reduzir os poderes do presidente. Khan respondeu destituindo o *premier*, sob as acusações de corrupção e incapacidade política – como havia feito em 1990 com a ex-primeira-ministra Benazir Butho.

Em maio, porém, a Suprema Corte se pronunciou a favor de Sharif e reempossou-o no cargo, considerando que o presidente havia extrapolado suas prerrogativas.

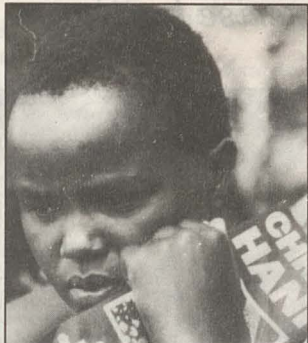
ÁFRICA DO SUL

Sob fogo cruzado

Um mês após o histórico acordo entre governo e oposição, que permitiu fixar o dia 27 de abril de 1994 como a data provisória das primeiras eleições multirraciais do país, muitas ameaças ainda pairam sobre o processo de desmantelamento total do regime do *apartheid*.

O acordo prevê, entre outros pontos, a redação de uma Carta para a fase de transição, por constituintes livremente eleitos, garantias para as minorias e o estabelecimento de um governo interino.

Porém, um período de transição pacífico permanece uma meta distante. As negociações continuam sob o fogo cruzado de dois grupos



África do Sul: situação difícil

que não aceitam a redução de suas prerrogativas políticas e econômicas: os *afrikaaners* de extrema-direita, reunidos no Partido Conservador, e os seguidores da organização Inkhata, que controla o bantustão de Kwazulu.

Essencialmente dedicados à atividade agrícola, os *afrikaaners* – descendentes dos primeiros colonizadores holandeses – obtiveram a posse de 87% das terras férteis do país mediante uma legislação racista que expulsou a população negra autóctone.

Hoje, temerosos de perder seus privilégios, defendem, mais do que uma região autônoma, um *Estado* soberano de brancos, dentro de uma tênue confederação sul-africana. Caso contrário, ameaçam desencadear uma guerra civil, garantindo contar, com amplo apoio dentro das Forças Armadas, da polícia e do funcionalismo público.

Do outro lado, também ferrenhos adversários do acordo, estão os zulus do conservador partido Inkhata, liderado por Mangosuthu Buthelezi. Por trás de reivin-

dicações de ampla autonomia em nome de uma identidade étnica, na verdade está o medo do Inkhata de ser varrido do mapa político nacional – com exceção de seu reduto, em Kwazulu – em eleições realmente livres.

Já prevenido isso, seus dirigentes se negam a submeter-se à eventual autoridade de um governo nacional centralizado, levando em conta a grande possibilidade de que o Congresso Nacional Africano (CNA), liderado por Nelson Mandela, seja o ganhador das eleições gerais de 1994.

Embora numericamente minoritários, o Partido Conservador e o Inkhata possuem suficiente poder de fogo para retardar a democratização por anos. Neutralizá-los será o grande desafio do governo, do CNA e demais forças que assinaram o acordo.

Recessão, o fantasma do G-7

Reativação da economia e geração de empregos. Essas duas preocupações marcaram o recente

encontro de cúpula do Grupo dos Sete (G-7), que reúne as nações mais ricas do planeta.

De forma muito menos incisiva do que se esperava, alguns temas políticos foram abordados: o G-7 rejeitou o desmembramento da Bósnia-Herzegovina e apoiou os processos de redemocratização no Haiti, Camboja e África do Sul e as conversações de paz no Oriente Médio.

No entanto, foi a questão econômica que dominou a reunião de cúpula em Tóquio. Debilitados pela falta de apoio popular em casa, os líderes dos Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França, Japão, Itália e Canadá trataram de exorcizar os fantasmas que atormentam o cidadão médio de seus países: desemprego e recessão.

Segundo um recente estudo da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no próximo ano os países ricos terão 35 milhões de desempregados.

Acusados de não se esforçarem o suficiente para reverter esse quadro, eles partiram para o contra-ataque anunciando o maior pacto de redução de tarifas alfandegárias de todos os tempos.

Embora sejam incertos os dividendos que obterão em seus países, a nível internacio-

nal o acordo representou uma vitória para os líderes do G-7, principalmente levando-se em conta o progressivo protecionismo das economias desenvolvidas e a atual estagnação da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt).

Iniciada em 1986 e prevista para terminar em 1990, a Rodada Uruguai tem por objetivo regular o comércio internacional e reduzir as barreiras comerciais entre os países. Mas tem esbarrado nos subsídios dados aos agricultores por alguns governos europeus, notadamente o da França, e o do Japão.

Apesar da euforia inicial suscitada pela decisão do G-7, analistas financeiros ressaltam que dois setores fundamentais ficaram de fora: agricultura e serviços.



Contagem regressiva

Assinatura do acordo para restabelecimento do governo democrático dá o primeiro passo concreto para a solução da crise haitiana



Pressionado pelo embargo internacional, Raoul Cedras (ao fundo) concordou em deixar o poder

Claudia Guimarães

Faltam menos de três meses. Como o 1º de Janeiro, ocasião em que se comemora a independência do país, o próximo dia 30 de outubro entrará, sem dúvida, para os livros de história do Haiti. Nessa data, pela primeira vez no continente, um presidente deposto será reempossado no cargo com o "consentimento" da cúpula militar que o derubou.

Depois de mais de dois anos de exílio, o ex-sacerdote Jean-Bertrand Aristide — o primeiro mandatário eleito democraticamente em 186 anos de história independente do Haiti — voltará ao governo em consequência de negociações e pressões internacionais, impulsionadas primeiro pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e, posteriormente, pela própria Nações Unidas.

Golpe de misericórdia — A luta pela volta à normalidade institucional no país caribenho foi marcada por altos e baixos. Em fins de maio, tudo parecia perdido. Após uma reunião com membros do governo de fato, o ex-chanceler argentino Dante Caputo comunicava ao secretário-geral da ONU, Boutros Ghali — que o encarregou de dirigir as negociações — a rejeição da cúpula militar ao seu plano de transição democrática.

Menos de um mês depois, o panorama mudava completamente. Os atores eram os mesmos, o palco também, mas o final do roteiro havia sido reescrito, a várias mãos, em Nova Iorque.

O golpe de misericórdia à ditadura militar partiu do Conselho de Segurança da ONU, que em 16 de junho decidiu universalizar o bloqueio petrolífero, militar e financeiro ao Haiti até a volta do país à institucionalidade. Até

então, o embargo decretado pela OEA, há um ano e meio, vinha sendo cumprido apenas — e de forma precária — por países latino-americanos, sendo ignorado por nações européias, o que reduzia substancialmente sua eficácia.

Não se passaram mais do que dez dias entre a entrada em vigor das sanções, em 23 de junho, e o acordo para restabelecer a democracia no Haiti. Encurralados pelo endurecimento das sanções e assustados com a ameaça de congelamento de todos os seus depósitos bancários no exterior¹ — a exemplo do que já havia sido decretado, em 4 de junho, pelo governo norte-americano — os

generais golpistas concordaram em sentar à mesa de negociações.

Também pesou nessa decisão as "rachaduras" dentro do bloco parlamentar que apoiou a derrubada de Aristide. No início de junho, o primeiro-ministro, Marc Bazin, renunciou ao cargo, por não ter conseguido demitir do seu gabinete quatro ministros vinculados aos setores mais duros do Exército. Na véspera, ele havia anunciado em um pronunciamento pelo rádio seu desejo de reunir-se em 48 horas com Aristide, sem condições e em qualquer lugar escolhido pelo presidente deposto.

Já sentindo que o cerco se fechava ao regime de fato, no dia 15 de junho o Parlamento haitiano decidiu, por 37 votos a 25, reempossar Aristide no cargo, embora defendesse a manutenção do general Cedras à frente das Forças Armadas e o reconhecimento das eleições parciais de 18 de janeiro.

A agenda de negociações

O plano de transição democrática proposto pela ONU e aceito tanto pelo regime militar quanto pelo governo deposto prevê, entre outros pontos:

- a fixação de uma data para o retorno de Jean-Bertrand Aristide ao país;
- a renúncia de todo o alto comando militar;
- a transferência do poder ao governo eleito democraticamente;
- o emprego de uma força policial internacional para garantir um processo de transição pacífico;
- a nomeação de um primeiro-ministro indicado por Aristide;
- a criação de uma nova força policial e sua separação do Exército;
- anistia para os militares responsáveis pelo golpe;
- ajuda internacional para o desenvolvimento.

Novo contexto internacional

Sem dúvida, o atual panorama internacional influiu de forma decisiva no desfecho da crise haitiana. Desta vez, a OEA – até hoje com o golpe branco do presidente peruano Alberto Fujimori atravessado na garganta – não mediu esforços para chegar a um bom resultado.

Por outro lado, a participação da ONU foi fundamental. Para a organização internacional, o êxito no Haiti representou uma certa trégua nas críticas que vem recebendo pela sua atua-

ção nos conflitos de diferentes países, como é o caso da Somália e da ex-Iugoslávia.

Tampouco se pode esquecer a mudança que representou, para o governo deposto, a chegada dos democratas ao poder em Washington. Em momento algum, o presidente Bill Clinton ocul-

Washington: exilados haitianos exigem o retorno do presidente Aristide (ao lado) ao governo



Ambas as condições foram rejeitadas pelo governo no exílio, que considerou a decisão do Parlamento mais uma manobra para impedir a real volta à normalidade institucional.

Diálogo difícil – A decisão da junta de dialogar, sem pré-condições, não significou, porém, que a etapa final de conversações, realizada na ilha dos Governadores, na baía de Nova Iorque, tenha sido tranqüila. Próximas fisicamente, uma distância a princípio intransponível separava na ilha as duas delegações, que preferiram negociar separadamente com os mediadores internacionais.

Em um primeiro momento, ambas as partes resistiram ao acordo, pondo à prova a habilidade diplomática dos negociadores. Por um lado, o presidente Aristide teria se recusado a assinar o documento, por defender uma punição mais rigorosa para os militares, acusados de terem assassinado mais de três mil pessoas nos dias posteriores ao golpe.

Do outro lado, os negociadores esbarravam na inflexibilidade do general Raul Cedras, líder do regime militar, cuja postura foi bem resumida pelo porta-voz da sua delegação, Serge Beaulieu, ao chegar a Nova Iorque: "O Exército sempre foi o governo no Haiti. É necessário compartilhar o governo (com essa instituição) e se Aristide se recusa a trabalhar com o Exército, estará criado um grande problema. O Exército é a nação."

Entre outros pontos, o general Cedras insistia em que os principais comandantes militares permanecessem em seus postos e exigia ser ouvido quanto à nomeação do primeiro-ministro – o que equivalia a lhe dar poder de veto sobre qualquer futura escolha de Aristide.

O impasse se prolongou por dias, até que, em 3 de julho, se chegou a um acordo, apesar das ressalvas de ambas as partes.

AMÉRICA LATINA

HAITI

Contorno regressiva

tou o seu interesse na assinatura do acordo para a redemocratização do Haiti. E deixou isso claro, entre outras oportunidades, quando anunciou, antes mesmo do fim das negociações, uma ajuda de US\$ 36 milhões de dólares para o governo de Aristide.

A preocupação de Washington com a solução da crise haitiana não é fruto apenas de razões humanitárias. Desde o golpe, em setembro de 1991, cerca de 50 mil haitianos se lançaram ao mar buscando asilo no rico país vizinho. Na maioria dos casos, depois de enfrentar a sede, o sol escaldante do Caribe e um mar infestado de tubarões, eles foram

interceptados pela Guarda Costeira norte-americana, enviados para a base militar de Guantânamo, em Cuba, e repatriados para o Haiti.

Na época, a decisão do então presidente George Bush, de negar asilo aos refugiados, foi contestada nos tribunais norte-americanos por organizações dos direitos civis, mas terminou ratificada pela Suprema Corte dos Estados Unidos.

Em outras palavras, o desfecho favorável da crise haitiana chega em boa hora para o governo norte-americano. O sucesso das negociações, integralmente apoiadas pelos Estados

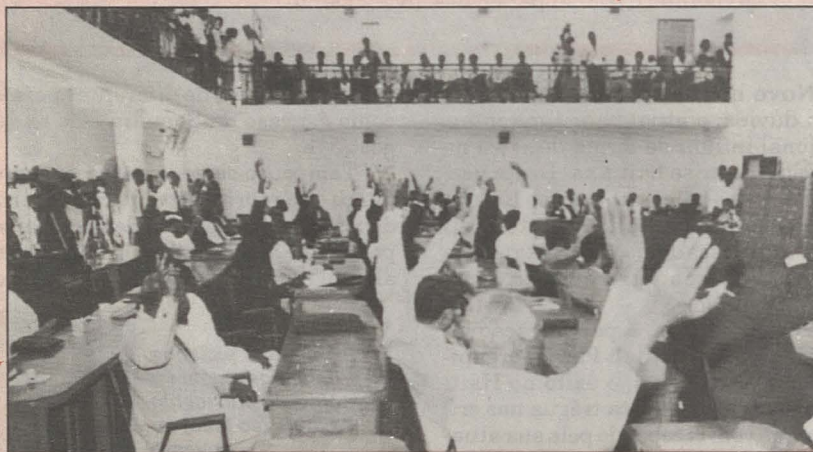
Unidos, reforça internamente a imagem de Clinton, cujos baixos índices de popularidade superaram o de qualquer outro presidente no mesmo período de governo.

Uma história de lutas – Apesar de contar com um contexto internacional favorável, Jean-Bertrand Aristide reiniciará seu governo em condições internas muito adversas.

A crônica pobreza do país, agravada pelo embargo econômico e os dois anos de administração militar; a resistência das Forças Armadas (que totalizam sete mil homens, incluindo mil policiais) à reforma da instituição; a oposição de grande parte dos políticos, representantes de uma elite que vê em Aristide uma ameaça a seus privilégios, e até a expectativa criada em torno de seu nome nas massas populares – que o consideram pouco menos que um messias –, tudo concorre para dificultar a tarefa de reconstrução e democratização do país.

A seu favor, o presidente Aristide conta, antes de tudo, com a determinação do povo haitiano em reescrever a história de seu país. Primeira república negra do mundo, o Haiti tem séculos de resistência contra o despotismo e as ditaduras militares. Uma epopéia que remonta à primeira tentativa de rebelião² dos escravos haitianos, em 1757, passando pela insurreição desencadeada pelo jamaicano Bouckman em 1791 – e que resultaria, já sob o comando do negro Toussaint Louverture, na independência em 1804 –, até chegar aos tempos modernos, com a luta contra a ditadura do clã Duvalier (1957-1986) e os seguintes governos militares.

Com um inequívoco respaldo interno e externo – e, quem sabe, com a ajuda de alguns *loas*, as entidades santas do vodu – Aristide poderá romper com o círculo de violência e miséria em que vive mergulhada a outrora próspera colônia francesa no Caribe.



Dois momentos do lento processo de redemocratização do Haiti: o Parlamento haitiano decide reempregar Aristide (acima) e em Nova Iorque, o general Cedras (2ºo à esq.) discute com o mediador Dante Caputo (à dir.) os termos do retorno à institucionalidade



¹ Segundo diversas fontes, desde o golpe, os militares acumularam uma fortuna calculada em 20 milhões de dólares – em um país cuja renda per capita é de 320 dólares – mediante extorsões a contrabandistas e, segundo membros do governo deposto, a colaboração com narcotraficantes.

² Insurreição liderada por Mackandal, negro escravo maringá, cujo método de luta consistia em envenenar os senhores coloniais.

Etnias pedem ajuda

Leis internacionais podem ajudar a salvar os poucos descendentes dos indígenas que viram Colombo chegar ao continente



Índios: vida dura desde a infância

Juan Ramón Durán

O Ano Internacional das Populações Indígenas, promovido pelas Nações Unidas, está sendo marcado em Honduras pelo apelo para que se ponha fim ao "calvário interminável" dessas comunidades, afirma Donald Ochoa Moreno, advogado e codiretor do Conselho Assessor Hondurenho para o Desenvolvimento das Etnias Autóctones (Cahdea). O respeito a estas etnias depois de 500 anos em que foram submetidas a "um bárbaro etnocídio" é, para Ochoa Moreno, a única atitude que deve ser tomada em 1993 pelos governos latino-americanos.

O esforço dos grupos autóctones hondurenhos durante este Ano Internacional das Populações Indígenas, iniciado em 10 de dezembro passado, se concentrará em pressionar o governo para que ratifique a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as organizações tribais e indígenas. A Convenção garante o direito à vida dos povos indígenas e "é muito mais abrangente do que uma lei local, que continua engavetada", explicou Ochoa Moreno¹.

Os sete povos indígenas de Honduras foram submetidos a um total esquecimento, que se revela em um processo de expropriação de suas terras e de ou-

tras riquezas, assim como na exploração da qual são vítimas e na dificuldade de ter acesso a serviços de saúde e educação.

Um pouco de história – Quando os espanhóis chegaram a Honduras, na quarta e última viagem de Cristóvão Colombo, havia grandes núcleos de população que alcançavam dois milhões de habitantes. Hoje, restam apenas 387 mil em seis etnias claramente diferenciadas: *lencas*, *miskitos*, *tolupanes*, *chortis*, *pech* e *tawahkas*. Estão também os *garifunas* ou *negros*, que chegaram procedentes da ilha caribenha de San Vicente no século XVIII, ao serem expulsos pelos ingleses e naufragarem na costa atlântica de Honduras. Desde 1970, a minoria negra dos *garifunas*, por decreto governamental, foi reconhecida como outra etnia nacional.

A perseguição aos povos indígenas se manifesta na expropriação de suas terras, em um processo que os tem obrigado a deixar férteis vales para refugiarem-se nas montanhas. Mas ali as áreas de cultivo são ruins e as famílias vivem em meio a uma terrível pobreza.

Os problemas mais graves afetam os *tolupanes* no departamento (estado) de Yoro, ao norte, onde em 30 de setembro de 1991 foi morto a tiros o líder Vicente Matute, por pistoleiros que emboscaram o automóvel em que viajava. Matute havia conseguido que o presidente Rafael Callejas ordenasse a demarcação das terras dos *tolupanes*. O mandatário lhes entregou o título de posse, o que irritou os fazendeiros do departamento de Yoro.

Também os *lencas* – radicados nos departamentos de La Paz, Lempira e Intibucá, no oeste do país – enfrentam sérios problemas, inclusive nos territórios limítrofes com El Salvador. Por sua

vez, os *miskitos* organizaram, em 1992, em um Congresso sobre Terras da Mosquitia, um ato de protesto contra o fato dos títulos de propriedade emitidos pelo governo não serem reconhecidos como válidos.

Em uma tentativa de dar uma resposta às reivindicações indígenas, o Instituto Nacional Agrário, órgão estatal, criou uma Comissão de Terras dos Povos Indígenas. Poderia ser um passo, mas os especialistas se queixam da burocracia que domina o organismo, acostumado a realizar muitas reuniões mas não a tomar decisões.

Perigo de extinção – Rafael Murillo, um doutor em Ciências Políticas formado na França e diretor de teatro que tem se dedicado ao resgate das expressões culturais das etnias, denunciou que os povos indígenas hondurenhos estão em vias de extinção. Os *tawahkas*, dos quais sobrevivem cerca de mil, os *pech* que são apenas 800 e os *tolupanes* são os grupos mais ameaçados.

O linguísta Ramón Hernández, professor da Universidade Nacional Autônoma de Honduras, preveniu que os esforços para resgatar a língua dos povos indígenas na maioria dos casos serão inúteis, pois ficaram muito poucos remanescentes.

Em meio a tantas adversidades, em setembro passado os povos indígenas conseguiram formar a Coordenação Nacional dos Povos Autóctones de Honduras (Conpah), dirigido pelo líder *lenca* Roberto Valentín Campos. O dirigente se propôs a conseguir a ratificação por parte do governo da Convenção da OIT.

¹ A lei mencionada pelo advogado foi proposta há dois anos ao Poder Legislativo por vários grupos. Segundo a Constituição, em Honduras uma lei internacional tem prioridade sobre uma nacional.



Mulheres palestinas fazem protesto contra Israel em frente ao consulado dos EUA

A guerra econômica

Com o fechamento da Cisjordânia e Gaza, o governo trabalhista de Israel provoca a asfixia dos territórios ocupados, enquanto se mantém intransigente em relação às negociações de paz

Beatriz Bissio

O ataque com mísseis determinado pelo presidente Bill Clinton contra a sede dos serviços de espionagem iraquianos no centro de Bagdá e a cada dia mais complexa e devastadora guerra na ex-Iugoslávia desviaram a atenção da opinião pública mundial de outro problema que em qualquer momento pode se tornar explosivo: a situação nos territórios árabes ocupados por Israel.

O esquecimento do drama palestino não foi total porque, na recente Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena, o líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, fez uma denúncia contundente da repressão sofrida pelo seu povo na Cisjordânia e Gaza e acusou a ONU e os Estados Unidos de cumplicidade com Israel.

Para Arafat, a Organização das Nações Unidas, dominada pelos países ricos, usa critérios diferentes – quando se trata de Israel, o tratamento é diferente do aplicado a outros governos (em uma referência às agressões ao Iraque) – diante das violações às resoluções do Conselho de Segurança.

Fronteiras fechadas – Os territórios árabes ocupados, onde vive mais de um milhão de palestinos, estão sofrendo os efeitos de meses de bloqueio provocados pela decisão do governo de Yitzhak Rabin de fechar as fronteiras de Israel com a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Em fins de março, depois de três décadas forçando a dependência econômica dos territórios ocupados em relação a Israel, o primeiro-ministro trabalhista ordenou repentinamente o fechamento das fronteiras como re-

presália à morte de 16 soldados e civis judeus.

Gaza e a margem ocidental do rio Jordão constituem, depois dos Estados Unidos, o segundo mais importante mercado externo de Israel e fornecem a mão-de-obra barata utilizada em certos setores da economia israelense, como a agricultura e a indústria de construção¹.

Em consequência da decisão de Rabin, apenas alguns poucos milhares de trabalhadores estão autorizados a atravessar diariamente a fronteira, o mercado de Israel está fechado para a produção palestina e caiu ao mínimo a entrada de produtos israelenses na Cisjordânia e Gaza, sem que tenham sido criadas alternativas a curto prazo para abastecer esses territórios.

No início, o fechamento das fronteiras foi visto pelo governo de Rabin como medida de emergência, mas as reações favoráveis que recebeu de quase todas as forças políticas de Israel² acabaram transformando-o em uma espécie de panacéia, que seria desejável prolongar.

De fato, algumas medidas que estão sendo impulsionadas pelos trabalhistas podem ser interpretadas como uma tentativa de diminuir progressivamente a atual dependência da mão-de-obra palestina. Essas iniciativas poderiam ser resumidas na seguinte idéia: em vez de permitir que os trabalhadores continuem se deslocando para Israel, a partir de agora se buscaria investir em projetos que criem empregos para os palestinos em suas próprias terras.

A médio prazo, esse projeto geraria mudanças na agricultura e na indústria dos territórios ocupados, mas não necessariamente propiciaria melhores condições de vida para seus habitantes. Isso porque, por trás da nova filosofia, estaria a meta de promover na Cisjordânia e Gaza o cultivo de produtos que saem mais caros em Israel – como rosas e cravos para o mercado europeu – que passariam a ocupar terras até agora destinadas à produção de alimentos.

Por outro lado, como nos territórios ocupados não vigora a legislação trabalhista de Israel, essa política permitiria explorar mais ainda a mão-de-obra palestina, como já acontece no parque industrial que os israelenses estão montando em Gaza (companhias têxteis e de processamento de alimentos), no qual as cláusulas dos contratos são me-

ORIENTE MÉDIO

ISRAEL

nos favoráveis que em seus similares do outro lado da fronteira.

Situação crítica – A transformação econômica que Israel parece ter como meta para os territórios ocupados é impossível a curto prazo. Por isso, o fechamento das fronteiras, apesar de ser bem visto pelos cidadãos de Israel em termos de segurança, é questionado por muitos que dependem da força de trabalho palestina.

Pressões exercidas por industriais e produtores agrícolas levaram o primeiro-ministro Rabin a flexibilizar parcialmente a medida, autorizando um número limitado de palestinos a voltar ao trabalho e permitindo a contratação de mão-de-obra estrangeira. Os tailandeses e os asiáticos em geral são vistos como os potenciais substitutos dos palestinos.

Outros recursos – como a redução do seguro-desemprego para obrigar os jovens desempregados de Israel a aceitar os trabalhos mais pesados, até então realizados pelos palestinos – foram também tentados, com êxito relativo.

Se as dificuldades originadas pelo fechamento tão prolongado das fronteiras se fazem sentir em Israel, é fácil imaginar que nos territórios ocupados as consequências são muito mais graves. Com um índice de desemprego de quase 50%, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza vivem um de seus piores momentos. Instituições de ajuda aos refugiados assinalam que, embora quase todas as famílias consigam ainda garantir



As negociações em Washington não contribuíram para solucionar a crise

uma refeição diária para seus membros, para as crianças em particular essa façanha é cada vez mais difícil. O índice de desnutrição infantil, que era de 34% nas zonas rurais, está aumentando e o mesmo ocorre com as mães e mulheres grávidas.

A poupança conseguida muitas vezes ao longo de toda uma vida está sendo consumida na compra de alimentos – cada vez mais caros e insuficientes – e todo pedaço de terra está sendo destinado à produção de comida. Os que não têm nem um palmo para plantar, nem poupança, vivem da caridade.

Intensificação da repressão – As dificuldades econômicas estão sendo agravadas pela intensificação da repressão. Um relatório da Anistia Internacional assinala que “em maio se registrou o maior número de mortes desde fins de 1992, com mais de 24 pessoas assassinadas pelas forças israelenses”. Para a organização, “a maioria dessas mortes é totalmente injustificável; não passam de execuções extrajudiciais”. Ou seja, surpreendentemente, o governo trabalhista está atuando com maior rigor que seus antecessores da linha dura do Likud.

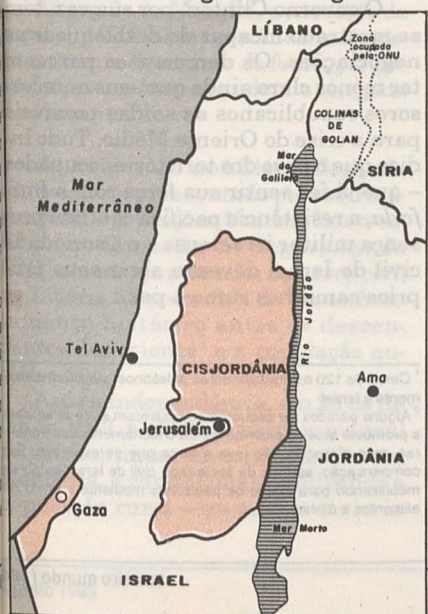
A deterioração das condições de vida nos territórios ocupados coincide com a crise orçamentária das instituições humanitárias das Nações Unidas, que são as mais recentes vítimas da nova ordem mundial do pós-Guerra Fria. A prolongada asfixia econômica – causada pela queda das contribuições dos países membros à organização mundial – levou

a um beco sem saída o Escritório de Obras Públicas e Socorro das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA).

Com 28 milhões de dólares de déficit, o UNRWA – que atende a 2,7 milhões de refugiados da Cisjordânia, Faixa de Gaza, Líbano, Jordânia e Síria – reduzirá serviços fundamentais que prestava aos palestinos nas áreas de saúde, educação, moradia e alimentação.

A preocupante situação econômica e social dos territórios ocupados foi objeto de um debate em Roma em maio passado. Durante as conversações multilaterais que se desenvolvem periodicamente sobre temas econômicos do Oriente Médio – que fazem parte do processo mais amplo de negociações de paz na região – o Banco Mundial calculou em um bilhão de dólares os investimentos mínimos necessários na Cisjordânia e Gaza nos próximos cinco anos para recuperar a economia e satisfazer as necessidades básicas da população. As estimativas foram confirmadas pelo presidente do Banco de Israel, Jacob Frankel.

Por sua vez, Zein Mayassi, porta-voz da delegação palestina – um empresário residente em Londres – pediu a imediata criação de um fundo de emergência de 250 milhões de dólares, que seriam destinados à construção de novas estradas e hospitais e à infra-estrutura de comunicações e transporte. A doação da décima parte dessa cifra (25,4 milhões de dólares) foi o compromisso assumido pela comunidade internacional na reunião: 14 milhões virão





As crianças e os jovens são as principais vítimas do conflito nos territórios ocupados

dos Estados Unidos, 8 da Comunidade Européia, 3 da Itália, 400 mil dólares da Espanha.

Jerusalém: o novo Muro – O fechamento das fronteiras de Israel voltou a colocar em discussão o futuro de Jerusalém, algo que certamente não estava nos planos do governo trabalhista.

Anexada unilateralmente em 1967, o setor oriental de Jerusalém é considerado por Israel como parte de seu território, em outro aberto desafio às resoluções da ONU, que determinam para a Cidade Santa dos cristãos, muçulmanos e judeus um *status* especial, que não apenas a torna indivisível, como proíbe que seja manipulada com fins políticos.

A linha divisória entre Jerusalém oriental, a parte anexada, e o setor ocidental, situado nos territórios ocupados – segundo a linha definida de forma arbitrária após a vitória militar israelense de 1967 na Guerra dos Seis Dias contra seus vizinhos árabes – sempre foi ignorada na prática pelos habitantes da cidade.

Mas, com o fechamento das fronteiras, o que era uma mera formalidade se transformou em uma crua realidade: a cidade foi cortada ao meio sem passagem de um lado para o outro e a Cisjordânia ficou virtualmente dividida, já que as estradas que unem o norte e o sul do território passam por Jerusalém.

De um dia para o outro, os palestinos se viram separados de parte de suas famílias, privados de seus principais hospitais – que estão situados em Jerusalém oriental –, de muitos de seus centros culturais e até de lojas e mercados

nos quais se abasteciam. Isso sem mencionar a impossibilidade de chegar aos lugares sagrados da religião islâmica, que estão situados na parte anexada por Israel.

Em fins de junho, delegados israelenses e palestinos se reuniram em Milão, Itália, em uma conferência especialmente convocada para analisar o futuro de Jerusalém. “A Cidade Santa é um tema que diz respeito a árabes e israelenses e a toda a Humanidade, e não apenas a Israel”, assinalou Janiki Cingoli, diretor do Centro Italiano pela Paz no Oriente Médio, organizador da reunião.

Participaram das deliberações, realizadas a portas fechadas, representantes de Israel e da OLP e delegações dos governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Rússia. A declaração final foi lida de forma conjunta pelo porta-voz da OLP, Vera Nafdal, e pelo trabalhista israelense Naomi Chazan, membro da Comissão de Assuntos Exteriores e de Segurança do Parlamento (Knesset).

Nela, se assinala que a discussão do futuro de Jerusalém não pode ser adiada; se defendem as negociações diretas entre a OLP e Israel; se define o direito de todos os palestinos – dentro e fora dos territórios ocupados – de votar e ser eleito, e se reivindica uma maior participação da Europa no processo de paz na região.

Diálogo estéril – Em meio a essa situação, as negociações promovidas por Washington entre os palestinos e os israelenses continuam em ponto morto. A última rodada, realizada na capital norte-americana, não teve nenhum re-

sultado. Os palestinos – que participaram do encontro devido à interferência pessoal de Yasser Arafat, já que Haidar Abd-el-Shafi, que chefia a delegação, estava decidido a não participar até que os palestinos deportados fossem autorizados pelo governo de Israel a regressar – definiram as propostas dos israelenses como “velhas idéias com novas roupagens”.

Eles haviam chegado aos Estados Unidos com algum otimismo em função de certos gestos do governo trabalhista que podiam ser interpretados como preparatórios da autonomia palestina. O mais significativo era a idéia da criação de uma força policial palestina, nos territórios ocupados, discutida na cidade de Nablus, na Cisjordânia, pelo ministro da Polícia israelense e dirigentes palestinos simpatizantes da OLP.

Mas a violenta reação dos colonos israelenses – temerosos das implicações de uma força palestina armada nos territórios ocupados – e a falta de consenso em torno à iniciativa acabaram por neutralizá-la.

A estagnação do diálogo permaneceu o primeiro-ministro Rabin não propôs nenhum passo novo que dê mais consistência ao vago anúncio do desejo de promover a autonomia dos territórios ocupados durante cinco anos como passo prévio à retirada de suas tropas. E a delegação palestina não aceita continuar dialogando sem alguma prova de que esse processo realmente conduzirá a uma transição rumo ao autogoverno pelo qual sempre lutou.

O governo Clinton, por sua vez, tem se mostrado incapaz de desbloquear as negociações. Os democratas parecem ter menos claro ainda que seus antecessores republicanos as saídas possíveis para a crise do Oriente Médio. Tudo indica que o povo dos territórios ocupados – que já fez sentir sua força com a *Intifada*, a resistência pacífica contra a presença militar israelense – e a sociedade civil de Israel deverão abrir seus próprios caminhos rumo à paz.

¹ Cerca de 120 mil trabalhadores palestinos viajavam diariamente a Israel.

² Alguns partidos de esquerda se opuseram e até chegaram a promover atos de protesto contra o fechamento das fronteiras, mas a reação não teve a força que se esperava. Em compensação, setores da sociedade civil de Israel estão mobilizando para ajudar os palestinos mediante o envio de alimentos e dinheiro.

Uma luz no fim do túnel

Acordo negociado pela ONU faz renascer as esperanças de paz, após mais de três anos de guerra civil, que deixaram 150 mil mortos e quase 700 mil refugiados



A guerra deixou 700 mil refugiados

Após três anos e meio de guerra civil, com um saldo de 150 mil mortos e quase 700 mil refugiados, as forças em luta na Libéria chegaram a um acordo que deve pôr fim ao sangrento conflito.

O pacto, negociado em Genebra pelas Nações Unidas, em meados de julho, estipulou um cessar-fogo e um desarmamento geral. Uma vez suspensos os combates, se iniciará o processo de transição à democracia, que culminará sete meses depois na realização de eleições livres. Ficou decidida também a nomeação de um governo civil de unidade, onde estarão representadas todas as partes em conflito. Um órgão de supervisão da ONU acompanhará o processo de democratização e desmilitarização do país.

O problema da assistência humanitária também foi incluído no documento, que prevê o livre acesso de todos os liberianos à ajuda internacional (só na região de Margibi, a noroeste da capital, 100.000 civis estão sob a ameaça iminente de morrer de fome, porque as forças em luta impedem a chegada de alimentos).

As raízes do conflito – Segundo um relatório apresentado pelo secretário-geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali ao Conselho de Segurança da ONU em março passado, a guerra civil na Libéria foi precedida de um enfrentamento histórico entre os descendentes dos colonos¹ e a população autóctone.

Após a independência, em 26 de julho de 1847, a elite e o centro comercial do país continuaram centralizados em Monróvia, a capital, marginalizando a população rural – ou seja, a maioria

dos 2,5 milhões de habitantes. Para o secretário-geral da ONU, aí estariam as raízes do atual conflito que estourou em fins de 1989, com a deposição do regime de Samuel Doe.

O sargento Doe chegou ao poder em 1980, após derrubar o presidente William Tolbert. Durante os dez anos em que governou, desbaratou nove tentativas de golpe, várias delas promovidas por integrantes do próprio governo. Cada golpe frustrado significou mais repressão e violações aos direitos humanos, aumentando a insatisfação da população, também descontente com a crise econômica.

Em maio de 1990, ocorreu o primeiro ataque do movimento guerrilheiro Frente Patriótica Nacional da Libéria (FNPIL), que em pouco tempo conseguiu controlar vários pontos do país. Em junho, o triunfo da FPNL, liderada por Charles Taylor – um ex-funcionário do governo Doe – parecia iminente. Mas em julho, quando começou a batalha pelo controle de Monróvia, o movimento guerrilheiro se dividiu, dando origem à Frente Nacional Patriótica Independente da Libéria (FNPIL), dirigida por Prince Johnson.

Em setembro de 1990, Doe foi assassinado pelas tropas de Johnson. Na confusa situação que se seguiu, se proclamaram simultaneamente presidentes interinos: Prince Johnson, Charles Taylor, Amos Sawyer (professor universitário, também ex-funcionário do governo Doe) e David Nimley (chefe da guarda presidencial).

Em novembro de 1990, Sawyer formou um governo provisório, reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA) e apoiado pela Comunidade Econômica dos Estados da África

Ocidental (Cedao), que enviou uma força de paz para a Libéria. Seu governo, porém, nunca conseguiu ultrapassar os limites da capital e arredores.

Além desses grupos, foram convidados a participar das negociações em Genebra as Forças Armadas da Libéria (FAL), dirigidas pelo general Hezekiah Bowen – que contam com cinco mil homens, provenientes do exército do deposto presidente Samuel Doe, a maioria originários da etnia *krahn* – e o Movimento Unido da Libéria (Ulimo), chefiado por Alhaji Kromah. Este último é integrado por membros das etnias *gola*, *krahn* e *mandinga*, que haviam apoiado Doe.

Deles, o único que não enviou representantes às conversações foi a FNPIL, de Johnson, que, de acordo com fontes da ONU, teria se dissolvido, fragmentando-se em diversos grupos a partir de março último.

Embora o acordo tenha feito renascer a esperança de paz, ainda é cedo para cantar vitória. Basta lembrar que o atual pacto se baseou em um outro, assinado em outubro de 1991, que jamais foi respeitado. Levando em conta esses antecedentes, é natural que os liberianos acompanhem a evolução dos acontecimentos com um misto de ceticismo e ansiedade. Para milhares deles, que perderam tudo o que tinham e hoje estão lentamente definhando de fome, não há mais tempo para conversações.

(Claudia Gulmarães)

¹Em 1821, a American Colonization Society, dos Estados Unidos, comprou um pedaço do território da então colônia britânica de Serra Leoa. O objetivo era enviar para lá escravos negros libertados, que constituíam um problema social para os fazendeiros escravistas do sul do país. Apenas vinte mil concordaram em imigrar para a África, onde fundaram a cidade de Monróvia. A população local, porém, não acolheu com simpatia os colonos que, apesar de negros como eles, falavam a língua e praticavam a religião dos europeus.

O fantasma da bomba

Passados 48 anos, o lançamento da bomba atômica pelos EUA permanece uma cicatriz aberta na sociedade japonesa, que se mobiliza para que uma tragédia como aquela não volte a ocorrer



Um dia após a explosão da bomba em Nagasaki, milhares de pessoas agonizavam à espera de socorro. Akito Asano (ao lado) foi o único sobrevivente de um pelotão de 150 soldados, em Hiroxima

Walmyr Peixoto



O clarão aberto no céu, o calor insuportável, a dor e a morte. Os horrores das bombas atômicas lançadas nas cidades de Hiroxima e Nagasaki¹ ainda estão vivos nas mentes dos japoneses, como uma ferida sem cicatriz. A bomba atômica, que, segundo os Estados Unidos, serviria para pôr um fim rápido à Segunda Guerra Mundial, na verdade transformou a vida daquelas pessoas num inferno interminável, cujas seqüelas são sentidas até hoje.

No filme *Rapsódia em Agosto*, o premiado diretor japonês Akira Kurosawa revela aos olhos ocidentais, com grande sensibilidade, o trauma que a bomba representou para seu povo. Tendo como eixo a personagem Kane Haruno — matriarca de uma família que perdeu o

marido na explosão atômica, e sofre até hoje os efeitos da radiatividade —, o filme retrata uma Nagasaki marcada pela dor, cujos moradores não conseguem esquecer a guerra.

As imagens mostradas — como os ferros retorcidos, onde outrora era um brinquedo de colégio, e as orações dos sobreviventes que ali brincavam para os pequenos colegas de turma que desapareceram — são as marcas de uma cidade que se modernizou, mas não sepultou junto com seus mortos a indignação e a tristeza.

Tributo às vítimas — Como ocorre todos os anos, no dia 6 de agosto último a cidade portuária de Hiroxima parou e seus habitantes respeitaram 1 minuto de silêncio. Ao mesmo tempo, foi realizada uma cerimônia no Parque Memorial da Paz, no centro da cidade, na hora exata em que foi lançada a primeira bomba atômica da História. Para os japoneses, de certa forma, a Segunda

Guerra não acabou. Eles ainda lutam, mas com outras armas, para que nenhuma outra guerra mundial venha a ser declarada.

E para isso, a Organização Mundial em Prol do Desarmamento Nuclear, formada por uma comissão diretora de 30 pessoas, prepara um documento para ser entregue à ONU, assinado por 1 bilhão de pessoas, onde se exigirá o desarmamento nuclear de todos os países e um pedido formal de desculpas dos Estados Unidos ao povo japonês pelos ataques a Hiroxima e Nagasaki.

Mitsuo Sato e Akito Asano, ambos vítimas da bomba de Hiroxima, fazem parte da organização e são responsáveis em colher assinaturas para o documento. Mitsuo Sato diz que 158 países estão engajados neste movimento e que, depois do Japão, o Vietnã é o quem tem maior participação no abaixo-assinado. Eles já percorreram mais de 50 países, inclusive o Brasil, onde obtiveram mais de três mil assinaturas.

A dor dos sobreviventes

Akito Asano, de 67 anos, e Mitsuo Sato, de 55, estavam em lugares diferentes em Hiroxima quando o avião B-29 dos Estados Unidos jogou a bomba atômica sobre a cidade. Porém, as experiências por que passaram, as dores físicas e psicológicas e o medo diante do desconhecido estão gravados até hoje em suas memórias. No dia da explosão, Asano tinha 20 anos e Sato oito.

Soldado do exército japonês, Akito Asano foi o único sobrevivente de um pelotão de 150 homens. Ele estava no 20º andar de um edifício, a 500 metros do local onde caiu a bomba, e só se lembra de ter visto um clarão intenso através da janela. Em instantes, o impacto da bomba desmoronou todo o prédio.

Preso entre os escombros, ele recorda que o chão começou a esquentar até chegar a um limite insuportável. Asano vomitava sangue e desmaiou. Quando acordou, estava estirado na areia da praia e, ao seu redor, havia muitos cadáveres carbonizados e sem a pele.

Asano se salvou por milagre, mas sofreu os efeitos da bomba. Ele teve os glóbulos brancos reduzidos a uma taxa de 1.000, quando o normal é de 4.500. Por essa razão, teve que fazer transfusão de sangue durante muitos anos.

Morando hoje em Osaka com o filho mais velho e a nora, Asano tem como meta prioritária dar assistência às pessoas que também passaram por esse drama e divulgar o movimento contra as armas nucleares.

No momento da explosão, Mitsuo Sato, então com 8 anos, estava a 20 quilômetros do local, num centro estudantil. Graças a isso, se salvou e não sofreu ferimentos. Mas toda a sua família que morava em Hiroxima — entre eles pai, mãe, irmãos e tios — morreu. Segundo ele, em cada 100 moradores da cidade, 92 faleceram.

Sato lembra que, mesmo a 20 quilômetros do centro da explosão, os efeitos da bomba foram sentidos, pois muitas casas acabaram destruídas: "Ninguém entendia o que estava ocorrendo e a situação piorou quando lançaram o segundo artefato, em Nagasaki. Somente cinco anos depois é que nos foi revelado que aquilo era uma bomba atômica."

Com tristeza, ele enfatiza que a bomba não fez vítimas só naqueles terríveis dias. Até hoje, a incidência de câncer é bastante alta na população e, em média, morre uma pessoa por dia em Hiroxima por doenças relacionadas à radiatividade.

Mitsuo Sato hoje mora sozinho, a 800 quilômetros de Hiroxima. Ele é funcionário da subprefeitura da cidade. Passados tantos anos, ele ainda se mostra magoado com a atitude do governo japonês, que, na sua opinião, pouco teria contribuído na época para a reconstrução de Hiroxima: "Se hoje a cidade está de pé, é graças ao esforço de sua população", garante.



Todo 6 de agosto, os japoneses prestam tributo às vítimas de Hiroxima

Impedir o holocausto — Akito Asano revela que trabalha pela paz pois não quer ver repetida a tragédia de Hiroxima. Sato, por sua vez, conclama os governos de todo o mundo a que se unam ao movimento. "Essa bandeira não é só nossa. Todos devem lutar juntos para combater o perigo nuclear."

Alarmado com o que considera uma crescente militarização do Japão², Akito Asano afirma que a desativação de armas nucleares no mundo todo é fundamental: "Enquanto houver armamento nuclear, o ser humano corre o risco de ser extinto. Ou o homem acaba com as armas ou morre vítima delas."

Segundo a organização de Asano e Sato, o poder nuclear existente no mundo é capaz de destruir a Terra 30 vezes. "Acabou a Guerra Fria entre Estados Unidos e a extinta União Soviética. Então, para quê manter todo esse armamento?", questiona Asano.

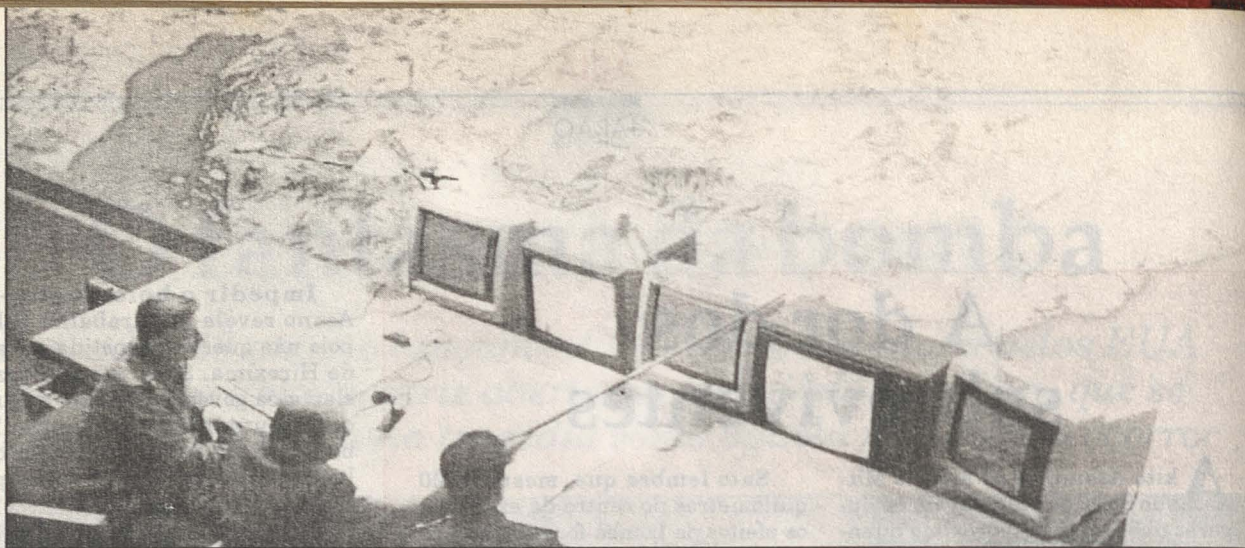
Quase que em uníssono, Asano e Sato respondem a esta questão: "Os Estados Unidos têm sede de poder e, por isso, não abrem mão de seu potencial atômico. Eles querem, de qualquer jeito, manter sua soberania sobre os outros povos."

Em janeiro do ano passado, o então presidente norte-americano George Bush declarou que havia sido "correto" jogar a bomba em Hiroxima e Nagasaki. Sua atitude, naturalmente, provocou a indignação e revolta de muitos japoneses, que passaram a apoiar de forma mais incisiva o movimento pacifista no país. No final das contas, sem que fosse essa sua intenção, Bush terminou dando um bom empurrão à luta travada em todo o mundo pela abolição total das armas nucleares.

1 A primeira bomba foi lançada sobre Hiroxima no dia 6 de agosto de 1945 e a segunda, sobre Nagasaki, três dias depois, deixando um saldo de mais de 150 mil mortos e um número equivalente de feridos

2 Em junho de 1992, o Senado japonês aprovou a Lei PKO (Operações de Manutenção da Paz), que passou a autorizar o governo a enviar tropas para missões de paz no exterior. Até então, o Artigo 9 da Constituição imposta pelas tropas de ocupação norte-americanas em 1945 impedia o envio de "quaisquer forças terrestres, marítimas e aéreas" ao exterior

3 Em julho último, Clinton anunciou que estenderia até setembro de 1994 a moratória dos testes nucleares. Desde 1992, as cinco potências nucleares do mundo mantêm uma moratória de provas, que, no caso dos EUA, tinha sido aprovada pelo Congresso até agosto de 1993



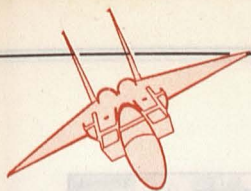
Espionagem em crise

O fim da Guerra Fria mudou o mapa geopolítico mundial e sepultou uma etapa da história contemporânea. Suas consequências estão vindo à tona de forma progressiva; vão se fazendo sentir todos os dias, anunciando o esboço do panorama internacional do século XXI. Adversários ontem, russos e norte-americanos estão hoje aliados em quase todos os terrenos e enfrentam novos inimigos, não necessariamente no plano militar, mas no econômico e científico-tecnológico.

As mudanças foram tão vertiginosas que muitos de seus protagonistas não conseguiram acompanhá-las e o próprio Mikhail Gorbachev – ator principal desse roteiro – caiu, vítima delas. Sem chegar ao extremo do ex-presidente soviético, que perdeu o poder e o país que liderou em um momento tão decisivo, outros protagonistas dessa história estão passando pela metamorfose que lhes impõe a nova realidade: os espíões e, em geral, toda a máquina dos velhos serviços de informação, a CIA e a KGB.

Quando esta edição estava sendo impressa, o presidente Bill Clinton anunciou a demissão do chefe do Federal Bureau of Investigations (FBI), William Sessions. Nomeado em 1987 por Ronald Reagan, Sessions era acusado de ser “corrupto até a raiz do cabelo”, como mostra o especial desta edição. Nosso correspondente no México, o jornalista argentino Roberto Bardini, analisa, em reportagem exclusiva, as mudanças nos serviços de espionagem que, longe de desaparecer, estão reorganizando-se para o exercício de novas funções.





Os novos rumos da inteligência

Os organismos norte-americanos de segurança, incluindo a CIA, o FBI e a agência de combate às drogas (DEA), outrora poderosos, serão profundamente reestruturados no governo democrata de Bill Clinton

Roberto Bardini

No século V antes de Cristo, o enigmático Sun Tsu publicou na China *A arte da guerra*, um clássico que ainda é estudado nas academias militares de quase todo o mundo. Em um dos seus capítulos, Sun Tsu recomenda "recopilar dados sobre o inimigo, infiltrar-se em suas fileiras, recorrer a todos os disfarces, à mentira e ao engano, subornar e corromper, divulgar rumores e informações falsas em sua retaguarda".

Dois mil e quinhentos anos mais tarde, esses postulados não perderam atualidade, ganhando apenas novos nomes: espionagem, informação, contra-informação, inteligência, contra-inteligência.

No livro *Os serviços de informação* (Difusora Internacional, Barcelona; 1992), o jornalista espanhol Rafael Fraguas assinala: "Denomina-se *inteligência* à informação de processos, situações e sujeitos políticos, diplomáticos, militares ou econômicos revestida de interesse para o Estado, interpretada adequadamente e colocadas nas mãos apropriadas no momento oportuno."

E acrescenta: "O Estado pode, dessa forma, adotar linhas de comportamento idôneas em sua ação exterior ou interior em assuntos relativos à sua segurança e à sua estabilidade ou sobrevivência. Os serviços secretos são, portanto, instrumentos de importância considerada crucial, do ponto de vista do Estado."

Segundo Susan Kaufman, professora de política latino-americana das universidades de Colúmbia e Califórnia, a partir de 1991, com o desaparecimento da União Soviética e o final da Guerra Fria, Washington visualiza três futuros desafios na América Latina: o combate ao tráfico de drogas, a imigração ilegal e a de-

vastação ambiental. Esses três tópicos na visão hegemônica norte-americana – sem distinções entre republicanos e democratas – continuam sendo prioridades número um de sua segurança nacional.

O nascimento do monstro – Uma enorme placa de mármore colocada na entrada principal do edifício da Agência Central de Informação (CIA) em Langley, Virginia, a uns 20 quilômetros de Washington, mostra a cabeça de uma águia sobre uma estrela de 16 pontas. Muito próximo, se lê um trecho do Evangelho, segundo São João: "Conhecerás a verdade, e a verdade vos libertará." A frase parece justificar, através do típico puritanismo anglo-saxão, as atividades *non sanctas* que a CIA planeja e executa há 45 anos.

A CIA foi criada em 1947, durante o governo do democrata Harry Truman, através da Lei de Segurança Nacional número 153 do Congresso norte-americano, em substituição ao Office of Strategic Services (OSS), o Departamento de Serviços Estratégicos, um obsoleto organismo de espionagem que funcionou durante a Segunda Guerra Mundial.

Seu terceiro diretor, de 1953 a 1961, foi o advogado republicano Allan Dulles, que anteriormente tinha sido funcionário de grandes empresas norte-americanas e alemãs, e

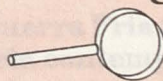
Clinton determinou mudanças na CIA, que agora deverá dirigir suas atividades também para o recolhimento de informação econômica, industrial e tecnológica





FBI: livro de jornalista inglês desmistifica o mais importante chefe do organismo

Edgar Hoover: o fim de um mito



Em 26 de julho de 1908, o presidente Theodore Roosevelt encomendou a seu secretário de Justiça, Charles Bonaparte, que organizasse uma divisão especial de informação. Em 4 de março de 1909, o sucessor de Roosevelt, William Taft, batizou o novo organismo como Burô de Investigações. Em 1935, sob a administração de Franklin D. Roosevelt, recebeu seu atual nome: Federal Bureau of Investigations (FBI).

Em seus primeiros anos, o FBI se dedicou a investigar casos de fraudes e falências de empresas e a vigiar estrangeiros e imigrantes. Mas já antes, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-18), tinha criado uma seção militar especial dedicada à espionagem, cujo primeiro chefe adjunto foi um jovem de 22 anos chamado Edgar Hoover.

Anos depois, o FBI criou a Divisão Geral de Informação com o objetivo de vigiar sindicatos de operários e organizações comunistas. Hoover foi, então, indicado para assumir sua chefia. Uma de suas primeiras atividades foi o famoso Raid de Palmer: a detenção quase simultânea de dez mil comunistas em 30 cidades dos Estados Unidos.

Em 1924, o presidente Calvin Coolidge ofereceu a Hoover, na época com 28 anos, a direção do Burô, que em poucos meses já era conhecido como "a Gestapo" norte-americana. O recém-empossado diretor começou então a organizar um arquivo com os dados de praticamente toda a população adulta dos Estados Unidos, incluindo o presidente e seus funcionários mais próximos. Desde então até hoje, existem mais de 200 milhões de fichas.

De 1924 a 1972, Hoover foi designado diretor do FBI durante oito governos: Calvin Coolidge,

Herbert Hoover, Franklin Roosevelt, Harry Truman, Dwight Eisenhower, John Kennedy, Lyndon Johnson, Richard Nixon e Gerald Ford.

Porém, em 5 de fevereiro passado começou a cair um dos maiores mitos que envolve o FBI e a própria história recente dos Estados Unidos: a luta contra a máfia. A revista *Vanity Fair* publicou extratos de um explosivo livro do jornalista inglês Anthony Summers, intitulado *Oficial e confidencial: a vida secreta de Edgar Hoover*, que revelam que o superpolicial não tomou medidas contra alguns dos principais gângsters, porque estes tinham provas de sua homossexualidade e o chantageavam.

Segundo Summers, Hoover se negou durante anos a agir frontalmente contra o crime organizado e apenas se limitou a dar alguns golpes espetaculares quando já não tinha outra opção.

Os chefes mafiosos Frank Costello e Meyer Lansky, garante o livro, sabiam que não tinham muito a temer do FBI já que estavam a par da relação afetiva de Hoover com Clyde Tolson, seu assistente pessoal. Nos anos 50, a esposa do chefe Lewis Rosenstiel viu, em duas ocasiões, o diretor da FBI vestido de mulher, com peruca negra, o rosto maquiado, um apertado vestido e meias negras.

Em 9 de fevereiro passado, a série jornalística de televisão *Frontline* transmitiu um programa de uma hora intitulado: "O arquivo secreto de Edgar Hoover", no qual voltou a abordar o tema, além de acrescentar novos dados: o diretor do FBI utilizava empregados e veículos do organismo para fins estritamente pessoais. Essa última informação, talvez, esteja dando voltas também na cabeça de William Sessions.

desde 1942 trabalhava para a OSS. Dulles foi o precursor das chamadas "operações encobertas" ou "trabalhos sujos" e imprimiu à CIA a marca pela qual é conhecida há quatro décadas em cinco continentes.

A revista francesa *Planeta* afirmou em seu número 34, de maio/junho de 1968: "A CIA é muito mais que um serviço de espionagem. É um verdadeiro governo clandestino dos Estados Unidos no estrangeiro, com suas seções de sabotagem e de organização de complôs, suas forças armadas sem bandeira e sua aviação de guerra."

Em 1984, *The Sunday Times* alertava que seu orçamento era superior ao do Pentágono. Atualmente, calcula-se que ele ultrapasse os 30 bilhões de dólares ao ano (...), que a CIA empregue 40 mil pessoas e que esteja operando em cerca de 100 países.

Os espíões verdes – Porém, com a desintegração da União Soviética (o *Império do Mal*, como a definiu Ronald Reagan), o fim da Guerra Fria e a posse do presidente Bill Clinton, parece que algo mudou em Langley. A partir da designação de James Woolsey, em 3 de fevereiro passado como diretor da CIA, o organismo de espionagem mais poderoso do mundo (mais ainda que a KGB soviética quando existia, o MI-5 britânico, o SDECE francês e o Mossad israelense) se encontra em uma etapa de redefinição de seus objetivos.

Já em dezembro do ano passado, o senador Pat Moynihan, representante democrata pelo estado de Nova Iorque, tinha publicado em *The Washington Post* uma proposta para abolir a CIA, à qual considerava "um monstro da Guerra Fria que nunca faz nada certo". Moynihan, que tinha divergências com o modo de atuação da agência desde os tempos do confronto com a ex-URSS, considerava que os analistas da central de informações exageraram sistematicamente "o perigo vermelho" e fizeram os Estados Unidos gastar enormes somas desnecessariamente.

No dia seguinte à confirmação de Woolsey (por treze votos a zero), *The New York Times* publicou um editorial intitulado "A CIA: tempo para um reajuste", no qual resumia três tarefas prioritárias para o novo diretor: primeiro, reduzir o enorme orçamento da Guerra Fria e o número de funcionários; segundo, avaliar as opiniões dos dissidentes da agência; e terceiro, reexaminar as operações encobertas para ver se são compatíveis com a visão da política exterior do novo governo.

Woolsey, um advogado neoconservador formado em Yale e Oxford, foi subsecretário da Marinha no governo de James Carter (1976-80) e membro da equipe negociadora sobre desarmamento nuclear com a desaparecida URSS, durante as administrações de Ronald Reagan (1981-89) e George Bush (1989-93). Em Washington ele é conhecido como "o democrata preferido dos republicanos".

Ao comparecer perante o Comitê de Inteligência do Senado, Woolsey identificou os principais desafios que terá que enfrentar em sua gestão: a prolifera-

ção de armas de destruição em massa, os ódios étnicos em várias regiões da Europa, o tráfico internacional de drogas, a dependência do Ocidente do petróleo do Oriente Médio e os novos problemas econômicos e ambientais.

Disse que atualmente as nações e questões que interessam aos Estados Unidos "são muito mais diversas, imprevisíveis e desconectadas entre si, em consequência das mudanças geopolíticas". E acrescentou: "A diversidade e complexidade de graves ameaças a nossos interesses e a nossa segurança nacional aumentaram." Garantiu que os desafios atuais são mais difíceis de enfrentar que os colocados pela extinta União Soviética: "Aniquilamos um dragão (a URSS), mas agora vivemos em uma selva repleta de uma confusa variedade de serpentes venenosas."

Alguns analistas sustentam que, como sua função de espionagem política e militar está em decadência, a CIA repensará suas prioridades e dirigirá suas atividades para o recolhimento de informação econômica, industrial e tecnológica. Continua pendente a "cruzada" contra o narcotráfico, iniciada pelos governos Reagan e Bush. E se acrescenta uma novidade: a espionagem "verde", referente à ecologia e ao meio ambiente, um tema que preocupa muito o novo governo.

O FBI contra as cordas – Da mesma forma que o boxeador que se salva graças a uma campanha quando está contra as cordas do ringue, o diretor do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), William Sessions, conseguiu ganhar tempo a seu favor e se manter no posto, embora tudo indique que, mais cedo ou mais tarde, deverá jogar a toalha se não quiser ir a nocaute.

Sessions foi nomeado em 1987 por um prazo de dez anos pelo presidente Ronald Reagan. Nos últimos meses, foi acusado pelo Departamento de Justiça de exceder-se em suas funções em diversas oportunidades.

Um relatório que o governo de Bill Clinton herdou da administração Bush acusa o titular do FBI de ser "corrupto até a raiz do cabelo" e enumera uma



William Sessions, diretor do FBI, é acusado por um relatório oficial de "ser corrupto até a raiz do cabelo"



O assassinato de dois agentes no estacionamento da CIA (foto) pôs em xeque seu sistema de segurança



A DEA, agência encarregada do combate às drogas, pode ser drasticamente reduzida durante o governo Clinton

extensa lista de acusações: sonegação de impostos, reforma de sua casa com fundos do FBI, uso de aviões do Estado para suas viagens de férias, utilização de funcionários federais para realizar seus serviços pessoais e uso da limusine blindada oficial para levar sua esposa a compras ou ao salão de beleza.

Clinton manifestou várias vezes sua intenção de reduzir o orçamento, diminuir o pessoal e redefinir as funções da CIA, DEA e FBI. Sessions, que permanece em seu posto há três administrações republicanas, está na mira da nova equipe democrata desde 1992, mas a campanha que o salvou do nocaute soou em várias ocasiões.

Só para citar as mais importantes: o assassinato de dois agentes da CIA por um franco-atirador emboscado em frente às instalações da agência, em 25 de janeiro; o atentado às torres do World Trade Center, em 26 de fevereiro, em pleno coração de Nova Iorque, no qual morreram seis pessoas e mais de mil ficaram feridas; a invasão por policiais do Rancho Apocalypse, em Waco, Texas, onde estavam entrincheirados os seguidores do "messias" David Koresh, na qual morreram quase todos os seus ocupantes.

No caso do atentado ao World Trade Center, soube-se depois que a CIA e o FBI haviam sido alertados com um ano de antecedência – por um memorando da *Diréction Générale de la Sécurité Extérieure* (DGSE), da França, e do Joint Intelligence Committee, da Grã-Bretanha – de que muçulmanos fundamentalistas pró-iranianos preparavam uma ação em Nova Iorque.

Analisando esses dados, só resta tirar duas conclusões: ou os serviços de informação estavam a par de que esses violentos fatos iriam ocorrer e nada fizeram para justificar sua posterior intervenção ou simplesmente atuaram com uma negligência e ineficácia mais ao estilo das comédias de Peter Sellers do que dos romances de espionagem de John Le Carré.

O que resulta suspeito é que se supõe que desde a sua fundação, o titular do FBI é, junto com o da Agência Central de Informações, um dos homens melhor informados dos Estados Unidos. Segundo o periódico *USA Today*, tanto Robert Gates – ex-diretor da CIA – quanto William Sessions pareciam ser “os únicos nor-

te-americanos que desconheciam os sinais de advertência”.

“Não esperem nada” da DEA – Desde a posse de Bill Clinton, em 20 de janeiro passado, se respira um clima de incerteza nos escritórios da Drug Enforcement Administration (DEA), organismo de combate às drogas. Muitos funcionários estão preparados para eliminar documentos dos arquivos, tirar os organogramas das paredes, apagar a luz e ir para casa com amarga resignação. Muitos espe-

culam com insistência que, entre os planos do presidente democrata, figura uma drástica redução nas funções da agência antidrogas, principalmente de suas atividades no exterior.

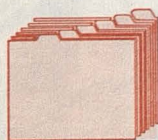
A DEA foi criada em 1973 pelo presidente Richard Nixon, como um superescritório dependente do Departamento de Justiça, para o qual foram transferidos 500 agentes provenientes de Nova Iorque, Los Angeles e Miami. Desde o princípio, se formaram “panelinhas” e grupinhos inimigos entre si. As rivalidades aumentaram quando, pouco tempo depois, se incorporaram 64 ex-oficiais da CIA com experiência no Vietnã e alguns agentes expulsos do FBI.

Com o passar do tempo, embora as divergências iniciais não tenham desaparecido de todo, ao menos se atenuaram. Considera-se que um forte *esprit de corps* começou a ganhar forma sob o governo de James Carter (1976-80), quando as relações entre a Casa Branca e a DEA chegaram ao seu nível mais baixo, em consequência da decisão do ex-presidente democrata de cortar os fundos destinados à luta contra as drogas e de considerar que a posse de menos de 30 gramas de cocaína não constituía um delito.

No transcurso dos sucessivos governos republicanos de Ronald Reagan e George Bush, a DEA recuperou o terreno perdido. Em 1988, a Lei Global Antidrogas lhe deu um lugar de destaque e, como nunca antes, a agência começou a realizar missões de natureza paramilitar fora dos Estados Unidos, fundamentalmente na Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

Atualmente, a DEA conta com cerca de três mil agentes, dos quais 300 realizam atividades no exterior. Tem um orçamento de mais de um bilhão de dólares e opera em 64 cidades de 42 países. Nos últimos 12 anos, treinou seis mil oficiais de forças policiais estrangeiras que passaram pelo seu centro de instrução em Glynco, uma antiga base naval ao sul do estado da Geórgia.

Mas os dias de glória parecem ter chegado ao fim para a DEA. Nos últimos tempos, está circulando novamente uma piada – criada pelos seus próprios agentes no auge das rivalidades internas dos anos 70 – acerca do que significam as iniciais DEA, da Drug Enforcement Administration: *D’ont Expect Anything* (“não esperem nada”).

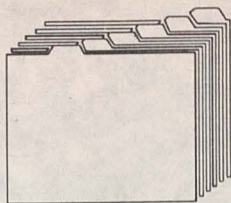


KGB, um final inesperado



Os sofisticados serviços secretos russos tinham instalações avaliadas em três bilhões de dólares

Quando foi dissolvido, o principal centro de inteligência da ex-URSS contava com 700 mil agentes, seis milhões de informantes em todo o mundo e bens avaliados pelo Parlamento em US\$ 3 bilhões. Para onde irão agora estes recursos e a quem obedecerão os espões russos?



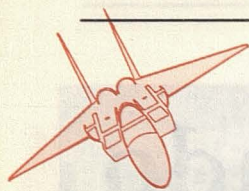
Em 11 de outubro de 1991, depois do fracassado golpe de estado contra Mikhail Gorbachev, o Conselho de Estado da União Soviética decidiu extinguir o Comitê para a Segurança do Estado ou *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti* (KGB) e criar o Serviço de Inteligência Externa. Dessa forma, se encerravam 74 anos de história de um organismo do qual, talvez, nunca se saberá o suficiente.

Naquele momento, segundo relatórios do serviço de inteligência britânico, a KGB contava com 700 mil agentes, cerca de seis milhões de informantes e o Parlamento tinha avaliado seus bens em três bilhões de dólares.

O que vamos fazer agora que o inimigo cometeu a indelicadeza de se render?, perguntou, com ironia, o escritor britânico John Le Carré, autor de uma dezena de livros de espionagem. Claro que ele sabia, como explicou depois, que os organismos de segurança nunca desaparecem. Simplesmente mudam de nome.

"Em tempos de guerra, o Exército desempenha o principal papel para se alcançar a vitória, mas em tempos de paz, só os serviços de informação podem obter resultados", escreve Ilya Dzhirkvelov em *Agente secreto: minha vida com a KGB e a elite soviética* (editora Planeta, Espanha; 1988).

Mas o que acontece com os organismos de segurança em épocas que não são de guerra nem de paz, mas de transição de um sistema político para outro depois



de lutas pelo poder na cúpula, como ocorre atualmente com a traumatizada Rússia?

A espada e o escudo – Em 20 de dezembro de 1917, pouco depois do triunfo da Revolução Russa, Vladimir Illich Lenin assinou um decreto mediante o qual se criava a Comissão Extraordinária Pan-russa para combater a contra-revolução e a sabotagem. Seu fundador, em 1918, foi Félix Edmundovich Dzherzinsky, um inquietante personagem de origem polonesa, que foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Revolução.

A Comissão Extraordinária, definida como “a es-

pada e o escudo do Partido”, passou a ser conhecida como *Cheka*, por suas letras iniciais.

O historiador e filósofo alemão Oswald Spengler, autor de *A decadência do Ocidente*, afirmou que “a civilização sempre foi salva por um pelotão de soldados”. A seu modo, Dzherzinsky se adiantou a esse pensamento: recrutou uma equipe especial de oito membros, entre os quais havia poloneses e letões, e os transformou no embrião do que seria um dos serviços secretos mais poderosos do mundo.

A organização mudou de nome em várias ocasiões (GPU, OGPU, NKVD e MGB) até que, em 13 de março de 1954, finalmente foi batizada de *Komitet*

Os espiões que saíram do frio

“Quando terminemos nosso trabalho, não ficará pergunta sem resposta”, disse em Hollywood, em meados de março, o coronel Igor Prelin, um veterano ex-agente do Comitê para a Segurança do Estado, com 27 anos de experiência no mundo da espionagem.

Prelin, que pertence a uma Associação de Veteranos da Inteligência no Exterior – integrada por 500 ex-espiões aposentados da KGB que se dedicarão a dar palestras e vender suas memórias, artigos e outros “bens intelectuais” – está há quatro anos trabalhando com editores e produtores norte-americanos em projetos de livros e filmes para o cinema e a televisão.

A crise econômica da ex-União Soviética, somada ao desaparecimento da KGB e à reestruturação dos serviços de informação, deixou em uma situação difícil os espiões aposentados. Agora, tal qual as ex-esposas dos astros do rock que lucram com os livros de memórias, eles esperam ganhar somas milionárias para relatar algumas de suas missões clandestinas.

A associação de veteranos criou primeiro a *Intel*, sua própria empresa para comercializar histórias secretas, cujo presidente é Prelin. Depois se uniu ao periódico *Konsomolskaya Pravda*, de Moscou, e ao grupo *Echo*, de produção cinematográfica em Hollywood. Finalmente, participou na fundação da companhia mista russo-norte-americana *Intel/Echo*, com uma direção composta por quatro coronéis aposentados da KGB, o diretor-geral do jornal moscovita e um empresário norte-americano.

Entre as atividades encobertas que planejam revelar estão a maneira como a URSS conseguiu o segredo da bomba atômica, o recrutamento de estudantes formados na Universidade inglesa de Oxford, nos anos 60, e o mistério em torno de Lee Harvey Oswald, suposto assassino do presidente John F. Kennedy – se ele era agente da CIA ou da KGB. Dois meses antes do crime, Oswald tinha se encontrado com um coronel da KGB no consulado soviético do México.

O fim da KGB foi uma das conseqüências das profundas mudanças sofridas pela Rússia





Novo estilo de trabalho

Antes, os espões trabalhavam de forma oculta, mas agora um oficial russo ou tcheco do serviço de inteligência realiza sua atividade publicamente.

Esta nova concepção de espionagem foi exposta pelo diretor do serviço secreto russo, Eugene Primakov, considerado "a eminência parda" do governo de Moscou.

Em maio, Primakov assinou em Praga, com seu colega Oldrich Cerny, chefe da espionagem tcheca, um acordo para combater o tráfico ilegal de armas. Os dois serviços secretos estão tentando impedir a proliferação ilegal de tecnologias e componentes de armas de destruição em massa, principalmente químicas e bacteriológicas.

Após a assinatura do documento, o porta-voz do Ministério do Interior tcheco, Jan Subert, declarou que os contatos entre ambos os serviços secretos são consequência de "uma revisão do conceito clássico de espionagem". Enfatizou que o serviço de inteligência tcheco se afastou do modelo "político" para concentrar-se nos chamados "riscos internacionais", ou seja, "o terrorismo, o narcotráfico e o comércio de armas".

(Miguel Rivero)



Eugene Primakov: diretor do serviço secreto russo que substituiu a KGB

Gosudarstvennoy Bezopasnosti (KGB), denominação pela qual se tornou famosa.

Segundo seus defensores, a KGB escreveu páginas únicas de audácia e patriotismo; para seus críticos, representou um obscuro período de terror interno. Alguns recordam suas vitórias contra os inimigos do governo soviético durante os anos 20 e 30 e seus êxitos sobre o nazismo alemão na Segunda Guerra Mundial. Outros insistem em lembrar a perseguição a dissidentes durante sete décadas.

Segundo dados fornecidos pelos que, dentro da URSS, se opunham a suas atividades, 20 milhões de pessoas teriam sido presas, deportadas ou executadas sob as ordens de Joseph Stalin; 40 milhões de soviéticos teriam sido atingidos pela repressão até o fim da era de Leonid Brejnev; e, na etapa em que Yuri Andropov foi chefe do organismo de segurança, se recorria a expulsões do país, como a do escritor Alexander Soljenitsin, ou desterros, como o do cientista Andrei Sakharov.

Altos e baixos – As dúvidas agora são as seguintes: qual é o novo perfil e novas funções do atual serviço de inteligência russo? A quem seus agentes devem lealdade, nas atuais circunstâncias de disputas pelo poder: ao presidente ou ao Parlamento, aos renovadores ou aos conservadores?

As respostas são inquietantes. A meados de fevereiro passado se realizou em Moscou uma conferência internacional sobre "A KGB ontem, hoje e amanhã", na qual participaram 300 especialistas e representantes de organismos de defesa dos direitos humanos, entre eles a Anistia Internacional.

A preocupação dos participantes se concentrou precisamente no papel dos organismos de segurança na convulsionada etapa de transição que atravessa a Rússia. As conclusões não foram nada otimistas.

Segundo o general Oleg Kalugin, ex-funcionário da segurança, depois da fracassada tentativa de golpe de estado de agosto de 1991, os novos órgãos de inteligência herdaram homens e meios da dissolvida KGB e, o que é mais alarmante na sua opinião, herdaram a mesma mentalidade. "Estão reconquistando as posições perdidas em todas as esferas da sociedade russa", advertiu.

Por sua vez, Vadim Bakatin – um liberal que foi presidente da KGB durante os dois meses que transcorreram entre o período posterior ao fracassado golpe de agosto e a dissolução do Comitê de Segurança, em outubro – reconheceu que, apesar dos esforços para reformá-lo, o organismo se reorganizou por sua própria conta e ao velho estilo.

Bakatin advertiu que, apesar do desaparecimento da URSS, da queda do Partido Comunista e da falência da economia planejada, "a KGB evitou uma desintegração descontrolada e permaneceu como o principal vestígio do velho sistema".

(Roberto Bardini)

A experiência neoliberal argentina

Apesar dos êxitos obtidos pelo governo Menem, como a queda da inflação, alguns setores da população começam a temer que a atual estabilidade econômica seja artificial e não dure muito tempo

Neiva Moreira

Nem os que não gostam do governo Menem e, obviamente, os que o apóiam desejam o fracasso do seu plano econômico, elaborado pelo ministro Domingo Cavallo. O fato de que a inflação caiu verticalmente é um alívio para todos e mantém, no país, um sentido de estabilidade que tranqüiliza a classe média e oferece às grandes empresas maiores possibilidades de bons negócios.

O temor dos setores sociais beneficiários do plano é que essa situação seja artificial e não dure muito. Essa é uma inquietação que já se traduz em reportagens na imprensa e na opinião das pessoas.

Razão para isso não falta. A dolarização da economia baseou-se na perspectiva de resultados favoráveis na balança comercial e nos dólares apurados com a privatização.

Os dados do primeiro trimestre deste ano acusam um resultado preocupante na balança comercial. O déficit subiu 57% em relação a 1992: as importações chegaram a 3 bilhões e 197 milhões de dólares, enquanto que as exportações não passaram de 2 bilhões e 686 milhões de dólares.

O único dado positivo foi o intercâmbio no Mercosul, que, ao contrário dos anos anteriores, aumentou de forma equilibrada. As exportações aumentaram 57,7% e as importações caíram 3%. O déficit, que era de 329 milhões de dólares em 1992 baixou para 18,5 milhões de dólares no primeiro trimestre deste ano, com um grande incremento (76,2%) das vendas argentinas ao Brasil.

O desequilíbrio da balança comercial ocorre quando o programa de privatização dá inequívocos sinais de exaustão. Na Argentina, ao contrário do Brasil, a venda das empresas estatais produziu dinheiro vivo e não moedas podres. Há discrepâncias sobre o que entrou para os cofres públicos, mas as cifras podem superar os 12 bilhões de dólares.

Ocorre que, apesar de ser uma quantidade vultosa, não alcança por si só para lastrear de maneira permanente a dolariza-

ção da economia. O governo teve de apelar para uma privatização extremamente questionada: vender 35% das ações de Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), a Petrobrás argentina, última das grandes empresas estatais a ser leiloada. O edital de privatização estabeleceu condições para tentar impedir que os compradores dos 35% assumam o controle acionário da empresa. Mas não há dúvidas de que, gastos os dólares dessa primeira venda, o governo não terá outra saída senão *torrar* o resto, entregando totalmente a grande estatal de petróleo, motor do moderno desenvolvimento argentino.

E sem dólar, a paridade com o peso se evaporará. Acentue-se que a venda da YPF é um atentado à economia argentina, algo semelhante ao que se fez aqui com a CSN. Os próprios técnicos oficiais estimam o lucro líquido da poderosa estatal em 600 milhões de dólares por ano, que passará assim, aos grupos privados.

A União Cívica Radical, liderada pelo ex-presidente Raúl Alfonsín e o governador Eduardo Angeloz, da província de Córdoba, em carta a Menem, considerou essa venda "um grave e irreparável dano ao patrimônio nacional". Outros protestos estão surgindo.

E o que resulta de tudo isso? Milhões de argentinos

estão desempregados ou com seu nível de vida rebaixado. Imensos setores populares sobrevivendo à beira da fome, com necessidades básicas, e que não receberam qualquer benefício do Plano Cavallo dão sinais de inquietação e revolta, questionando o programa Menem. A indústria argentina está sendo sucateada e a agricultura perde a sua tradicional posição nos mercados europeus. Outro fato perturbador: a inflação, zerada na contabilidade oficial, está por do a cabeça de fora.

Facilmente, a surpresa e a inquietação de hoje podem evoluir para a crise de amanhã, terminando uma enganosa experiência neoliberal de equilíbrio financeiro e fortalecimento da moeda, à custa do sacrifício do povo e da dilapidação do patrimônio público.

O desequilíbrio da balança comercial ocorre quando o programa de privatização dá inequívocos sinais de exaustão



Como construir até bancos de praça sem ter que esperar sentado.

Que argamassa armada é a mistura de cimento, areia e tela de aço muita gente sabe. Que as construções feitas de pré-moldados em argamassa armada têm um custo e um prazo muito menores do que os das obras convencionais também é do conhecimento de muitos.

Mas o que pouca gente sabe é que a Riocop, pioneira no Brasil no uso dessa tecnologia, é líder também na América Latina. Pois é. Ela é a primeira em volume de produção de argamassa armada e a única a fabricar a própria tela que utiliza nos pré-moldados. Mas não fica só nisso. A Riocop, dentre as empresas de seu setor, é a que

detêm a mais avançada tecnologia e o melhor controle de qualidade da produção.

Hoje a Riocop está estruturada para realizar todas as etapas de construção — projeta, fabrica a argamassa, transporta, monta e faz até os acabamentos — com acompanhamento de computadores, e com sua avançada tecnologia pode, inclusive, instalar fábricas em outros lugares do Brasil.

Da próxima vez, antes de construir, entre em contato com a gente. Além das vantagens já conhecidas, você vai colocar sua obra nas mãos de uma empresa cuja tecnologia faz a América Latina se curvar.



RIOCOP

FABRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS

BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3965

BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 0001023363 A

100000

100000

CEM MIL
CRUZEIROS

A 0001023363 A

50000

CINQUENTA
MIL CRUZEIROS

A 2458099549 A

10000

DEZ MIL
CRUZEIROS

A 4382087437 A

5000

CINCO MIL
CRUZEIROS

A 2892009799 A

1000

MIL
CRUZEIROS

A 8197055236 A

Com a Conta Fácil Banerj, a sua aplicação financeira e o seu tempo vão poder render muito mais. Agora, a operação de resgate é automática e na medida exata do que você necessita, para débitos acima de um valor mínimo. Sem que você precise sequer telefonar ao banco. Ou seja, aquele dinheiro a mais que ia ser apenas um trocado parado na sua conta corrente continua rendendo. Transforme já sua Conta Verde de Aplicações Financeiras em Conta Fácil Banerj. E aplique tudo a que você tem direito. Inclusive aqueles quebrados.

**AGORA, O DINHEIRO QUEBRADO QUE IA VIRAR
UM TROCADO CONTINUA APLICADO.**

CONTA FÁCIL

BANERJ

O QUE ERAM
FAZ FICAR
MAIS FÁCIL